

Nº 2009/218 721 / Projecto Nº 9 ACP MOZ 29

"Introdução de modernas ferramentas de gestão em regime experimental e fortalecimento institucional de planificação, acompanhamento e gestão financeira no MINAG, Moçambique"

**RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE O APOIO
DADO A CONSULTORA INTERNACIONAL NO "ASSESSORAMENTO NA
MELHORA DOS PROCESSOS EMPREGADOS NA PLANIFICAÇÃO E CUSTEIO
ANUAL
DE ACTIVIDADES"**

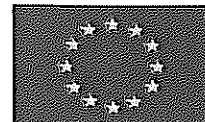
*O conteúdo desta publicação é da exclusiva
responsabilidade da GFA Consulting Group
GmbH, não devendo, em circunstância alguma,
ser tomado como expressão dos pontos de vista
da União Europeia*

Missão a curto prazo / ToR 4

24.10.- 07.12. 2010 e
21.01.- 05.02. 2011

Elaborado por Gerald Tschinkel

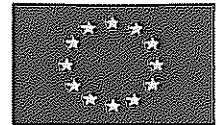
para o
Ministério da Agricultura



Conteúdo

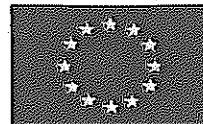
Sumário Executivo

Introdução e Decurso da Missão de Curto Prazo do Dr. Gerald Tschinkel.....	6
Actividades planeadas	6
Actividades realizadas e decurso da missão.....	6
1. Resumo do Sistema Nacional de Planificação e Orçamentação.....	8
1.1 Os instrumentos de planificação.....	8
1.2 O novo Plano de Redução da Pobreza 2011-2014 (PARP).....	9
2. Resumo das Estratégias do Sector Agrário	12
3. O Baixo Nível de Financiamento Público para a Agricultura	14
4. A Tradução de Prioridades em Planos de Actividades e de Despesas	17
4.1 Planificação das Actividades	17
4.2. Novas funções para o CFMP e PAAO	20
4.3 Definição de uma estrutura adequada de programas e subprogramas	23
5. Directivas para a Avaliação económica das Intervenções de Apoio	25
5.1 Algumas Dimensões para a Priorização política.....	25
5.2 Avaliação económica em quatro Níveis	26
6. Análise e Recomendações nas Áreas de Monitoria, Avaliação e Relatórios.....	28
6.1 Monitoria sobre o Desempenho e Relatórios	28
6.2 Indicadores qualitativos para a avaliação de resultados e impactos	31
6.3 Matriz de 19 indicadores prioritários para programas ADR.....	32
6.4 Indicadores de Sustentabilidade dos sistemas agrários	33
6.5 Monitoria e avaliação participativas	34
7. Alguns Aspectos inerentes à Promoção da Agricultura Familiar	36
8. Observações sobre os "sete milhões" (Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais, OIIL).....	41
Anexos	43



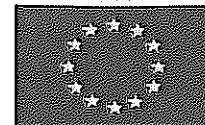
Lista de anexos

- 1 **PARP** (Plano de Redução da Pobreza 2011-2014):
Objectivos Gerais e Plano de Acções:
Objectivo Geral 1: **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e
Pesqueira**
- 2a **Indicadores QAD/PAF**
(Quadro de Avaliação de Desempenho / *Performance Assessment Framework*)
- 2b **Matriz de Indicadores Estratégicos - Pilar III - Desenvolvimento Económico /
Agricultura**
- 2c **Matriz de Indicadores do MoU** (*Memorandum of Understanding*) - **PROAGRI
II**
- 2d **Matriz MINAG de Contribuição a PARPA**
- 2e **MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do PEDSA**
- 3 **Lista de 19 Indicadores Prioritários** para Desenvolvimento Agrário e Rural
- 4 O método "**Abordagem de fornecimento de serviços**" (*service delivery
approach*)
- 5a **Resumo dos critérios mais importantes relativo à Sustentabilidade**
- 5b **Indicadores de Sustentabilidade**
- 6 **ISIC** - International Standard Industrial Classification of All Economic Activities,
Revision 4, **Section A: Agriculture, forestry and fishing**
- 7 **Modelo de Cálculo da Margem Bruto** de uma cultura
- 8 **Resumo da visita do perito à Província de Sofala**



Abreviaturas

AM	Assembleia Municipal
CCD	Conselho Consultivo Distrital
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
DE	Direcção de Economia (do MINAG)
ETD	Equipa Técnica Distrital
MF	Ministério das Finanças
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MINAG	Ministério de Agricultura
OE	Orçamento do Estado
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
PAAO	Plano Anual de Actividades e Orçamento
PAPA	Plano de Acção para a Produção de Alimentos
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário
PES	Plano Económico e Social
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PQG	Programa Quinquenal do Governo
ProAgri	Programa da Estratégia e Despesas do Sector Agrícola
PTAOs	Planos Trimestrais de Actividades e Orçamento
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas



Sumário Executivo

Na introdução o perito apresenta uma síntese das tarefas planificadas (na base dos Termos de Referência), das actividades realizadas e do decurso da missão. Destaca-se o labor levado a cabo na participação da preparação e implementação do **Curso de Planificação, Orçamento e Indicadores - DE**, além do cumprimento das tarefas da missão técnica.

Nos primeiros dois capítulos do relatório apresenta-se um resumo do **sistema nacional de planificação e orçamentação** e das **estratégias** mais importantes do Sector Agrário. Destaca-se (ponto 1.2) o novo **PARP** (Plano de Redução da Pobreza) 2011-2014, que adjudica à Agricultura um papel preponderante na redução da incidência da pobreza.

O seguinte capítulo oferece uma breve análise do **baixo nível relativo do financiamento** público para o Sector Agrário, destacando que a dotação orçamental média para a agricultura foi apenas de 5,8%, enquanto a contribuição média da agricultura para o PIB foi de 23,2%:

O capítulo 4 trata dos **processos de planificação e orçamentação** aos níveis distrital, provincial e central. Destaca-se a "planificação paralela" ao nível distrital e as inconsistências entre os PAAOs e o PES. Se resume que a planificação financeira a médio prazo, através do instrumento **CFMP** deve desempenhar um papel mais proeminente no sector, traduzindo as prioridades políticas do PEDSA e do actual PARP em actividades a serem planificadas/custeadas e implementadas.

O capítulo 5 analisa algumas dimensões políticas que devem servir de base para estabelecer as correspondentes prioridades para as acções de apoio. Contem a proposta de pôr maior ênfase na realização de **análises e avaliações de índole económica**, que servirão de bases para a definição de prioridades dos planos de actividades e de despesas.

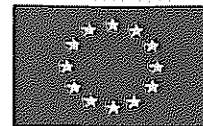
O seguinte capítulo analisa as áreas de **Monitoria, Avaliação e Relatórios**. Descreve a Hierarquia das cinco matrizes de **indicadores** usados para medir o desempenho do sector e que formam parte do Sistema de Gestão de Informações existentes, chegando à conclusão de que deve ser feita uma **maior utilização de indicadores qualitativos**, para medir os resultados e impactos dos programas de intervenção.

Destaca-se igualmente o papel cada vez mais importante que irão cumprindo **métodos participativos** nos exercícios de M&A, integrando o grupo alvo e os demais parceiros. É recomendado incluir nos exercícios de M&A indicadores de possam medir a **sustentabilidade** das acções de intervenção sobre os sistemas agrários e o meio ambiente.

O capítulo 7 representa um pequeno excursão, onde se reclama a intensificação do apoio ao Sector Familiar da Agricultura, através de acções apropriadas, com ser a **maior capacitação** dos camponeses em temas agro-técnicos e de gestão, e a maior consideração das **cadeias de valor** nos sistemas de planificação e extensão.

É ressaltado a problemática do uso (sem conhecimentos apropriados) dos **fertilizantes sintéticos**; se propõe intensificar a capacitação nas práticas da **Agricultura de Conservação** e se advoga que seja propagada a **multiplicação de sementes** no sector informal

Finalmente, dedica-se algumas observações sobre o instrumento dos **"sete milhões"**, por ser empregado a maior parte destes recursos para o financiamento de actividades relacionadas com o sector agrário.



Introdução e Decurso da Missão de Curto Prazo do Dr. Gerald Tschinkel

"Assessoramento na melhora dos processos empregados na planeamento e custeio anual de actividades"

Actividades planeadas

De acordo com os Termos de Referência, as **tarefas** a serem executadas pelo perito podem ser agrupadas em **duas áreas** (resumo):

- (1) Apoio na melhora dos processos e instrumentos de planeamento
 - Recolher as necessárias informações actuais sobre os procedimentos reais usados no processo de planeamento e seus instrumentos.
 - Descrever as deficiências ainda existentes, referente uma melhor ligação horizontal (distrito/província) e vertical (sector agrária).
 - Propor adaptações para superar as deficiências e discuti-las com MINAG DE,
 - Propor ao MINAG um conceito para introduzir as adaptações recomendadas;
 - Propor melhorias dos instrumentos utilizados para MINAG DE e adaptações que podem ser introduzidos no planeamento de actividades para 2012.
- (2) Apoio na formação do pessoal do MINAG aos níveis central, provincial e distrital
 - Determinar o conteúdo de formação e concepção de um módulo de formação que abrange o planeamento de actividades.
 - Participar do curso de formação C3 realizado por instrutores mestres da GFA e apoiar a realização do primeiro workshop sobre planeamento, orçamento, elaboração de indicadores e planeamento e execução de actividades de monitoramento em Maputo para os membros do MINAG DE e na realização do curso em uma província.
 - Recomendar ao Director do MINAG DE membros da equipe que se revelem mais adequadas para assumir o papel de moderadores dos workshops a realizar nas restantes províncias e instruir o especialista local sobre a melhor forma de realizar a tarefa de backstopping dos membros do pessoal do MINAG nos demais cursos de formação provincial.

Actividades realizadas e decurso da missão

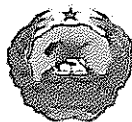
A totalidade de tempo concedido para a realização das actividades planeadas foi de 44 dias laborais, repartidos em dois ciclos.

Para o **primeiro ciclo** o perito chegou a Maputo no dia 24 de Outubro do 2010 e permaneceu até o dia 6 de Dezembro (32 dias laborais). O tempo disponível foi aproveitado para a realização das tarefas planeadas da primeira área.

O trabalho foi ligeiramente dificultado pela disponibilidade limitada do pessoal nacional de contrapartida pelo grau de ocupação com actividades de alta prioridade, sobre todo durante a fase final da estada do perito.

Durante três dias (8.-10.Nov.) o perito realizou uma viagem de reconhecimento à Província de Sofala, para conhecer e poder analisar melhor os procedimentos e deficiências nos processos de planificação e de M&A (monitoria e avaliação) aos níveis provincial e distrital (**Anexo 8**: Resumo da visita do perito à Província de Sofala).

Durante a semana do 22-26 de Novembro o perito participou no workshop sobre a metodologia C3; o tempo restante da estada foi dedicado à preparação dos conceitos



e módulos para o curso de Janeiro.

Grande parte do período compreendido entre as duas missões foi dedicada à elaboração de materiais para o **Curso de Planificação, Orçamento e Indicadores - DE**, em colaboração intensa via internet com o técnico moçambicano, Carlos Brito.

- Abordagem geral do processo de Planificação
- O Processo de Planificação no MINAG
- Elaboração do PES e OE
- Definição/Desenho de Indicadores
- Planificação de actividades e orçamentação
- Monitoria e Avaliação

Para o segundo ciclo da missão o perito chegou no dia 21 de Janeiro do 2011 e permaneceu até o dia 5 de Fevereiro (12 dias laborais).

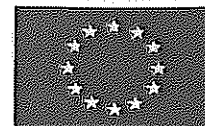
A totalidade da segunda estada foi dedicada a trabalhos relacionados com o Curso mencionado, o que foi realizado conjuntamente com Carlos Brito.

O curso teve lugar no Centro de Formação Agrária / IIAM na data 24-28 de Janeiro; o tempo antes foi dedicado à finalização dos materiais a serem usados durante o curso, o tempo depois serviu para a post-preparação do curso e para a elaboração da versão final do Manual para Participante.

Deve se ressaltar que durante a segunda estadia do perito praticamente não sobrou tempo para se dedicar às tarefas da primeira área. Como era também tempo de férias, algum pessoal-chave do MINAG estava ausente. Por consequência, as conclusões e os resultados a serem apresentados no actual documento se baseiam principalmente nas informações e nos conceitos recolhidos durante a primeira estada do perito, mais alguns dados obtidos posteriormente por correspondência e através da internet.

O relatório retoma e mantém basicamente a estrutura dos conteúdos apresentada no relatório interino ao fim do ano 2010:

- Conceito para o melhor alinhamento de PESOD, PAAO e PES e a revalidação dos PAAOs da planificação descentralizada
- Avaliação económica das intervenções de apoio no sector agrário
- Análise do sistema de indicadores e documentos usados actualmente para a Monitoria e Avaliação
- Critérios para a sustentabilidade dos sistemas agrários



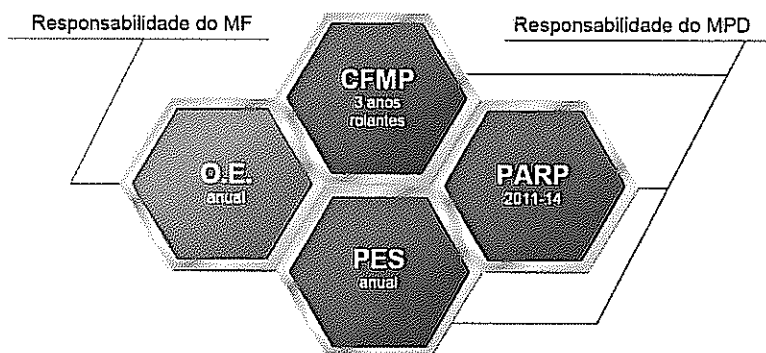
1. Resumo do Sistema Nacional de Planificação e Orçamentação

1.1 Os instrumentos de planificação

➤ Os instrumentos de planificação nacionais para o governo como um todo são:

- Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP),
- Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)
- Plano Económico e Social (PES)
- Orçamento do Estado (OE)

Figura 1: Instrumentos de planificação nacionais



Fonte: MINAG-GfA: Manual (Participante) do Curso de Planificação, Orçamentação e Indicadores

➤ A **Coordenação do processo nacional** de planificação e orçamentação é exercida pelos:

- Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e o
- Ministério das Finanças (MF).

O **MPD** é responsável para os três primeiros planos, a proposta do OE é preparada pelo **MF**.

As políticas e estratégias a médio prazo são operacionalizadas no PES anual. No PES são apresentados os sucessos do ano anterior e as prioridades para o ano futuro. Os dados de entrada do PES provêm das províncias e dos sectores. Para além dos seus dados de entrada para o PES, as províncias e sectores também possuem os seus próprios Planos Estratégicos e planos operacionais anuais.

➤ Hierarquia dos Instrumentos de Planificação em Moçambique

No topo da hierarquia é o Programa Quinquenal do Governo (**PQG**), que é apresentado à Assembleia Nacional no prazo de 60 dias de tomar posse um novo governo.

O **PARP** enuncia os objectivos do programa de governo em mais detalhes. É o documento principal da política e de referência que orienta o enquadramento do **CFMP**, o orçamento anual, e o **PES**.

O **PARP 2011-2014**, que sucede ao segundo Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta de 2006-2009 (**PARPA II**), foi elaborado em um processo que envolveu intensa interacção entre o MPD e os ministérios de linha, entre eles o MINAG.

O **OE** anual e o **PES** são produzidos pelo MF e MPD, respectivamente, e submetidos

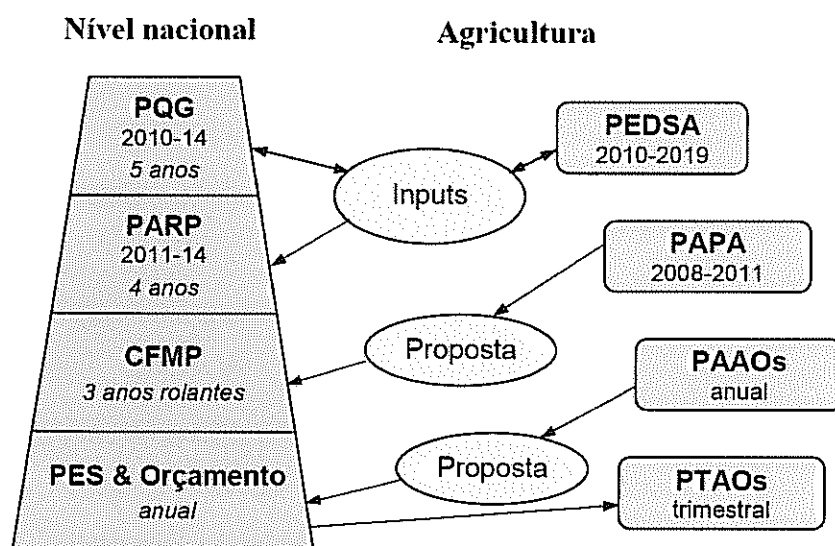


à Assembleia Nacional no fim de Setembro. Todos os ministérios e as unidades de despesa são obrigados a apresentarem as suas propostas para o PES, bem como para o Orçamento do próximo ano para essas instituições até ao final de Julho de cada ano.

O **CFMP** cria uma hierarquia clara de objectivos desde o **PQG** passando pelo **PARP** terminando no planeamento sectorial. Estabelece os limites máximos orçamentais para o ano seguinte ("Ano 1") e os limites máximos provisórios para mais dois anos; é actualizado todos os anos o que permite uma revisão da previsão das receitas no mesmo período, possibilitando alterações estruturais na despesa. O CFMP propõe a atribuição de todas as fontes de receitas, incluindo os fundos que vem como apoio orçamental geral, apoio a programas sectoriais ou projectos tradicionais.

O CFMP é **coordenado pelo MPD**, mas é um esforço conjunto entre o MPD e MF. É elaborado entre Novembro e Fevereiro, quando os sectores devem apresentar as suas propostas ao MPD. Após discussões e consolidação, o documento do CFMP final é apresentado ao Conselho de Ministros, em meados de Maio. Os valores do Ano 1 do CFMP, representam os limites máximos para a fase subsequente de elaboração do orçamento anual.

Figura 2: Hierarquia dos Instrumentos de Planificação em Moçambique



Fonte: Moçambique - Analysis of Public Expenditure in Agriculture, Annex 1, Draft, Nov. 2010, p. 2;

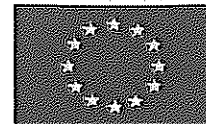
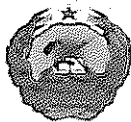
actualizada e adaptada por Equipa da GfA

Antes de dedica-nos aos planos do sector da Agricultura (da coluna da direita na Figura sobredita), estaremos considerando a estratégia nacional actualizada e vulnerabilidade:

1.2 O novo Plano de Redução da Pobreza 2011-2014 (PARP)

O perito teve acesso à estratégia actualizada de redução da pobreza PARP, difundida como "Rascunho" em Março 2011. Na apresentação do documento (p.2) consta:

"O **Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014**, é a estratégia de médio prazo do Governo de Moçambique que visa operacionalizar o Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 vista alcançar um **crescimento económico inclusivo e redução da pobreza e vulnerabilidade em Moçambique**.



O actual documento sucede ao PARPA II de 2006-2009, focalizando esforços para um

- i. **Aumento na produção e produtividade agrária e pesqueira,**
- ii. **Promoção de Emprego e**
- iii. **Desenvolvimento Humano e Social,** mantendo em comum os pilares sobre
- iv. **Boa Governação, e**
- v. **Macroeconomia e Pobreza.**

A abordagem sobre os assuntos transversais foi integrada nos 3 objectivos gerais do PARP referenciados.

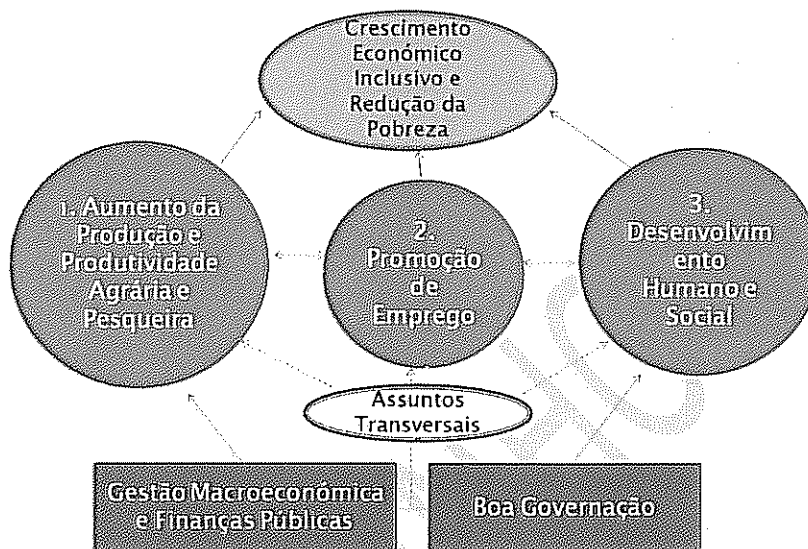
A designação PARP é derivada da percepção de que a pobreza sendo fenómeno multidimensional, o seu combate não deverá concentrar-se apenas nos elementos da pobreza absoluta, ela estende-se ao conceito mais abrangente: *"Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade".*

Está evidente que a estratégia recente é motivada fortemente pelos resultados da Terceira Avaliação Nacional da Pobreza que chega à conclusão que houve uma estagnação na incidência da pobreza entre 2002/03 e 2008/09, destacando entre os vários factores que contribuíram para a estagnação "a taxa na produtividade agrícola, na componente da produção de culturas alimentares."

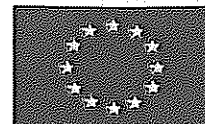
O PARP recolha os resultados da Avaliação mencionada, destacando que "... vários estudos apontam para a baixa produtividade agrícola como factor essencial de pobreza nas zonas rurais, onde a grande maioria dos moçambicanos vivem, e a agricultura é a actividade económica dominante. Os Sectores agrário e pesqueiro envolvem mais de 80% da população activa do País e cerca de 90% da força laboral feminina. Cerca de 70% da população depende primária da Agricultura e Pesca como fonte de sobrevivência." (p.7).

Por consequência o PARP propõe como orientação estratégica "... um **crescimento económico inclusivo para a redução da pobreza e vulnerabilidade em Moçambique**, para cujo alcance o **aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira** com impacto na oferta de alimentos, é factor determinante para a redução da incidência da pobreza, ...". (Outros factores são a Promoção de Emprego e a necessidade de apostar no Desenvolvimento Humano e Social.)

Figura 3: Objectivos do PARP



Fonte: PARP ("Rascunho") 2011-2014

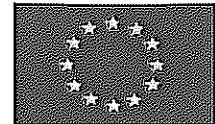
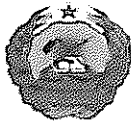


Seguidamente, o PARP analisa uma série de desafios para a agricultura familiar que Moçambique enfrenta para reduzir a pobreza e deduz os "Objectivos Gerais e Planos de Acções" respectivos. Se insere como **anexo 1** o Objectivo Geral 1 do PARP: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira.

Em comparação como PARPA II (que precedeu ao actual PARP), no qual a Agricultura figurava como uma actividade dentro do **Pilar Económico** (um dos três pilares do Plano, os outros eram o pilar da governação e o pilar do capital humano), agora à Agricultura a cabe o lugar mais destacado para combater e reduzir a pobreza.

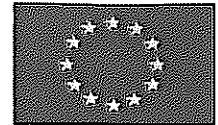
Isto também aparece indicar uma mudança no conceito sobre a relação entre a redução da pobreza e o crescimento económico. Geralmente, até agora a pobreza foi tratada mais bem como uma categoria residual para ser atendida pelo crescimento económico geral. Em outras palavras, a redução da pobreza parecia ser conceituada como a meta de crescimento económico e havia pouco reconhecimento que ela também pode ser um meio de alcançar esse objectivo. No entanto, a economia nacional, cresceu a uma taxa média anual de cerca de 7.6% no período 2002-2009, e este crescimento teve um impacto limitado na redução da pobreza evidenciado. Vários estudos realizados pelo MPD mostram que a eficácia do crescimento do PIB a reduzir a pobreza é mais baixa em Moçambique do que em outros países africanos com níveis semelhantes de desenvolvimento. Como consequência, agora com PARP 2011-14 se adopta um estratégia que favorece as camadas mais pobres (crescimento "pró-pobre"). Este é um tipo de crescimento económico capaz de gerar significativa redução da pobreza, beneficiando os pobres e incrementando o seu acesso a oportunidades (p. 7-8 do PARP).

Pensamos que o PARP actual (na base da versão "Rascunho") está estruturada de uma forma mais "amigável" à planificação e orçamentação do Sector, quer dizer facilitaria a interface com os planos anuais do MINAG e com o estabelecimento das implicações dos recursos.



2. Resumo das Estratégias do Sector Agrário

- Para o sector da agricultura, o documento básico foi a estratégia do **ProAgri I** (2000-04) e **ProAgri II** (desde 2006, em curso). A estratégia ProAgri II envolve não só agricultores de pequena escala mas também uma grande variedade de actores do sector comercial, da sociedade civil e do sector público. No entanto, a estratégia provou ser difícil de operacionalizar, pois foi mais um documento de visão para o desenvolvimento da agricultura; portanto, saíram diferentes documentos estratégicos adicionais, que servem para operacionalizar a visão.
- Documento "**Visão do Sector Agrário**", publicado e distribuído em 2004, fornecendo algumas indicações para o desenvolvimento de longo prazo do sector.
- Um documento titulado "**Prioridades de Desenvolvimento Agrário**", 2006-09, publicado em Setembro de 2006;
- **Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)**, aprovada em 2007. Este documento foi elaborado pelo MPD com o objectivo de promover a coerência nas iniciativas de apoio ao desenvolvimento rural e na coordenação das prioridades nacionais, regionais, distritais e locais. Estabelece que na actual situação económica rural moçambicana, a agricultura continuará a ser a base do sustento e trabalho da maioria da população rural.
- A **Estratégia da Revolução Verde**, adoptada pelo Conselho de Ministros em Outubro de 2007. Trata-se de uma estratégia multidimensional de combate à fome e à pobreza e tem como objectivo final o aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável. Para acelerar a implementação desta estratégia foi aprovado o PAPA em Junho de 2008:
- O **PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos)** é um plano com horizonte a três anos (por três temporadas agrícolas). É multi-sectorial e prevê investimentos na produção agrícola, armazenagem, comercialização e transformação.
Este plano é considerado uma prioridade pelo Governo e foi devidamente reflectido pelo Governo na sua planificação de médio prazo, tendo sido um dos factores determinantes do CFMP 2009-2011, onde foi previsto aumento significativo da despesa pública no sector agrícola.
- O **PEDSA (Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário, 2010-2019)** é um plano com uma visão de médio/longo prazo. Sistematizando um amplo leque de orientações estratégicas para a agricultura, com particular enfoque na Estratégia da Revolução Verde, nas Prioridades do Sector Agrícola, na Estratégia de Investigação, no Programa Nacional de Extensão, na Estratégia de Reflorestamento, no Plano Nacional de Florestas, na Estratégia de Irrigação, no Plano de Acção para a Produção de Alimentos, e no Plano Estratégico da Pecuária, o PEDSA pretende englobar uma visão partilhada pelos intervenientes chave do sector, criando assim um quadro harmonizado para guiar decisões, tratando de contribuir a acelerar a competitividade agrária de uma maneira sustentável.
A abordagem da implementação do PEDSA assenta na cadeia de valor, pelo que na sua operacionalização toma em consideração todas as actividades ligadas a:
(a) a geração e transferência de tecnologias, provisão de insumos agrários; (b) a produção agrária; (c) as actividades de processamento e comercialização que acrescentam valor aos produtos agrícolas, pecuários, florestais e faunísticos e (d) na gestão sustentável de recursos naturais.

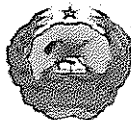


Pode-se verificar que todos os documentos de política e de estratégia existentes em torno do sector agrário incorporam a visão dos planos de acção para a redução da pobreza (**PARPA I e II, PARP**). Os planos e estratégias visam em geral o aumento da produção, da produtividade e a garantia da segurança alimentar reflectindo directamente os objectivos estipulados nos PARPA.

Nível de operacionalização das políticas:

Em geral, o nível de operacionalização das políticas é baixo, uma combinação de diversos factores e da própria conjuntura económica com destaque: dependência financeira para a implementação das políticas desenhadas, atrasos nos desembolsos de fundos externos, calamidades naturais e fraca capacidade de resposta, vias de acesso debilitadas e insuficientes, insuficiência de recursos humanos capacitados e ausência de uma efectiva coordenação interinstitucional (reflectindo-se sobretudo no desenvolvimento de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector).¹

¹ MINAG, com apoio da CIDA: Relatório do sector da Agricultura; Contribuições para Avaliação do PARPA II, Agosto 2009, p.22.



3. O Baixo Nível de Financiamento Público para a Agricultura

Inserimos o quadro que contém a totalidade das despesas para a Agricultura e Pescas no Orçamento do Estado para 2011, aprovado o dia 14 de Dezembro no plenário da Assembleia da República, conjuntamente com o PES 2011.

Tabela 1:

DESPESA NA AGRICULTURA E PESCAS NO OE 2011
(Millhões de MT)

	Func	Inv Int	Inv Ext	Total	Total interno
Central	711	1.426	3.010	5.147	2.137
Provincial	585	310	354	1.249	895
SDAE	549	0	0	549	549
Total	1.845	1.736	3.364	6.945	3.581
50% dos "7 milhões"		352			

Fonte: Orçamento do Estado de 2011

Seguidamente apresentamos o quadro da proposta MINAG (elaborado pela Direcção de Economia DE):

Tabela 2: Proposta MINAG de Orçamento para 2011

Resumo da Proposta de Orçamento para 2011

		Funcionamento	Investimento			Total
			Interno	Externo	Total	
Central	MINAG	122.428,69	891.317,96	589.444,18	1.480.762,14	1.603.190,83
	IAM	30.614,69	20.000,00	1.778,87	21.778,87	52.393,56
	INCAJU	7.021,32	125.350,38	14.683,38	140.033,76	147.055,08
	CEPAGRI	6.780,47	150.000,00	15.660,81	165.660,81	172.441,28
	IIAM	67.773,29	31.467,26	52.386,37	83.853,63	151.626,92
	FDA	277.421,71	9.286,16	219.236,63	228.522,79	505.944,50
	SETSAN	13.140,75	5.190,00	6.929,50	12.119,50	25.260,25
	INFATEC	12.453,98	5.456,06	2.314,96	7.771,02	20.225,00
	CENACARTA	10.411,80	12.500,00	0,00	12.500,00	22.911,80
	Total	548.046,70	1.250.567,82	902.434,70	2.153.002,52	2.701.049,22

		Funcionamento	Investimento			Total
			Interno	Externo	Total	
Provincial	DPAs	416.781,11	216.918,05	353.946,52	570.864,57	987.645,68
	IAM	10.228,49	141,77	0,00	141,77	10.370,26
	INCAJU	34.331,14	28.602,75	0,00	28.602,75	62.933,89
	CEPAGRI	0,00	18.868,19	0,00	18.868,19	18.868,19
	Total	461.340,74	264.530,76	353.946,52	618.477,28	1.079.818,02

		Funcionamento	Investimento			Total
			Interno	Externo	Total	
Total	Central	548.046,70	1.250.567,82	902.434,70	2.153.002,52	2.701.049,22
	Provincial	461.340,74	264.530,76	353.946,52	618.477,28	1.079.818,02
	Total	1.009.387,44	1.515.098,58	1.256.381,22	2.771.479,80	3.780.867,24

Fonte: MINAG-DE-Departamento de Planificação

Apesar de que os quadros não sejam comparáveis diretamente, se pode constatar claramente que o valor aprovado está de certa monta (aproximadamente 20%) por debaixo do montante solicitado. Estes cortes significam uma re-planificação morosa das despesas aos três níveis do MINAG.



A baixa contribuição relativa da despesa pública para a Agricultura também se pode depreender muito bem da seguinte tabela:

Tabela 3: Contribuição da Agricultura para o PIB,
Crescimento da Agricultura,
Despesa pública para a Agricultura

Year	% GDP	% Growth	Total expenditure for Agriculture
2003	23.4	5.2	5.2
2004	22.8	5.1	6.5
2005	22.5	6.9	6.9
2006	22.9	10.4	5.6
2007	23.1	8.2	5.4
2008	23.6	9.3	5.7
2009	23.8	7.4	5.6

Fonte: PPT apresentada por Rafael N.Uaiene no Maputo Growth Seminar (colunas GDP e Growth);
Documento AgPER, p. 6 (despesa Pública para Agricultura)

A contribuição da agricultura para o PIB nacional em Moçambique é muito maior do que a parte do orçamento do Estado alocado para a agricultura. A dotação orçamental média para a agricultura foi de 5,8%, enquanto a contribuição média da agricultura para o PIB foi de 23,2%:

Mais importante, os pobres vivem em áreas rurais e dependem da agricultura para a sua subsistência. Portanto, as despesas agrícolas são um dos instrumentos governamentais mais importantes para promover o crescimento económico e a redução da pobreza nas zonas rurais e no país em geral.

O Governo tem manifestado em várias oportunidades, que os fundos alocados para sustentar o sector agrário vão duplicar até 2015, passando dos actuais 5.6 por cento do Orçamento do Estado para dez por cento, no espírito do Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP).²

² O País, 14.12.2010: Governo garante atingir meta de 10% do orçamento para agricultura antes de 2015

O primeiro-ministro, Aires Ali, que falava ontem em Maputo no lançamento do Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP) para Moçambique, garantiu, que o governo moçambicano deverá alocar 10% do valor do Orçamento do Estado para o desenvolvimento da actividade agrícola, antes de 2015. A ser materializado este objectivo, o Executivo estará em sintonia com a declaração de Maputo - de Julho de 2003 -, na qual os chefes de Estados e de governos da União Africana assumiram o compromisso de disponibilizar 10%, ou mais, dos seus orçamentos anuais para a agricultura, a partir de 2010.

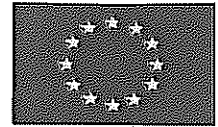
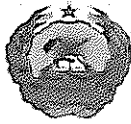
"Actualmente, o nosso país é tido como tendo alcançado 5.6% da alocação orçamental para a agricultura em 2009. O nosso Governo está comprometido em alocar mais recursos à agricultura, e estamos confiantes que antes de 2015 vamos atingir a meta de 10%", afirmou Aires Ali.



Figura 4: Calendário de Planificação, Orcamentação e Relatórios (Fonte: Análise da Despesa Pública; adaptado e complementado pela equipa GfA)

NB: O período de cultivo varia dentro do país, começando mais cedo nas regiões Sul e mais tarde no norte do país





4. A Tradução de Prioridades em Planos de Actividades e de Despesas

4.1 Planificação das Actividades

A planificação descentralizada com envolvimento da população começou em Moçambique no início dos anos 90. Em geral se tratava de programas com financiamento externo, implementados por organizações internacionais que colaboravam com as estruturas do Estado. Foi neste contexto de descentralização do processo de planificação distrital que, no ano de 1999, o MINAG iniciou o programa sectorial ProAgri I, introduzindo métodos participativos de planificação e orçamento, que eram bastante inovativos tanto para o MINAG como para o Governo de Moçambique. Nesta fase foram introduzidos o **Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO)** e os respectivos Planos Trimestrais de Actividades e Orçamento (PTAOs), conjuntamente com o sistema de contabilidade interna Arco-Iris.

Os **PAAOs** foram concebidos para assegurar que as actividades do MINAG e seus institutos e as direcções provinciais respeitem os princípios básicos que foram acordados com os doadores. Nesse período quase todo o apoio dos doadores seguia a modalidade de projectos, o financiamento proveniente dos recursos do tesouro geral para a agricultura foi pequeno em relação aos fundos dos doadores destinados à agricultura. Isto mudou: Os doadores estão agora a fornecer grandes quantidades de Apoio ao Orçamento Geral, e o financiamento externo está a perder peso em relação ao crescimento das receitas internas. Como consequência, a tarefa está mudando, passando da necessidade de decidir e justificar a forma como os fundos fornecidos pelos doadores ao MINAG são utilizados, à convencer o MPD sobre a pertinência e validade da abordagem estratégica e os efeitos positivos das actividades levadas a cabo pela administração agrícola.

A preparação dos PAAOs começa ao nível local, em Fevereiro/Março, quando os serviços agrários do distrito (integrados nos SDAEs) compilam uma lista de actividades que eles gostariam de implementar durante o próximo ano fiscal. Geralmente, neste processo, os SDAEs são apoiados pelos respectivos DPAs. Em muitas províncias se organizam encontros (frequentemente de três dias de duração) com os técnicos e os Concelhos Consultivos ao nível distrital.

Em Maio, a DE do MINAG circula as instruções de planificação para o próximo ano fiscal, bem como tectos orçamentais do investimento externo para todos os DPAs.

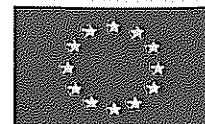
Até o final de Maio, os distritos enviam os seus PAAOs para o nível provincial, onde são revisados, harmonizados, agregados, incluídos no seu plano de actividades e orçamento próprios.

Ao nível central os PAAOs da província são recebidos no final de Junho, começo de Julho. Estes são revistos, harmonizados, agregados, adicionados ao nível central dos planos e orçamentos, e submetidos ao MF e MPD. Unidades subordinadas em geral e os distritos em particular não são sistematicamente informados sobre a versão revista da proposta de orçamento, e como foi integrada na proposta do nível central.

(Para melhor compreensão, veja a [Figura 4](#) inserida ao início do presente capítulo).

No actual contexto, o exercício de planificação através dos PAAOs tem uma série de deficiências sistémicas:

Já foram mencionadas as frequentes "revisões, harmonizações, agregações e re-priorizações" (quer dizer: **cortes**) dos valores planificados, pelos níveis superiores.



O gráfico a seguir, elaborado na base das informações recebidas de 9 distritos em 4 províncias, mostra a tendência dos cortes aos diferentes níveis:

Figura 5: Orçamentação e fluxo de fundos

%		Orçamentação e Fluxo de Fundos	
100		Montante do PAAO distrital	
84		Harmonização pela DPA	
73		Harmonização pelo MINAG Central	
47		Harmonização MPD - MF - MINAG	
		Aprovação pela Assembleia da República	
32		Fundos disponibilizados (por causa da "usual redução automática" de 15% do valor inicial, aplicada por MPD-MF)	
32	14	MINAG (para o distrito)	
	12	DPA (para o distrito)	
	6	Desembolsado para os SDAEs	

Fonte: Study on Institutional Framework, adaptada por equipa GfA ³

A tabela mostra que somente o 32% (menos do que um terço) do orçamento planificado foi disponibilizado. Deste 32% somente um quinto (6) foi transferido para o nível distrital. Os restantes fundos foram gastos pelo nível central ou provincial para os distritos, mas não pelos distritos.

São frequentes os atrasos nos desembolsos (sobre todo os fundos para o primeiro trimestre chegam geralmente somente em Março), a ausência de fundos disponíveis nos momentos oportunos no âmbito do calendário sazonal é a consequência;

O período em que o PAAO é preparado (Março a Junho) é muito distante do período de execução (Janeiro a Dezembro do ano seguinte) e geralmente não permite a incorporação de avaliações da actual temporada agrícola.

Outra fraqueza do processo de planificação de actividades e orçamento é que não está bem integrado na planificação geral dos distritos. Na teoria, o Plano de Desenvolvimento do Distrito (PDD) deveria ser um instrumento de harmonização entre os veios verticais e horizontais, definindo melhor as prioridades distritais de médio prazo. O PAAO distrital e os outros planos sectoriais deveriam ser uma forma de "especificação", contribuindo para o PESOD. No entanto, a prática mostra que o PDD quase não tem nenhuma relevância no processo de elaboração dos PAAOs distritais. O gráfico a seguir ilustra esta planificação paralela. Em síntese se pode dizer que para elaborar planos separados são gastos muitos recursos humanos, materiais e financeiros que podiam ser economizados no caso de uma planificação integrada.

³ Study on Institutional Framework for decentralisation in the agricultural sector in Mozambique, contract number 2007/145198 Framework Contract, July 2008, p.43; adaptada e actualizada.

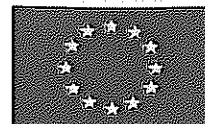
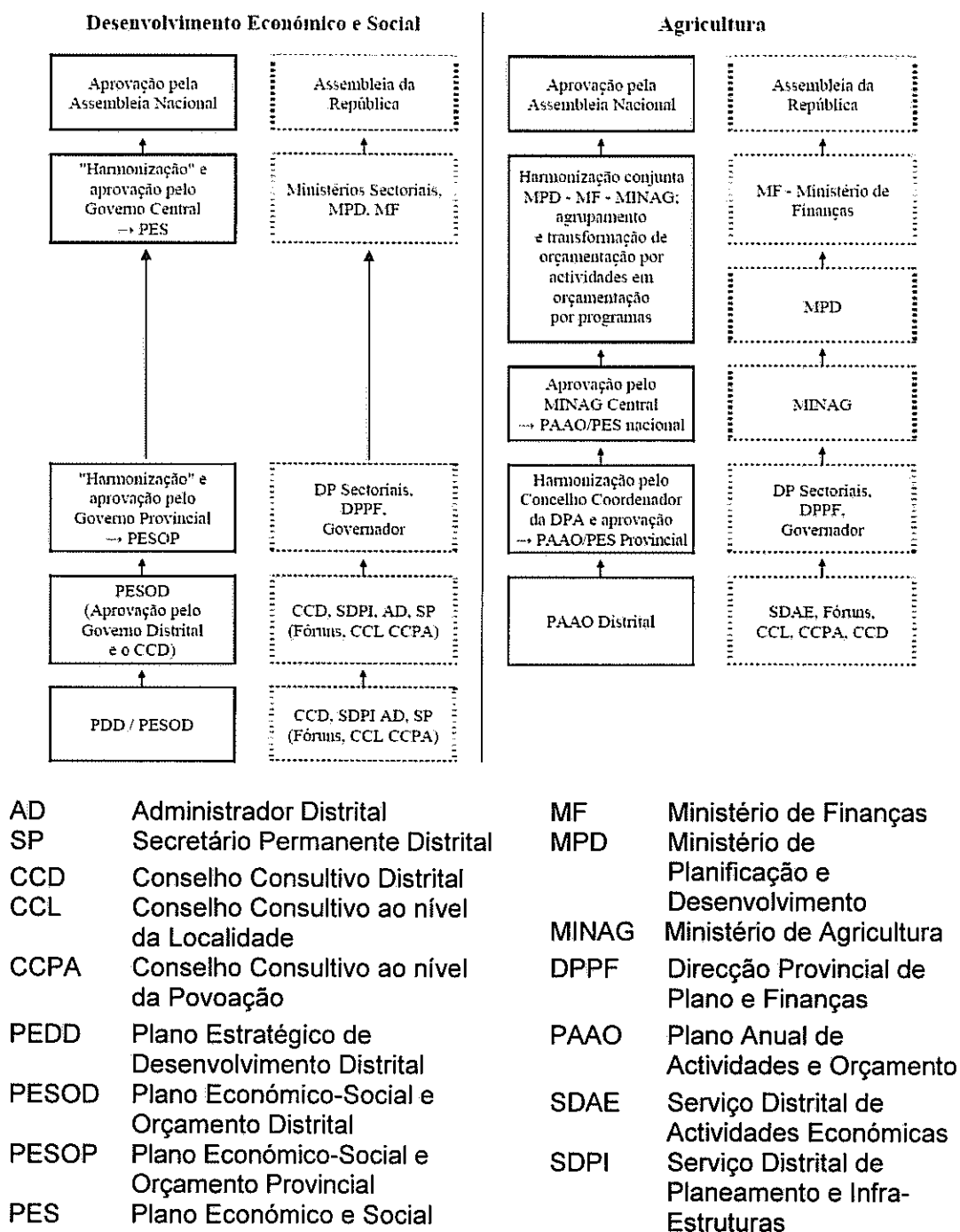


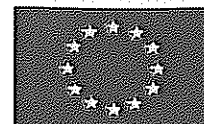
Figura 6: Planificação Distrital "Paralela": Instrumentos e actores principais



Fonte: Study on Institutional Framework, adaptada por equipa GFA

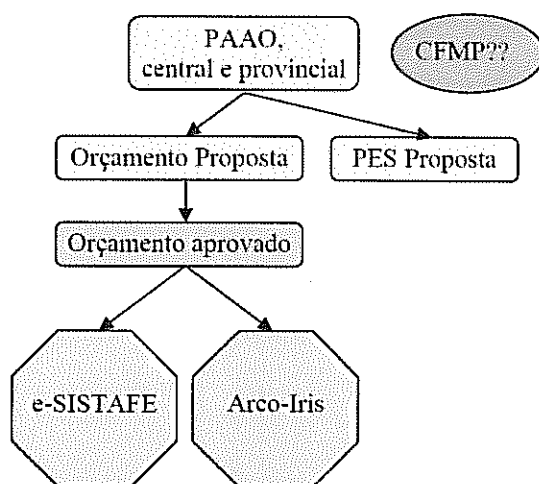
O PAAO serve para preparar a proposta do MINAG, das direcções, e dos institutos subordinados para os ministérios responsáveis (MF e MPD) pela elaboração do OE e do Plano Económico e Social (PES).

Uma vez "globalizados" os PAAOs ao nível nacional e apresentados para MPD e MF em forma comprimida (estes não chegam a ver os detalhes), a planificação original dos PAAOs se torna irrelevante. Com toda razão o AgPER estabelece: É ainda questionável se o PAAO é um passo útil para a preparação da proposta orçamental



para o MPD e MF: Estes nunca vêem os planos detalhados (também porque eles são demasiado pormenorizados para esta fase de preparação do orçamento a nível do MPD/MF), as verbas provinciais para o orçamento recorrente não são influenciados pelo exercício do PAAO (porque são essencialmente fixadas na fase do CFMP). A seguinte figura visualiza este processo:

Figura 7: Sistema actual de planificação financeira



Fonte: Equipa do AgPER

Na figura tirada do estudo AgPER não figura nenhuma linha de conexão com os demais elementos do fluxo de planificação financeiro. Isto deve-se ao facto de o CFMP ser um instrumento relativamente novo em Moçambique, que não existia quando o sistema original de planificação e execução financeiro foi criado. No entanto, o processo do CFMP se está gradualmente tornando mais institucionalizado. Desde o orçamento de 2007 os sectores estão sendo consultadas extensivamente, e do CFMP está se tornando um quadro de despesas a médio prazo. Orientações do MPD são regularmente emitidos que prescrevem o formato das propostas necessário que os sectores devem adoptar. Vários técnicos (do nível central do MINAG e dos níveis provinciais) manifestaram que o CFMP deve substituir o exercício dos PAAOs por completo, outros técnicos salientam o valor da planificação detalhada através dos PAAOs; manifestando que é importante conhecer as prioridades dos distritos, e que só nesta base seria possível de planificar adequadamente aos níveis provincial e central.

Efectivamente, o exercício do PAAO tem dois méritos: Em primeiro lugar, ele tem um valor educativo, na medida em que sublinha a necessidade de considerar os custos, juntamente com metas. Em segundo lugar, porque os PAAOs apenas lidam com despesa em funções essenciais, que podem ser úteis para proteger as verbas orçamentais para estas.

4.2. Novas funções para o CFMP e PAAO

Apresentamos seguidamente em forma sintética a proposta contida no documento AgPER:

- O MINAG e suas instituições subordinadas e Direcções Provinciais preparam uma proposta *única e consolidada* para o exercício nacional do CFMP. Esta apresentação ao CFMP deve ser preparada numa forma não muito detalhada, enquanto que as opções estratégicas são tornadas claramente visíveis. Deve ser negociado dentro do MINAG e nas províncias e institutos.

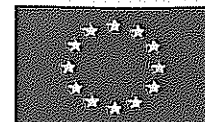
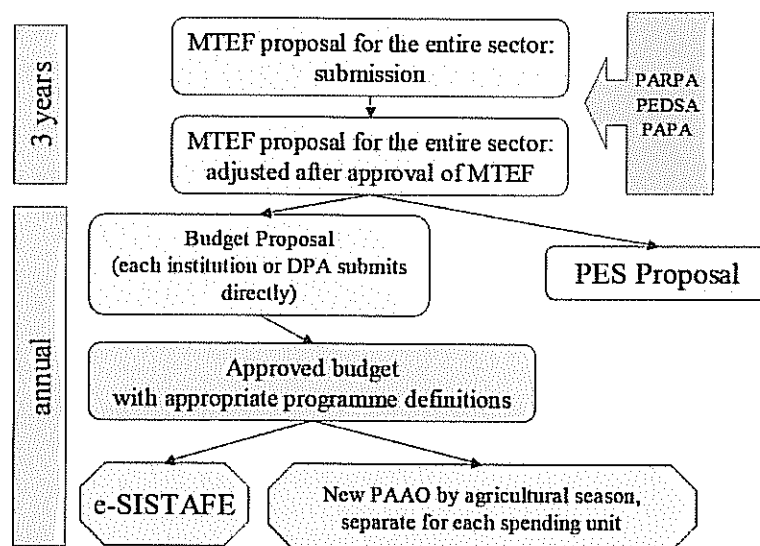


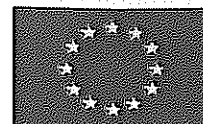
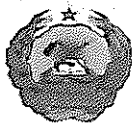
Figura 8: Sistema proposto para planificação e controle de despesas



Fonte: Equipa do AgPER.

- O MINAG pode optar por trabalhar com as províncias e os institutos, a fim de assegurar que a ênfase programática do CFMP seja reflectida na proposta de orçamento que, no final, cada instituto e de cada província submete ao MF de forma independente.
Um seminário pode ser um instrumento adequado para garantir foco e coerência. Enquanto que podem ser feito alguns ajustes na estrutura programática nesta fase, não deve haver qualquer nova negociação sobre a atribuição de limites máximos para as organizações.
- Depois que o orçamento for aprovado, a sua execução deve ser gerida. É necessário um exercício mais detalhado de planificação das despesas a fim de evitar um processo de execução orçamental de primeiro-a-chegar-primeiro-a-servir e assegurar que as quantidades suficientes são reservadas para as principais actividades que devem ter lugar em momentos definidos no ano. Os PAAOs pormenorizados são um instrumento adequado, se forem introduzidos nesta fase e se eles servirem para definir actividades específicas no âmbito de um firme limite financeiro.
- **Esta proposta muda a natureza do PAAOs substancialmente.** Em vez de compilar as necessidades, estas iriam reflectir planos negociados das unidades de despesas dentro do sistema do MINAG sobre como utilizar o orçamento aprovado.
- O PAAO seria elaborado em Novembro/Dezembro (quando a proposta orçamental total for conhecida, embora ainda não aprovada pela Assembleia da Republica) para o ano seguinte, o que já que reduz o horizonte temporal.
- Também é possível **preparar os PAAOs para o ano agrícola**, que abrangem o período de Julho a Junho. Nesse caso, o PAAO teria duas colunas: uma para o ano fiscal corrente (até Dezembro), o outra para o primeiro semestre do ano seguinte, para o qual o orçamento está sendo preparado no momento em que é elaborado o PAAO (Maio/Junho).

Coincidimos plenamente com estas propostas e acrescentamos:



Inconsistências entre PAAOs e PES: Embora a proposta orçamentária do nível provincial e central e as submissões do sector para o PES são baseados nos PAAOs, a coerência do orçamento e do PES está longe do ideal.

- Os PAAOs são preparados sob a perspectiva de ter acesso aos fundos, e não como instrumentos para o planeamento detalhado de fundos que têm sido atribuídas.
- Outro aspecto é que o PAAO reflecte unicamente a planificação das funções nucleares (*core functions*, como Ajudas de Custos, combustíveis e Lubrificantes e alguns "outros serviços") e não contem os Projectos de Desenvolvimento Local.
- há uma desconexão entre a preparação do PES e a elaboração do orçamento, principalmente devido às diferentes formas em que são agregados e consolidados;

Os elementos da proposta para o PES são preparados pelos serviços técnicos do MINAG ao nível provincial, com um certo grau de consulta com o pessoal dos distritos. As propostas técnicas são então enviados para (a), ao Departamento de Economia da DPA, ao nível provincial e (b) à direcção técnica correspondente do MINAG, ao nível central. Ambos consolidam as propostas. As direcções técnicas na MINAG central enviam a versão consolidada ao DE do nível central, onde é conjugado com as respectivas propostas de outras direcções, para a apresentação final ao MPD. As DEs provinciais também consolidam as propostas elaboradas pelos diversos departamentos técnicos e apresentam a versão sincronizada à Direcção Provincial do Plano e Finanças.

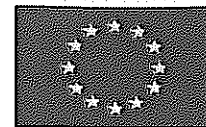
O PES nacional, então, é elaborada pelo MPD, enquanto os PES provinciais são preparadas por cada Província para a apresentação e aprovação do governo provincial. Dadas estes procedimentos, as frequentes inconsistências realmente não constituem uma surpresa.

Seria sumamente útil **adaptar a planificação e orçamentação ao ano agrícola:**

O ano fiscal vai de Janeiro a Dezembro, enquanto que a safra agrícola vai de Outubro a Abril, com a campanha de comercialização correspondente de Maio a Setembro (veja a **Figura 4** "Ciclo de planificação, ..."). Isto implica que o financiamento para qualquer época do ano agrícola deve ser dividida em dois anos fiscais. Fazer uma planificação detalhada para a campanha de comercialização e para a primeira metade da estação de crescimento com mais de 18 meses de antecedência faz com que seja praticamente impossível de aprender com os resultados de uma temporada para o benefício da próxima.

Estamos convencidos de que com base no PEDSA e no actual PARP seria bastante fácil traduzir as prioridades políticas em actividades a serem planificadas/custeadas. Isto mesmo queríamos expressar com o título "tradução de prioridades em planos" deste capítulo. **Traduzir prioridades em planos** de despesas implica também que as prioridades têm de ser operacionalizadas, avaliadas e, em seguida, reconsideradas, tendo em conta os custos e impacto esperados. Portanto, o estabelecimento de planos de despesas não é apenas um exercício técnico, mas também a ocasião na qual as prioridades são reconsideradas tendo em conta os seus custos, e negociadas.

Resumimos com o estudo AgPER que a planificação financeira a médio prazo no sector deve desempenhar um papel mais proeminente. A actividade de planificação deve ser usada *primordialmente* para facilitar a tomada de decisões sobre as actividades a serem realizadas sob a alçada do **orçamento aprovado**, não como um instrumento para tabular as necessidades e preparar a proposta orçamental anual para o MF. Ao elemento participativo que está ligado ao PAAO pode ser atribuído um valor adicional se as actividades de planificação participativa, em consulta com os



beneficiários dos serviços, forem realizadas sob um tecto financeiro firme que leva a um calendário de actividades realístico e susceptível de monitorização.

Queremos destacar um interessante **efeito colateral positivo** que poderá ser alcançado com o reordenamento dos sistemas de planificação na forma exposta. cremos que contribuirá fortemente a diminuir as fricções e mal-entendidos aos diferentes níveis, que ainda persistem.

Através dos diferentes contactos mantidos pelo perito durante a estada em Moçambique, resultou bastante evidente que ainda existe uma certa frustração sobre todo relacionado com a descentralização:

Ao nível central há queixas que muitas pessoas estariam metidos no tema de descentralização, com muita confusão.

A DE Central não se pode impôr contra um administrador e muito menos contra um governador.

Um é forçado sob pressão para ter sucesso (Produção de Alimentos, PAPA, etc.), e apoiando/auxiliando os políticos locais e obedecendo, mesmo que não tenha sentido agro-económico. (Exemplo: A produção de milho em áreas secas da zona sul (Gaza, Inhambane, etc) - foram colocados muitos recursos (sementes) na areia!

Voz do distrito: "Apenas há descentralização de funções (e de problemas!) - e não de médios!"

Pensamos que a aplicação do instrumento CFMP e a consequente planificação com tetos realistas ao nível distrital, com apoio dos nível provincial, possivelmente dentro de um período que coincida com o ano agrícola, criará mais transparência, eliminaria muita confusão e dará um grande impulso para que a descentralização possa ter o êxito que todos desejam.

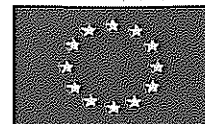
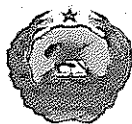
4.3 Definição de uma estrutura adequada de programas e subprogramas

Os programas devem ser definidos em função do **objectivo** da despesa, ou seja, a categoria dos serviços que a despesa irá produzir. Os programas devem:

- referir-se a um conjunto de serviços semelhantes, e
- ser definidos de tal forma que o gestor do programa possa ser nomeado.

Se vários níveis institucionais (como central e províncias) contribuírem para um serviço, o programa pode se estender por várias instituições. A parte que é confiada a um gestor é a combinação entre a instituição e programa. Por exemplo, se "serviços de exten-são" é o programa e a DPA de Niassa a instituição, deveria haver uma pessoa responsável pela gestão dos serviços de extensão em Niassa. A possibilidade de atribuir a responsabilidade de gestão do orçamento de um programa a uma pessoa ou unidade deve ser um dos princípios orientadores mais importantes – as definições devem visar a praticabilidade, e uma certa falta de lógica pode ser tolerada.

Os programas são hierárquicos na sequência programa > subprograma > actividades. Na prática, o controlo das despesas pelo MF vai parar ao nível do programa. A distribuição dos fundos por subprograma pode ser modificada dentro da instituição, e as actividades normalmente não aparecem no controlo do orçamento e das despesas. Portanto, todos os itens que são de importância política e onde a escolha é estratégica e não operacional deverá aparecer ao nível do programa. Para isso, a estrutura do programa deve ser ampla e não profunda.



Nesse sentido, "serviços agrários" é uma categoria que é demasiado ampla para ser útil como um programa. Pelo contrário, a extensão, apoio à produção, serviços veterinários, e irrigação devem aparecer no programa, em vez de ao nível do subprograma.

A definição dos programas no primeiro nível é bastante semelhante à classificação funcional e orgânica. Este não é um problema, mas sim uma vantagem: os programas geralmente podem ser facilmente atribuídos a uma unidade no seio da instituição, cuja responsabilidade é frequentemente muito semelhante a uma função de acordo com o COFOG internacional. Mas, quando uma unidade organizacional é responsável pela prestação de serviços bastante diferentes, a classificação do programa deve ser mais detalhada do que a classificação orgânica ou funcional.

A classificação deve concordar com a classificação aplicada no PARP. O custeamento e projecção de despesas assumidas pelo PARP serão feitos através do Cenário Fiscal de Médio Prazo, através da ligação entre os programas de investimento e as acções prioritárias identificadas para o alcance dos objectivos do PARP. Em função da projecção do envelope de recursos 65% das despesas do OE são alocados para os objectivos prioritários do PARP com base na abordagem de orçamentação programática (PAR, p. 36).

Como já se conhece e trabalha com o COFOG em Moçambique, recomendamos usar o sistema ISIC ⁴ para a classificação dos diferentes grupos e classes de rubricas agrárias e actividades de apoio existentes em Moçambique. Poderia servir perfeitamente para fins estadísticas e também para conceber uma estrutura adequada de programas e subprogramas que possam ser usados para todos planos financeiros e aspectos de gestão. (**Anexo 6:** ISIC, Classification Section A: Agriculture, forestry and fishing.)

⁴ United Nations Statistics Division, <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=27>
ISIC - International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev.4



5. Directivas para a Avaliação económica das Intervenções de Apoio

5.1 Algumas Dimensões para a Priorização política

A nossa parecer, a DE deverá fazer honra ao seu nome e levar a batuta do MINAG na realização de análises e avaliações de índole económica, que servirão de bases para a definição de prioridades dos planos de actividades e de despesas a serem incluídos na proposta de CFMP. Isto fortalecerá também a posição do MINAG na defesa das propostas elaboradas frente aos ministérios MPD e MF; quando mais convincente a justificação e fundamentação de uma proposta, mais elevadas as chances de ser aceiteada sem maiores cortes.

Impactos ao nível de campo que sejam sustentáveis são o objectivo final e isso implica necessariamente que as actividades que são capazes de gerar rendimentos deverão ser enfatizadas. Algumas das dimensões pelas quais as escolhas terão de ser feitas:

Espacial - Agricultura depende da base de recursos naturais e algumas províncias estão melhor dotadas do que outras. Isso significa que mais recursos deveriam ir para as áreas com maior potencial agro-climático, já que haverá um maior retorno sobre o investimento nessas áreas. Isto implica que as províncias com maior precipitação e melhores solos serão favorecidos. Outras considerações incluem a proximidade dos mercados ou de caminhos e demais infra-estruturas, mas o processo político deve ser guiada por uma avaliação racional dos retornos de investimento.

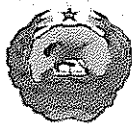
Função Ministerial - Se o objectivo é gerar um impacto a campo, então as repartições do Ministério que estão mais directamente relacionadas com este deverão ser favorecidas em detrimento de outras. Como declaração geral, isto significa que os serviços de investigação e as funções de extensão devem ser priorizadas, já que são estas funções que realmente trabalham para mudar as condições nas explorações mais directamente. Note-se que isso não prejudica a questão se a extensão deve ser feita através dos serviços do mesmo Ministério ou em forma terceirizada para ONGs ou outras entidades. Pelo contrário, indica que os serviços de extensão (seja como são entregues) e os resultados pertinentes da pesquisa que transmitem devem ser investidos como itens prioritários.

Cultura - Embora não seja necessariamente o trabalho do governo para promover escolhas de culturas particulares, é o trabalho do governo para definir as prioridades da investigação agronómica nacional. Aqui, o Governo tem que ser claro na definição de prioridades de acordo com os objectivos do PARP (e do Papa) e o potencial de investigação para melhorar a segurança alimentar e gerar aumentos de culturas comercializáveis numa escala maior.

Tipo de exploração agrícola - Há muitas discussões ultimamente se uma distinção explícita deve ser feita entre as explorações comerciais e familiares.

O papel do governo não é necessariamente a favorecer um tipo e a desencorajar outro. Haverá espaço para os dois tipos, para grandes fazendas e para pequenas empresas de tipo familiar.

O objectivo para os pequenos agricultores é se tornar numa exploração maior de operações comerciais próprias. O verdadeiro teste para uma exploração agrícola grande e a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento rural é a medida em que a exploração esteja ligada com outras entidades nacionais, tanto no lado dos *inputs* como dos *outputs*.



Localização na cadeia de produção / comercialização: A pergunta deve ser feita, onde é que as limitações mais importantes para o progresso ocorrem? Embora muitos desses são, sem dúvida, orientadas para a produção, é claro para a maioria dos observadores que o marketing é o gargalo mais importante. Isso significa um foco ampliado não apenas para actividades como a formação e fortalecimento de associações de produtores, mas para o todas formas de agro-negócio em geral.

5.2 Avaliação económica em quatro Níveis

A avaliação económica de projectos de desenvolvimento da agricultura familiar normalmente analisa impactos esperados em quatro níveis: ao **nível do grupo alvo**, ao **nível institucional**, ao **nível macro-económico** e ao **nível do meio ambiente**.

A análise económica não conduz a uma declaração simplificada como "o projecto é económico". Faz mais sentido, analisar os efeitos económicos das medidas específicas ou de um projecto como um todo sobre as pessoas envolvidas, em cada um dos quatro níveis mencionados.

Ao **nível do grupo-alvo** é importante para avaliar, se o grupo-alvo está em uma posição a adoptar e sustentar as inovações promovidas, dadas as condições quadro existentes. Instrumentos para a avaliação são a **análise de margem bruta e da renda**.⁵ Adopção de inovações por parte das famílias depende do factor mais limitativo da produção que estas enfrentam, que na maioria dos casos é capital (disponibilidade de dinheiro).

Também as análises de investimento de bens de longa duração (por exemplo, de culturas permanentes) são importantes. A experiência mostra que as adopções geralmente são realizadas, se conduzem a um aumento de 30% na margem bruta.

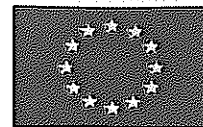
No entanto, devido à falta de disponibilidade de fundos, uma adopção não pode ocorrer. Assim, fogões melhorados podem ser rentáveis após apenas um mês ou dois, ou seja, o ponto de equilíbrio em que a soma dos custos de lenha é igual que o custo do fogão, é alcançado após 30 a 60 dias. No entanto, as mulheres frequentemente não são capazes de adquirir o fogão, porque não têm a liquidez necessária.

Instituições de apoio são organizações de serviços, como agências de extensão, cooperativas ou grupos de interesse dos agricultores. É importante analisar se a instituição possa cumprir a sua função após a cessação da ajuda externa. Além disso, é importante avaliar se os serviços são prestados de forma eficiente, considerando os recursos limitados.

Avaliação do impacto económico de projectos da agricultura familiar a **nível macro-económico** é, na maioria dos casos, uma avaliação hipotética com base em dados concretos. No entanto, com grandes projectos, é importante verificar se os serviços necessários da parte do Governo podem ser sustentados. Um instrumento clássico para a análise económica a nível macro-económico é a análise custo-benefício.

Muitas vezes, é suficiente para fazer cálculos rudimentares: Se o grupo-alvo de 40.000 famílias totalizaram uma renda adicional de 100 \$ por ano, se compara esse benefício de 4 milhões com o custo total do projecto, de - por exemplo - 2 milhões de \$.

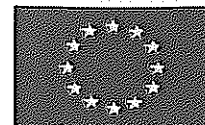
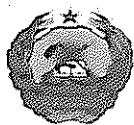
⁵ Incluímos com **anexo 7** uma forma simples de um cálculo do margem bruto de uma cultura, o que pode ser realizado pelo técnico e pelo produtor mesmo.



Também se deve considerar que a renda em áreas rurais ter efeitos multiplicadores. Por exemplo, cada unidade de dinheiro 0,8 \$ ganho pode gerar 1,4 unidades adicionais de dinheiro para o ciclo económico.

A avaliação de impacto ambiental tem de considerar todos os efeitos externos, tanto do lado dos custos, como do lado dos benefícios. A correcção dos preços de mercado correntes dos bens, de acordo com seu valor/indicador de disponibilidade limitada, é uma prática comum. Por exemplo, em vez de usar o valor de mercado da madeira tropical em uma análise económica, um valor substituto poderá ser utilizado, que poderia ser baseada nos custos de substituição das florestas tropicais. O mesmo se aplica a bens colectivos, como água pura. Essa abordagem pode influenciar a taxa interna de retorno dos projectos de forma significativa.

Avaliação de impacto económico é apenas um elemento da avaliação de projectos dirigidos a sistemas de agricultura familiar. Além disso, análises técnicos, culturais, organizacionais e políticos são igualmente importantes.



6. Análise e Recomendações nas Áreas de Monitoria, Avaliação e Relatórios

6.1 Monitoria sobre o Desempenho e Relatórios

A monitoria anual e os relatórios sobre o desempenho são feitos através do instrumento **Balanço do PES (BdPES)**, que também serve como relatório de implementação e monitoria para o programa de redução da pobreza PARPA. Além do BdPES anual, há um relatório de implementação intercalar, abrangendo os primeiros seis meses do ano. O prazo para a apresentação ao Parlamento é de 45 dias após o término de um semestre.

Outros Instrumentos de monitoria utilizados regularmente são as secções sobre agricultura na **Revisão Conjunta** anual (JR - *Joint Review*,) em Março e na revisão intercalar em Setembro.

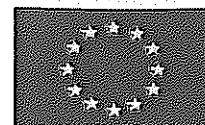
Além disso, MINAG produz um **Relatório Anual de Avaliação de Desempenho** que é apresentado aos parceiros do Grupo ProAgri. Este relatório também informa sobre o progresso logrado contra uma grande lista de indicadores, a chamada Matriz do Memorando de Entendimento. Esta matriz, que é anexo ao Memorando de Entendimento para o fundo ProAgri comum, contém uma longa lista de indicadores e metas, e é utilizada pelos parceiros do sector e o ministério para avaliar o desempenho do ano anterior. Esta avaliação inclui o grau em que o plano e suas metas foram implementadas, bem como a execução orçamentária e a gestão.

Muitas das direcções técnicas do MINAG também produzem seus próprios relatórios anuais, que normalmente servem de base para as reuniões anuais de cada departamento técnico.

(Para melhor clareza, o tipo e sequência dos relatórios podem ser depreendidos da **Figura 4** "Calendário de Planificação ...", ao início do capítulo 4.)

Uma grande parte das informações contidas nos Balanços do PES informa sobre os valores de produção do sector agrícola, embora não seja muito claro o que e em que medida os serviços públicos contribuíram para o desenvolvimento. Informações sobre o desempenho do Ministério ou a execução das políticas do MINAG são tratados brevemente, se tanto.

Os procedimentos internos para a elaboração do Relatório do Balanço do PES são as mesmas que para a elaboração do PES: Cada um dos departamentos técnicos das direcções provinciais prepara o seu relatório, o envia para a direcção técnica do nível central do MINAG, que consolida e agrega as informações e o passa para a DE, que produz então a apresentação do sector para o MPD. No processo de agregação, os detalhes e especificidades da província tendem a desaparecer.



Hierarquia de Indicadores utilizados para a Monitoria do Desempenho do Sector Agrário

Figura 9: Pirâmide de Hierarquia dos Indicadores utilizados para o Sector Agrário

Pirâmide de Hierarquia dos Indicadores	Documentos de Monitoria e Avaliação
1	1. Matriz QAD/PAF de Indicadores de Desempenho (extraídos da Matriz 2): 3 objectivos com 3 Realizações (acções) e 3 Indicadores
2	2. Matriz de Indicadores Estratégicos de PARPA (extraídos da Matriz 4): 7 Objectivos com 8 Indicadores de Resultados e 10 Indicadores de Produto/execução
3	3. Matriz de Indicadores do MoU / ProAgri: 12 Objectivos com 13 Indicadores de Resultados 17 Realizações (acções) com 23 Indicadores de Produto/execução
4	4. Matriz MINAG de Contribuição a PARPA: 12 Objectivos com 13 Indicadores de Resultados 35 Acções com 63 Indicadores de execução/realização
5	5. Matriz dos Resultados do PEDSA 1 Objectivo Geral, 4 Objectivos Estratégicos 31 Resultados com 92 Indicadores de desempenho

Fonte: Elaboração própria da equipe MINAG-GFA

(O jogo completo das respectivas matrizes dos indicadores da "pirâmide" encontram-se nos **anexos 2 a-e** do presente relatório.)

Seguidamente apresentaremos um resumo das cinco escadas de indicadores e o sistema de relatórios para o qual são utilizados:

1. Indicadores QAD/PAF (Quadro de Avaliação de Desempenho / Performance Assessment Framework)

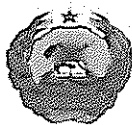
Os indicadores QAD/PAF para determinados sectores prioritários, foram elaborados e acordados no diálogo entre os doadores fornecendo apoio ao orçamento geral e aos ministérios MPD e MF. A chamada Matriz PAF é utilizada para monitorar o progresso no contexto do apoio orçamental geral.

Os 40 indicadores formulados incluem 3 indicadores para o sector agrícola, como um sector prioritário no âmbito do PARPA.

2. Matriz de Indicadores Estratégicos - Pilar III - Desenvolvimento Económico / Agricultura

De uma totalidade de 130 indicadores, 10 se referem ao sector agrário, como contribuição do sector para o processo de avaliação do PARPA.

Se definem "Indicadores de Resultados" e "Indicadores de Produto/Execução", assim como metas quantitativas para os respectivos anos.



3. Matriz de Indicadores do MoU / ProAgri

Esta matriz, que é anexo ao Memorando de Entendimento (*MoU - Memorandum of Understanding*) para o fundo comum do ProAgri, contém 23 indicadores do sector agrário.

O respectivo Relatório de Desempenho do MINAG informa sobre o progresso atingido contra esta lista de indicadores. Dos 23 indicadores apenas 3 transitaram para a Matriz QAD/PAF mencionada em cima.

O Relatório de Desempenho contribui para o *Joint Review* do PARPA e a sua execução, e também para o exercício de revisão anual do Grupo de Parceiros ProAgri com o MINAG.

4. Matriz MINAG de Contribuição a PARPA

Esta matriz cobre as sub-áreas de "Serviços Agrários" e "Gestão dos Recursos Naturais", estabelecendo 35 campos de acções com 63 indicadores de execução. Constitui a base para a monitoria interna aos três níveis (central - provincial - distrital) e para o Relatório de Desempenho do MINAG.

5. Matriz dos Resultados do PEDSA

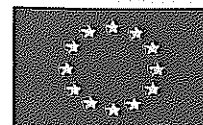
Este documento, de mais recente elaboração de todos os documentos de monitoria e avaliação, reflecte os objectivos estratégicos do PEDSA, que se baseiam sobre os objectivos estratégicos do PQG.

Contem uma totalidade de 92 indicadores de desempenho com os respectivos meios de verificação. Como o PEDSA tem uma vigência de 10 anos, os indicadores terão um papel importante nos esforços de M&A do MINAG.

Considerações sobre indicadores usados para o sector

De um modo geral, os indicadores existentes são úteis; formam parte de um Sistema de Gestão de Informações e servem para a medição de desempenho do sector (quer dizer para manter o controlo sobre os *inputs* e *outputs*) e para gerar a produção de relatórios de desempenho regular, servindo como contributo para a elaboração de planos de trabalho e de propostas de orçamentos.

Contudo, incorporaram maioritariamente aspectos de natureza quantitativa e não apresentam informação sobre os indicadores de resultado sendo difícil de efectuar uma avaliação de uma forma sistemática. Uma maior utilização deve ser feita de indicadores qualitativos, como o acesso do grupo alvo aos serviços prestados, a sua utilização e a satisfação alcançada.



6.2 Indicadores qualitativos para a avaliação de resultados e impactos

Quando os sistemas para monitorar o desempenho se encontram em operação, a atenção pode voltar para a monitoria dos resultados (*outcomes*) e dos impactos. A mudança na ênfase do desempenho para os resultados tem profundas implicações para a M&A. Ao contrário da monitoria de desempenho, onde os dados são disponíveis com relativa facilidade a partir dos sistemas internos de informação institucional, a mensuração de resultados envolve voltar-se para os beneficiários-alvo (clientes) para obter informações sobre o projecto/programa e como ele lhes afectou. Um dos principais objectivos do monitoramento dos resultados (*outcomes*) é de salientar quem está se beneficiando com o programa de desenvolvimento ou intervenção, e como.⁶

Para fazer mais compreensível a relação entre os conceitos de input-output-outcome-impact citamos um exemplo extraído do *Sourcebook*⁷, sobre um projecto de irrigação de pequena escala:

Inputs sob a forma de treinamento de pessoal, equipamentos e capital são usadas para gerar **outputs** em forma de infra-estrutura de irrigação, criação de serviços de extensão, cursos de formação de agricultores e pesquisas sobre variedades melhoradas.

Os **outputs**, em seguida, têm que ser feitos acessíveis para que sejam utilizados por agricultores; as práticas agrícolas adaptadas por sua vez irão gerar melhores rendimentos como **resultado** (*outcome*). Finalmente, estes resultados devem conduzir a um **impacto** positivo na forma de maiores receitas e maior segurança alimentar. (*Sourcebook*, p.16).

Há uma tendência para saltar directo da monitoria de desempenho para monitoria (ou avaliação) de resultados de longo prazo. Isto também passa em Moçambique: Da monitoria de desempenho salta-se para avaliações de *outcomes* e de impactos de projectos ou programas inteiros, uma vez que tenham terminados. Isso deixa uma lacuna importante na cadeia de lógica; o problema é que há um desfasamento entre os *out-puts* logrados e os resultados/impactos sobre a população-alvo. O resultado/impacto não será sentido para tomar as medidas correctivas necessárias a tempo, sino muitas vezes não até vários anos após a conclusão do programa de desenvolvimento. Tais indicadores são, portanto, de pouco valor para fornecer *feedback* rápido sobre os primeiros resultados. Então, o que pode ser feito para preencher o vazio e capturar os sinais iniciais de mudança? Que tipo de indicador podemos usar para medir os resultados de curto prazo? Como podemos saber em que se beneficiaram do projecto ou programa e em que não?

⁶ Definições tomadas da "Avaliação temática" do Instituto da Cooperação Portuguesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Input	Recursos; meios financeiros, humanos e materiais, usados para uma intervenção de desenvolvimento
Output	Produto / Resultado imediato: Todo aquilo que uma intervenção alcançará ou alcançou no curto e no médio prazo
Outcome	Efeito: Bens, equipamentos ou serviços que resultam da intervenção de desenvolvimento. O termo pode aplicar-se às mudanças induzidas pela intervenção que podem conduzir a efeitos.
Impact	Impacto: Efeitos de longo prazo, positivos ou negativos, primários e secundários, induzidos por uma intervenção de desenvolvimento, directa ou indirectamente, previstos ou não.

⁷ Global Donor Platform for Rural Development - World Bank - FAO:
Tracking results in agriculture and rural development in less-than-ideal conditions.
A sourcebook of indicators for monitoring and evaluation. ISBN 978-92-5-106082-7



O *Sourcebook* sugere que a melhor solução será de pedir que os mesmos clientes (grupo-alvo) avaliem directamente como eles sentem que os serviços do programa terem sido.

Para tal efeito, o *Sourcebook* sugere o método de "abordagem de prestação de serviços (*service delivery approach*). Consideramos que este método perfeitamente poderá ser adoptado no sector agrário, para completar os sistemas de monitoria de desempenho existentes. Seleccionamos um exemplo sobre o fornecimento de Serviços de Extensão, encontra-se incluído como **anexo 4** neste relatório.

Optamos por um exemplo de Serviços de Extensão, porque consideramos insatisfatório o indicador de desempenho utilizado neste momento para monitorar a prestação dos serviços públicos no sector agrário, que é o seguinte:

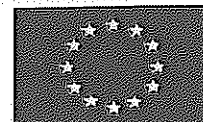
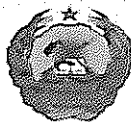
"N" total de camponeses assistidos pelos Serviços Públicos de Extensão, incluindo *outsourcing*":

Este indicador aparece em todos os níveis (hierarquias) de indicadores e incluso figura com um dos três indicadores de maior hierarquia, para monitorar o progresso no contexto do apoio orçamental geral. Estamos convencidos que aparte do número de camponeses assistidos a extensão deve olhar também outros aspectos como a qualidade do trabalho desenvolvido pelos extensionistas. O **anexo 4** oferece interessantes sugestões que devem ser aplicadas.

6.3 Matriz de 19 indicadores prioritários para programas ADR

O "Sourcebook de Indicadores para Monitoria e Avaliação", o qual temos apresentado no capítulo anterior tem identificado um conjunto de 19 indicadores prioritários para o acompanhamento de resultados de programas do sector de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ADR), a nível internacional. Estes 19 indicadores foram seleccionados em razão da disponibilidade, comparabilidade e relevância. Eles representam um conjunto básico mínimo universal e, na medida do possível, devem ser incluídos em todos os programas nacionais de M & E. Sem esse compromisso mínimo ao nível do país, não é possível melhorar a qualidade de M & E a nível internacional, que é um dos objectivos do Manual. Evidentemente, os mesmos indicadores prestam-se para monitorar não apenas a nível internacional, mas também a nível nacional. Temos entendido que alguns destes indicadores já aparecem no banco de dados estatísticas da FAO (FAOSTAT).

Juntamos esta lista como **anexo 3**; recomendamos examinar a lista se um ou outro indicador não poderá ser usado para enriquecer as actuais matrizes de indicadores.



6.4 Indicadores de Sustentabilidade dos sistemas agrários

Sustentabilidade é um objectivo declarado na cooperação financeira e técnica. É notável, que todos os documentos estratégicos e os planos sectoriais de desenvolvimento em Moçambique destacam a "sustentabilidade" como um dos princípios fundamentais, mas não oferecem nenhuma definição ao respeito.

Queremos propor a definição seguinte:

"A **agricultura sustentável** significa a utilização de tecnologias ou práticas agrícolas que maximizam a produtividade da terra, além de minimizar os danos - tanto para os recursos naturais (terra, ar, água e biodiversidade) como para a saúde e o desenvolvimento humano (agricultores, trabalhadores agrícolas, comunidades rurais e consumidores). A agricultura sustentável utiliza, sempre que possível, tecnologias renováveis e economiza o emprego de recursos. A curto prazo ela visa a minimizar insumos não renováveis derivados de combustíveis fósseis e a longo prazo aspira à total desistência. Já que a agricultura sustentável faz o melhor proveito dos recursos naturais, as práticas e tecnologias utilizadas devem ser adaptadas às condições locais".⁸

O desenvolvimento sustentável envolve uma **dimensão económica, ecológica e uma dimensão social**. Como anexo 5a juntamos um lista dos critérios mais importantes que podem ser aplicados às três dimensões da Sustentabilidade.

Para agro-eco-sistemas sustentáveis, pelo menos quatro propriedades importantes têm de ser considerados: produtividade, estabilidade, resiliência e equidade.

1. **Produtividade:** A produtividade pode ser definida como "o *output* de um produto por unidade de *input* de recursos". Ele se refere à forma como os factores de produção ou insumos são combinados para produzir resultados, ou seja, os rácios de conversão de cada *input* em *outputs*.

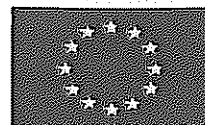
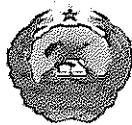
2. **Estabilidade:** Constância da produtividade de mês a mês e de ano para ano, em face das flutuações e ciclos normais no ambiente circundante, devido a variações como o clima ou a demanda do mercado para os produtos agrícolas. Em contraste com a produtividade, a que se refere para um nível, a estabilidade se refere à variabilidade de uma tendência.

3. **Resiliência:** A capacidade do sistema agro-ecológico de manter a produtividade, enfrentando situações de stress ou choque. *Stress* é definido como um fenómeno que se manifesta através de uma força frequente, às vezes contínua, relativamente pequena e previsível, tendo um grande efeito cumulativo. *Choque* é definido como um evento importante, relativamente grande e imprevisível. O stress pode consistir em técnicas de manejo inadequadas, enquanto que um choque poderia ser um evento importante, como uma nova praga, uma seca extrema, ou um súbito aumento maciço nos preços de insumos.

4. **Equidade:** Refere-se à maneira pela qual os benefícios e custos dos sistemas de produção são compartilhados. Pode ser definida como a distribuição uniforme da produtividade do sistema entre os beneficiários. Equidade também pode ser analisada em relação ao acesso dos diferentes grupos sociais aos recursos do sistema.

Como nenhuma avaliação é possível sem um sistema de referência, os indicadores devem ser comparados com valores de referência. Esses valores podem ser valores

⁸ "Reducing Food Poverty with Sustainable Agriculture: A Summary of Evidence", Pretty e Hine da Universidade de Essex, Fevereiro 2001



históricos, ou valores-meta (*target values*), ou valores umbrais (*threshold values*). Se não existem valores umbrais e não resulta possível de definir valores-meta, podem ser observadas as tendências no desenvolvimento de um indicador, ou podem ser tomados como referência valores médios de sistemas semelhantes.

Anexo 5b contem um exemplo prática dum projecto de cooperação técnica em Costa Rica, onde foram estabelecidos indicadores para avaliar a sustentabilidade de sistemas agrários

- em dois níveis (Unidades de Produção e Bacia Hidrográfica),
- para as três dimensões da sustentabilidade (ecológica - económica - social), e
- para as quatro propriedades mencionadas em cima (produtividade, estabilidade, resiliência e equidade).

6.5 Monitoria e avaliação participativas

São dois desafios que impactam sobre a evolução da Monitoria e Avaliação (M&A):

A política de desconcentração e descentralização trazem o governo mais perto das pessoas e melhoram a transparência e a responsabilização. Isto tem consequências profundas para a M&A, que agora é obrigada a fornecer indicadores a um nível muito mais baixo de desagregação.

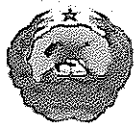
O segundo desafio atinge à participação das próprias comunidades em M&A. Como o interesse em projectos de desenvolvimento dirigidos pela comunidade continua a crescer, aumenta também a demanda das comunidades de se encarregar da sua própria M&A.

O grupo alvo directo ou final do MINAG e das suas diferentes direcções e instituições subordinadas é constituído pelos Agregados Familiares de pequenos produtores agrícolas integrados por homens e mulheres, a vezes organizados em associações ou grupos formais e informais, que querem melhorar a suas condições de vida saindo do nível de subsistência para ganhar rendimentos, através da produção de excedentes agro-pecuários para mercados locais e regionais.

No caso destes indivíduos ou organizações, não se trata de recebedores passivos das prestações de apoio, mas sim de agentes activos, capazes e dispostos de tomar seu destino em suas próprias mãos. Eles querem e devem participar na decisão a respeito do rumo que o seu desenvolvimento deverá tomar.

Sem uma boa cooperação com estes indivíduos e suas organizações, a execução de um projecto ou de medidas de apoio específicas raramente será coroada de êxito. O bom funcionamento da cooperação dependerá da disposição das partes envolvidas de discutir entre si e de aprender uns dos outros.

O **monitoramento participativo** facilita esta comunicação. Ele estabelece um processo contínuo de entendimento sobre a função e o aproveitamento das prestações oferecidas, assim como as mudanças ligadas a estas prestações e sobre as respectivas necessidades que, por sua vez, estão sujeitas a constantes alterações. Na medida em que o próprio processo de monitoramento se torna parte integrante da cooperação com os grupos-alvo, ele ajuda a adaptar constantemente a execução das acções de apoio à respectiva situação actual e a orientar as acções para os efeitos intencionados.



A avaliação participativa

A **abordagem de parceria** para resolver problemas difere do habitual processo de avaliação de um projecto ou um programa de desenvolvimento. Os grupos-alvo estão activamente envolvidos no desenvolvimento do quadro da avaliação, na colecta de dados, na análise e na planificação das actividades de seguimento. Como resultado, as acções corretivas podem muitas vezes ser levado a cabo diretamente e sem demora, e o próprio processo de avaliação contribui para o fortalecimento de capacidades locais, para a tomada de decisão e para o desenvolvimento centrado na própria comunidade mesma.

Envolvendo os grupos-alvo significa alcançar a todos que de alguma maneira são afectados pelas decisões tomadas: os membros da comunidade local, funcionários do governo e da comunidade; equipe de apoio e parceiros do programa. Como principais protagonistas da vida rural, as mulheres são especialmente encorajadas a desempenhar um papel fulcral.

A avaliação participativa não exclui a participação de peritos externos, ou contratação de pessoas para diferentes aspectos da coleta de dados. No entanto, o especialista externo desempenha um papel de facilitador, em parceria com o pessoal da comunidade ou do programa, ao invés de ser o "especialista supremo" que decide de forma isolada como a avaliação será conduzida.

Impacto da desconcentração e descentralização

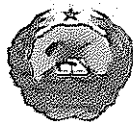
Com referência ao M&A em especial, a relação entre os sistemas central e sob-nacionais é complexa, pois sistemas de M&A sob-nacionais têm que responder para às necessidades sob-nacionais como também contribuir para as necessidades nacionais, e as exigências de cada um não são necessariamente os mesmos. Essencialmente, são requeridos dados em níveis muito inferiores de desagregação.

A escolha de indicadores deve ser uma actividade reflexiva e participativa, envolvendo os principais interessados que estão mais intimamente ligados à concepção e implementação das diferentes medidas de desenvolvimento - e não uma imposição de exigências de fora.

A abordagem participativa é amplamente reconhecida como um princípio fundamental da M&A nos programas e projectos de desenvolvimento no sector agrário em Moçambique. No entanto, a participação praticada ainda encontra-se a um nível bastante baixo na "escada de participação"⁹. É de prever que o tema de participação seja uma área na qual irão ocorrer os principais desenvolvimentos metodológicos nos próximos anos. O MINAG deve tomar todas as medidas para que os colaboradores, parceiros e o grupo alvo estejam preparados para acompanhar este processo.

⁹ McGee e Norton (2000) sugerem que uma "escada da participação" pode ser usada como ferramenta para avaliar os processos de PRSP. A escada é composta por quatro graus: i) compartilhamento de informações; ii) consultação; iii) a tomada de decisão conjunta e de iv) iniciação e controle pelos interessados.

(Extraído do "Sharpening the Rural Focus of PRSP", p.42)



7. Alguns Aspectos inerentes à Promoção da Agricultura Familiar

Todos os documentos estratégicos e planos sectoriais (PARPA I e II, os dois documentos de PROAGRI, PAPA, PEDSA) são documentos técnicos bem sucedidos. No entanto, no ambiente institucional de Moçambique, parece ter havido pouco incentivo para implementar as políticas formuladas. Criar políticas parecia ter se tornado um fim em si. Observadores atribuem isto à uma *"weak domestic accountability"*¹⁰, quer dizer à falta de uma discussão ampla e da "prestação de contas" correspondente entre o Governo e os parceiros e beneficiários sobre as responsabilidades estabelecidas, os respectivos papéis, expectativas e desempenhos.

O novo **PARP** (veja o capítulo 2.2) clama fortemente a "... necessidade de maior investimento no sector agrícola no sentido de melhorar as técnicas utilizadas para aumentar a produtividade e oferta de alimentos nos mercados, ..." (p.6, PARP).

Queremos unir-nos a este reclamo de ir intensificando o apoio ao Sector Familiar da Agricultura e destacar alguns aspectos que nos parecem importantes ao respeito. Esperamos que a DE se aproprie destas recomendações.

A capacidade de gestão e os conhecimentos agro-técnicos dos agricultores devem ser fortalecidos

O conhecimento tradicional sobre microclimas, a estrutura e qualidade do solo e as variedades de plantas locais é valioso, irá a fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso. Mas este conhecimento por si só não é mais suficiente. Informações específicas sobre novas tecnologias, inovações e mercados agora são significativos, e obtenção de tal conhecimento é difícil e dispendioso para os pequenos agricultores.

Mudar de métodos tradicionais de agricultura para métodos mais modernos, vai exigir mais do que apenas uma educação primária dos pequenos proprietários. Eles precisam de treinamento especializado. Eles têm que desenvolver uma compreensão dos mercados e do ambiente natural. Agricultura de pequena escala é bastante intensivo de conhecimentos, e o sucesso depende do reconhecimento dos novos desenvolvimentos e da capacidade de aproveitar as novas oportunidades.

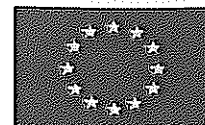
Investigação

Não é o papel do governo para decidir quem deve plantar que tipo de cultura e onde. No entanto, é o papel do governo para decidir o que é a política de investigação nacional. Não há substituto para um processo racional de análise económica que estabelece quais das culturas podem gerar altos níveis de retorno para o mais amplo segmento da população.

No curto prazo, no entanto, é recomendada uma estratégia de investigação pública com ênfase nas culturas de alimentos básicos (como já tinha perseguido o PAPA). Entre as razões para isso são:

- Grãos básicos como o milho e o arroz são já amplamente cultivados por pequenos produtores;
- Tendo em conta que estas rubricas são amplamente cultivadas, a sua cultura é bem compreendido e os avanços tecnológicos possam ser extensamente divulgados, espalhando os benefícios sobre uma população muito grande.
- Os esforços de pesquisa internacionais têm gerado um enorme acúmulo de avanços em novas variedades destas culturas básicas, bem como outras áreas que

¹⁰ Global Donor Platform for Rural Development: Sharpening the Rural Focus of Poverty Reduction Strategies: Context, Lessons and Way Forward, Synthesis Report, Box 2



ainda precisam ser adoptados ou adaptados às condições de Moçambique. Dados os níveis extremamente baixos de rendimentos de Moçambique um investimento relativamente pequeno em pesquisa e extensão pode duplicar ou mesmo triplicar os rendimentos destas culturas.

Os pobres resultados do PAPA (no sentido que a apregoada intensificação da investigação e extensão não tem conduzido à aumentos da produtividade nas culturas de alimentos básicos) parecem a contradizer estas alegações aparentemente sensatas. Não foi possível de aclarar se existe alguma avaliação do PAPA que pudesse aclarar estas aparentes contradições.

Extensão

As baixas taxas de cobertura dos serviços de extensão são conhecidas.¹¹ Pesquisa e extensão são duas funções onde pode ser encontrado o maior potencial de rendimento ao longo prazo. Como a melhoria da balança alimentar nacional e o aumento dos excedentes de alimentos comercializados é um objectivo de primordial importância da política nacional, resulta difícil entender o porque de não ter investido mais nestes sectores. O PRONEA não rendeu o que se aspirava, por falta da contrapartida nacional encontra-se suspenso. Muitos aspectos da labor positiva dos Serviços de extensão devem ser destacados, por exemplo o emprego cada vez mais frequente dos auxiliares de campo (contratados pelos grupos de camponeses), a consequente promoção das Escolhas Machamba e das práticas da Agricultura de Conservação.

Um dos resultados da actual importância das ONG's na extensão é a grande variedade de abordagens em diferentes áreas. Isso é benéfico na medida em que há uma oportunidade de comparar e avaliar os diferentes programas e métodos utilizados, para além do facto de que diferentes locais têm diferentes problemas e constrangimentos a serem abordados.

Maior Consideração das Cadeias de Valor nos Sistemas de Planificação e de Gestão

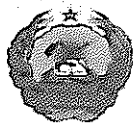
É esta uma reclamação que quase já pode ser considerada como supérflua.

Na planificação participativa das actividades, geralmente toda a cadeia de valores é tomada em consideração: Meio ambiente - solo - sementes - assistência técnica (abrangência, qualidade) - fitosanitários - pós-colheita - mercado.

A modernização da agricultura e promoção das mudanças estruturais da economia rural exige mais do que aumentos na produção. Há pouca vantagem em criar incentivos para o aumento da produção, se os mercados não podem absorver o produto ou se os mercados não podem ser alcançados. Encontrar um mercado implica também a existência ou surgimento de agentes de comercialização, transporte e instalações de armazenamento, unidades de processamento, e finanças, além de um eficiente fornecimento de insumos para os produtores.

A abordagem específica depende da zona/localização da produção e do produto. Isto sublinha a necessidade de uma estreita coordenação entre as diferentes agências governamentais envolvidas a nível local (distrito e província), e a necessidade dos planificadores na agricultura não centrarem-se também apenas nos rendimentos.

¹¹ Exemplo do Distrito de Nhamatanda, recolhido durante a visita do perito à província de Sofala: Para as 11 localidades do Distrito conta-se apenas com 5 extensionistas. Das 48.000 unidades produtivas familiares se abrange apenas 2.500. (Informações do Director dos SDAE de N.)



Malawi e Zâmbia, exemplos dignos de imitação?

O governo do Malawi subsidia sementes e fertilizantes. Como resultado as colheitas têm aumentado, o programa político é correspondentemente popular. A grande questão, porém, é se o Estado poderá manter os subsídios a longo prazo.

Um saco de adubo de 50 quilos custa o equivalente a quatro dólares. Sem apoio financeiro, o preço seria em torno de US \$ 50.

É discutido se o Malawi afinal poderá seguir com os subsídios. Críticos dizem que o governo coloca muito dinheiro em subsídios agrícolas - em detrimento de outras áreas políticas. O orçamento nacional do país para 2010/2011 ascende a 297,000 milhões de Kwacha (convertido em 1,98 bilhões de dólares dos EUA), dos quais cerca de dez por cento vai para os subsídios. Esta é a maior fatia no orçamento nacional.

O sucesso da actual política agrícola - e, portanto, a sua sobrevivência - depende também das chuvas. Em 2009/2010, choveu tão pouco que para muitos agricultores a colheita não foi satisfatória, apesar dos fertilizantes subsidiados (MVAC - Malawi Vulnerability Assessment Committee).

Zâmbia fez uma colheita de 3,020.380 toneladas métricas de milho na estação recente, batendo o recorde do ano passado (Zâmbia Mail, 17-Maio-2011). O Governo manifestou que compraria todo o milho dos agricultores, e que reabilitará silos e construirá novas facilidades de armazenagem em todo o país. Afirmou ademais que continuará a fornecer subsídios aos insumos agrícolas, para melhorar a segurança alimentar nacional e melhorar o bem-estar dos agricultores.

Segundo informações recolhidos pelo perito durante a sua visita à Província de Sofala, foram também subsidiados em Moçambique sementes de milho para os agricultores no quadro do programa PAPA.¹² No momento de escrever o presente relatório não foi possível saber se existe uma avaliação de custo-benefício sobre os resultados dos subsídios assumidos por parte do Governo.

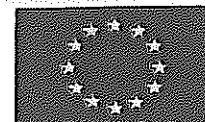
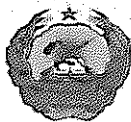
Problemática dos fertilizantes sintéticos

A problemática da falta de chuvas no período de aplicação de fertilizantes, mencionada no ponto anterior para o caso de Malawi, torna visível que há vários problemas inerentes com o uso crescente de fertilizantes no contexto moçambicano. Entre elas estão:

- Fertilizante representa o maior desembolso de dinheiro para aqueles que o usam. Este é um problema proibitivo para muitos pequenos agricultores, que só podem recorrer a insumos rurais comprados se os comerciantes estão dispostos a conceder crédito.
- Dada a natureza errática das chuvas em algumas áreas, insumos como fertilizantes que aumentam o risco, se serão aplicados em quantidades sob-ótimas por pequenos produtores avessos ao risco;
- Fertilizante é volumoso, e os custos de transporte e armazenagem são elevados.

Os programas que combatem à pobreza rural, distribuindo adubo e sementes são insustentáveis a menos que os agricultores têm uma compreensão básica da agricultura moderna. Se eles não têm conhecimento adequado de nutrientes, variedades de plantas e características do solo, programas de fertilizantes de

¹² Segundo informações recebidas do Director dos SDAEs do distrito de Nhamatanda, PAPA provia sementes de milho a um preço de 12MT/kg para o produtor. Deste montante, 9 MT iam para o Estado, e 3 MT ficam para a firma provedora seleccionada por concurso. O preço do mercado da semente seria de 80 MT/kg.



nitrogénio subsidiados correm perigo de levar à uma sobre- ou sob-fertilização bem como à contaminação das águas subterrâneas. No pior dos casos, os rendimentos sofrem e assim também o meio ambiente.

Para poder tratar as suas terras e o solo com cuidado, os agricultores - grandes ou pequenas - precisam de saber quando e quanto de que tipo de adubo deve ser aplicado, e devem entender os riscos de pesticidas e herbicidas. Agricultura orgânica e técnicas de cultivo que favorecem à conservação dos solos exigem uma boa compreensão de adubos orgânicos, rotação de culturas, controle de praga orgânico e controle mecânico das plantas invasoras.

Pensamos que a **biotecnologia** é mais parte do problema do que parte da solução, porque não é sustentável em termos ambientais, não aborda as dimensões socioeconómicas da fome e não é apropriada para as condições políticas e institucionais em Moçambique. Os solos são rapidamente esgotados pelo uso intensivo de fertilizantes e pesticidas. Recomendamos métodos sustentáveis para manter e melhorar a fertilidade do solo (Agricultura de Conservação). Uma vantagem dessa abordagem é que os solos retêm mais água e armazenam carbono.

Um hectare (2,5 acres) de terras irrigadas ou 2-3 hectares de terras agrícolas de sequeiro é o que a família, no mínimo, normalmente necessita para sobreviver. Se os membros da família têm outras fontes de renda fora da agricultura e não há condições meteorológicas extremas, tal família pode satisfazer as suas necessidades básicas. No entanto, dificilmente estará em condições de lidar com grandes catástrofes, como as secas plurianuais ou inundações repetidas de seus campos.

O governo conjuntamente com os doadores deve assegurar a prestação de consultoria exaustiva nas áreas destacadas; além disso, bons transportes e infra-estruturas de água seriam muito úteis. Outros temas relevantes são canais de distribuição confiáveis, créditos acessíveis e informações sobre os mercados. Esta é uma agenda manejável, dada a vontade política.

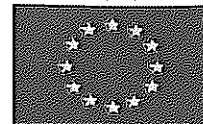
Multiplicação de Sementes no Sector informal

A experiência em muitos países em vias de desenvolvimento mostra que o modelo da indústria de produção de sementes convencional é baseado nos conceitos das economias de mercado desenvolvidas, mas não toma em conta que aquelas condições necessárias não estão asseguradas na maioria dos países em desenvolvimento e tampouco poderão ser alcançadas a médio prazo.

Muitas vezes, a indústria formal de sementes é repreendida de ser guiada unicamente pelas necessidades e exigências da produção agrícola em grande escala. Geralmente o pequeno estabelecimento agrícola não está em condições de obter os insumos (capital, fertilizantes, produtos fitosanitários) que requer o emprego das sementes "industriais".

Ademais, a vulnerabilidade muitas vezes maior das novas variedades aos choques externos ou situações de stress aumentam o risco de rendimento do pequeno produtor agrícola. Além de que as variedades introduzidas não sempre correspondem às estruturas de preferência das famílias produtoras e da sua clientela.

A ideia básica da nossa abordagem é utilizar as actividades tradicionais existentes de multiplicação e conservação dos agricultores (sobretudo para as variedades de polinização aberta) e as estruturas de informação e de divulgação existentes no nível rural.



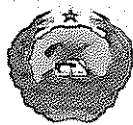
O objectivo será vincular os conhecimentos dos agricultores com a ciência formal (institutos de pesquisa e estruturas formais da indústria de produção de sementes) para construir fortes sistemas nacionais de investigação. Isso permitirá aproveitar das práticas tradicionais dos agricultores na conservação e melhoria do material genético local e das suas experiências e avaliações das novas variedades.

O ponto mais importante, no entanto, é que as variedades produzidas pelos próprios agricultores respondem às necessidades específicas das comunidades locais. Os agricultores usam os seus próprios critérios de selecção de acordo com suas próprias preferências, e eles testam as suas sementes em seus próprios campos. Pesquisa e desenvolvimento de variedades devem apanhar os pontos de vista dos agricultores (através do *feedback*). Ao mesmo tempo, o espaço é criado para reconhecer o potencial das variedades tradicionais e de conservar-o. Isto conduzirá a uma maior aceitação das sementes oferecidas da parte dos agricultores.

As principais vantagens desta abordagem são:

- uma adaptação das variedades às condições locais e aos sistemas de produção, e disponibilização atempada de sementes;
- o requerimento reduzido de capital por parte dos agricultores e a redução dos custos das estruturas formais;
- A fixação de conhecimentos técnicos com os agricultores e o *feed back* das suas experiências com as variedades para as instituições de pesquisa e de desenvolvimento envolvidas;
- Permite a preservação das sementes *in situ*, garantindo o acesso directo e o aproveitamento e a conservação da diversidade biológica.

As comunidades rurais, assim, ganham confiança e auto-estima, já que estariam em condições de melhorar o próprio destino e ajudar as pessoas em sua comunidade.



8. Observações sobre os "sete milhões" (Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais, OIIL)

Em Moçambique, o processo de descentralização teve início nos anos 90, tendo a Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) sido aprovada em 2003 e o respectivo regulamento em 2005. A LOLE constitui a base para a transferência de maior responsabilidade e autonomia para os Distritos, ao prever uma desconcentração do estado centralizado e, pela primeira vez, a integração das comunidades e das autoridades tradicionais. Até hoje, o grau de implementação varia muito de distrito para distrito. Registam-se progressos sobretudo onde o processo é apoiado através de projectos de descentralização.

Paralelamente à descentralização política e administrativa, está também a ser implementada a descentralização fiscal. Isso acontece por um lado através de vários orçamentos sectoriais e por outro através do orçamento distrital.

Com base no OIIL, os Distritos receberam pela primeira vez em 2006 um orçamento próprio de 7 Mio. Meticais (cerca de 300.000 USD). Embora esse montante constitua menos de 3% do orçamento nacional, o OIIL tornou-se um símbolo da crescente autonomia dos Distritos.

Inicialmente, uma grande parte dos 7 milhões foi utilizada para cobrir despesas de infra-estruturas da administração e não, como estava previsto, aplicada em projectos para redução da pobreza. Na sequência desse facto, em Maio de 2006 o Ministério do Plano e Finanças aprovou uma directriz estipulando a utilização do orçamento distrital para infra-estruturas sociais e para projectos de desenvolvimento económico e a participação na planificação e na monitoria.

Depois de uma série de visitas aos distritos realizada pelo Presidente Guebuza entre Março e Maio de 2007, houve uma nova alteração dessas determinações. Desde então, os 7 milhões destinam-se apenas ao financiamento de projectos para geração de rendimento e criação de postos de trabalho, assim como de produção de alimentos.

Aparecem muitas "episódicas provas" (artigos de jornal) sobre o tema dos OIIL, mas obviamente há poucas avaliações sérias sobre o tema. Uma avaliação recente constatou uma série de aspectos comuns destes projectos ¹³, destacando o baixo grau de reembolso dos fundos alocados.

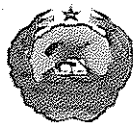
¹³ ASPECTOS COMUNS dos projectos OIIL:

No geral

- Os projectos de geração de rendimento são considerados mais prósperos relativamente aos de produção de comida que são dependentes de outros factores;
- O sucesso dos projectos financiados pelo OIIL é medido pelo grau de reembolso dos fundos alocados;
- Em parte, o baixo nível de reembolso dos fundos é explicado pelo facto de existir, ao nível das populações, a percepção de que por ser dinheiro do Estado este não tem que ser devolvido;
- Não é feito um trabalho contínuo e sistemático de acompanhamento da implementação dos projectos, financiados pelo OIIL, devido a dificuldades de ordem financeira; não são produzidos relatórios de acompanhamento;
- As ETD's não têm um orçamento para o seu funcionamento, daí dependerem de eventos do Governo e/ou chegada de missões de fora para visitar os locais de implementação dos projectos.

Causas do fracasso:

- Falta de fundos para as equipas técnicas se deslocarem para o terreno para monitorar os projectos;
- Morosidade nos reembolsos pelos beneficiários;
- Falta de honestidade dos beneficiários;
- Desvios de aplicação;
- Falta de espírito de associativismo;



De acordo com os resultados da avaliação, apesar de os governos distritais apostarem mais nos projectos de produção de comida (por exemplo, para a atribuição de motobombas, charruas, sementes e outros insumos agrícolas), os investimentos na área agrícola são associados a elevados riscos.

Na opinião das Equipas Técnicas Distritais (ETD's), o que determina o sucesso ou insucesso dos projectos é a seriedade dos beneficiários. Os que beneficiam do fundo para produção de comida muitas vezes socorrem-se dos fenómenos naturais (seca e estiagem) para justificar o seu fracasso, mas nem sempre é o que acontece.

Nos distritos, os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), em colaboração com as Equipas Técnicas Distritais, são as entidades governamentais responsáveis por fazer o acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelo OILL. Mas o trabalho de campo apurou que isto não é feito de forma sistemática, aparentemente por constrangimentos de ordem financeira.

A capacidade dos Conselhos Consultivos o que concerne os fundos OILL, também parece ser limitada. Estão mais voltados para a chamada "aprovação de projectos", sem um envolvimento posterior no acompanhamento da sua execução, etc.

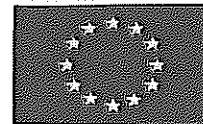
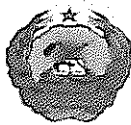
Sem olhar particularmente para a forma como o fundo de investimento local para a promoção da produção de alimentos e promoção do emprego são utilizados, se pode constatar que aparentemente existem muitos pontos obscuros.

Temos entendido que o MPD tinha planeado para realizar uma avaliação da utilização dos fundos OILL, mas aparentemente ainda não está disponível.

Existem experiências dispares nos distritos, ultimamente será "a seriedade dos beneficiários" (como diz a avaliação que citamos) que determina o sucesso ou insucesso dos projectos.

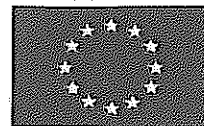
É de notar que os técnicos se sentem bastante incómodos frente à falta de definições existentes. Dar uma recomendação geral sobre a acção que devem tomar os integrantes dos Serviços Agrários (integrados aos SDAEs) resulta impossível.

- Parece essencial que existam, a nível da província, as condições necessárias para uma organização facilitadora com capacidade para dirigir e implementar o processo;
- Deve também reflectir-se sobre a possibilidade de incentivos financeiros (pagamento de per diems) para as Equipas Técnicas Distritais;
- Haverá que realizar uma ampla avaliação do tema, e estabelecer normas claras de funcionamento;
- É extremamente importante que o Governo Distrital assuma a apropriação do processo e tome a iniciativa.



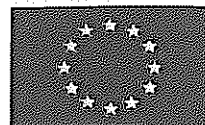
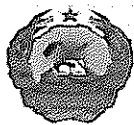
Anexos

- 1 **PARP** (Plano de Redução da Pobreza 2011-2014):
Objectivos Gerais e Plano de Acções:
Objectivo Geral 1: **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e
Pesqueira**
- 2a **Indicadores QAD/PAF**
(Quadro de Avaliação de Desempenho / *Performance Assessment Framework*)
- 2b **Matriz de Indicadores Estratégicos - Pilar III - Desenvolvimento Económico /
Agricultura**
- 2c **Matriz de Indicadores do MoU** (*Memorandum of Understanding*) - **PROAGRI
II**
- 2d **Matriz MINAG de Contribuição a PARPA**
- 2e **MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do PEDSA**
- 3 **Lista de 19 Indicadores Prioritários para Desenvolvimento Agrário e Rural**
- 4 O método "**Abordagem de fornecimento de serviços**" (*service delivery
approach*)
- 5a **Resumo dos critérios mais importantes relativo à Sustentabilidade**
- 5b **Indicadores de Sustentabilidade**
- 6 **ISIC** - International Standard Industrial Classification of All Economic Activities,
Revision 4, **Section A: Agriculture, forestry and fishing**
- 7 **Modelo de Cálculo da Margem Bruto de uma cultura**
- 8 **Resumo da visita do perito à Província de Sofala**



Anexos

- 1 **PARP** (Plano de Redução da Pobreza 2011-2014):
Objectivos Gerais e Plano de Acções:
Objectivo Geral 1: **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira**
- 2a **Indicadores QAD/PAF**
(Quadro de Avaliação de Desempenho / *Performance Assessment Framework*)
- 2b **Matriz de Indicadores Estratégicos** - Pilar III - Desenvolvimento Económico / Agricultura
- 2c **Matriz de Indicadores do MoU** (*Memorandum of Understanding*) - **PROAGRI II**
- 2d **Matriz MINAG de Contribuição a PARPA**
- 2e **MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do PEDSA**
- 3 **Lista de 19 Indicadores Prioritários** para Desenvolvimento Agrário e Rural
- 4 O método "**Abordagem de fornecimento de serviços**" (*service delivery approach*)
- 5a **Resumo dos critérios mais importantes relativo à Sustentabilidade**
- 5b **Indicadores de Sustentabilidade**
- 6 **ISIC** - International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Revision 4, **Section A: Agriculture, forestry and fishing**
- 7 **Modelo de Cálculo da Margem Bruto** de uma cultura
- 8 **Resumo da visita do perito à Província de Sofala**



Anexo 1

PARP (Plano de Redução da Pobreza 2011-2014):

Objectivos Gerais e Plano de Acções:

Objectivo Geral 1: **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira**

Extrato

**PARP (Plano de Redução da Pobreza) 2011-2014 (versão "rascunho"), Março 2011
pp. 18-21**

VI. OBJECTIVOS GERAIS do PARP e PLANO DE ACÇÕES

a) Objectivo Geral 1: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira

84. **Visão:** Um sector produtivo familiar próspero, gradualmente integrado em cadeias de valor competitivas, como catalisador para o desenvolvimento económico inclusivo e para a segurança alimentar.

85. Os sectores agrários/pesqueiro constituem um pilar da economia do País, contribuindo nos últimos 5 anos para mais de 25% do Produto Interno Bruto e entre 7 e 11% da taxa de crescimento da economia.

86. O País possui boas condições agro climáticas, com mais de 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas 10% em uso e cerca de 3,3 milhões de hectares aptos para irrigação. Possui, também, aproximadamente 3 mil quilómetros de acesso às águas marítimas e interiores com boa qualidade e quantidade de pescado.

87. Os actores mais importantes no sector agrário são os pequenos agregados familiares rurais¹⁴, responsáveis para a utilização de 95% do total da terra cultivada, enquanto o restante 5% é explorado por grandes empresas para culturas de rendimento ou de exportação. Importa referir o papel dinamizador da agro-indústria para promover a participação do sector familiar na cadeia de valor.

88. O papel do sector familiar para a segurança alimentar é crucial, em particular nas zonas rurais, pois a produção de culturas alimentares básicas (principalmente milho, mandioca, arroz, feijões) constitui quase 90% do total, enquanto a pesca artesanal é responsável pela produção de 85% do pescado para o consumo interno. Uma das principais características do sector familiar é a utilização de técnicas rudimentares que geram rendimentos muito baixos e retornos modestos.

89. Isto deve-se à combinação de vários factores tais como a aplicação de práticas de cultivo/pesca tradicionais, a baixa utilização de tecnologias modernas, baixo uso de insumos e sementes melhoradas em particular, e recurso quase exclusivo ao trabalho e utensílios manuais, que limita a expansão das áreas cultivadas e a capacidade de produzir alimentos e rendimentos suficientes. A prática da agricultura de sequeiro é predominante no sector familiar, aumentando o risco às mudanças climáticas.

¹⁴ O sector familiar é caracterizado pela pequena extensão das áreas cultivadas (menos de 2 hectares cultivado), uma produção essencialmente virada ao auto consumo e uso limitado de recursos externo (força trabalho, insumos, etc.)

Prioridade 1: Melhorar e aumentar o acesso aos factores de produção

Objectivos Estratégicos:

➤ **Fortalecer a capacidade dos serviços de investigação na produção de tecnologias para a produção de alimentos que sejam adequadas as características agro-ecológicas do País.**

- Produzir tecnologias melhoradas e promover a sua adopção
- Aumentar a qualidade e cobertura dos serviços de extensão pública e privado, tendo em conta a equidade do género

Instituição responsável: MINAG

➤ **Aumentar a produção e melhorar o acesso aos insumos**

- Incentivar investimentos públicos/privados para estabelecer sistemas locais de produção de insumos
- Fortalecer a rede de provedores de insumos

Instituição responsável: MINAG

➤ **Promover as associações e cooperativas de produtores para criar economias de escala na utilização de infra-estruturas, serviços e insumos**

- Intensificar a criação e capacitação de organizações de produtores

Instituição responsável: MINAG, DNPDR

➤ **Promover a expansão e utilização de investimentos públicos e privados em infra-estruturas com impacto em zonas com potencial produtivo**

- Construir e reabilitar sistemas para a gestão de água

Instituição responsável: MOPH- DNA, MINAG

- Expandir o acesso a energia eléctrica e promover o uso de fontes alternativas priorizando áreas com potencial agrícola e pesqueiro

Instituição responsável: MdE, MINAG, MPescas

➤ **Aumentar e facilitar o acesso à mecanização e tracção animal**

- Melhorar e monitorar a implementação do programa de fomento de Tracção Animal
- Promover os fornecedores de serviços para mecanização

Instituição responsável: MINAG

➤ **Garantir o acesso aos recursos naturais**

- Acelerar a titulação de parcelas aos indivíduos ocupantes de boa fé¹⁵ bem como para as comunidades locais, com especial atenção às mulheres

Instituição responsável: MINAG

Prioridade 2: Facilitar o acesso aos Mercados

Objectivos Estratégicos:

- **Melhorar e expandir as infra-estruturas e serviços de transporte**
 - Construir e manter vias de acesso para zonas com potencial produtivo

Instituição responsável: MOPH – ANE- FE,
- **Melhorar a gestão pós colheita e pós captura**
 - Promover e difundir a construção de infraestruturas local de armazenamento
 - Construir e reabilitar infra-estruturas de pescas artesanal

Instituição responsável: MIC, MPescas
- **Promover a indústria de agro processamento para o aproveitamento dos recursos locais**
 - Incentivar ligações de mercado entre pequenos produtores e agro industria através de contratos de produção

Instituição responsável: MAE - DNPDR
- **Facilitar o acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais, assegurando o maior alcance das mulheres**
 - Promover linhas de crédito especiais e fundos de garantias para o apoio aos pequenos produtores e agentes económicos,

Instituição responsável: MAE - DNPDR
- **Aumentar o acesso á informação do mercado**
 - Consolidar e expandir um sistema eficiente de recolha e disseminação de informação de mercado e preços orientado para as zonas com potencial produtivo

Instituição responsável: MINAG

Prioridade 3: Melhorar a gestão sustentável recursos naturais (terras, águas, pescas e floresta)

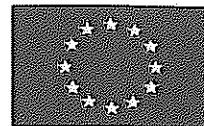
Objectivos Estratégicos:

- **Melhorar o planeamento territorial e os mecanismos de gestão de terras**
 - Implementar a lei de ordenamento territorial com enfoque para o mapeamento, zoneamento agrário e cadastro das terras

Instituição responsável: MICOA
- **Adoptar medidas de prevenção e adaptação as mudanças climáticas**
 - Promover programa de reflorescimento e de redução de emissões por desmatamento e degradação das florestas,

Instituição responsável: MINAG
- **Estabelecer um quadro normativo e operacional para prevenção e controle das queimadas descontroladas**
 - Promover o envolvimento das comunidades através do comité de gestão dos recursos naturais

Instituição responsável: MINAG



Anexo 2a

Indicadores QAD/PAF

(Quadro de Avaliação de Desempenho / *Performance Assessment Framework*)

Indicadores QAD/PAF (Quadro de Avaliação de Desempenho / Performance Assessment Framework)

Indicador	Definição detalhada	2008 Valores atingidos	2009 Metas / atingido	2010 Metas	2011 Metas indicativas
Nº total de camponeses assistidos pelos Serviços Públicos de Extensão, incluindo outsourcing	Nº total de produtores assistidos pelos Serviços Públicos de Extensão incluindo outsourcing, corresponde aos produtores directamente assistidos pelos extensionistas públicos (que deve ser igual ao somatório do total de membros das associações, total de membros dos grupos, total de membros das EMC's (Escola na Machamba do Camponês) e produtores dispersos) mais os que são assistidos directamente através da terciarização com recursos públicos, desagregados por género.	354,070 produtores, 203,755 homens e 150,315 mulheres	500.700 produtores 378,043 (75%)	400.000 produtores	420.000 produtores
Nº hectares de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários.	A definição está em estreita ligação com as metas subscritas no âmbito de PARPA, consistindo na localização do objecto de intervenção, na quantificação das áreas operacionais e inoperativas, prevendo a construção, reabilitação, manutenção e instalação de equipamento de rega, cruzando o custo de construção pela área em hectares.	1,778 hectares	Disponibilizados 3.000 hectares 2,062 (69%)	Disponibilizados 2.500 hectares	Disponibilizados 3.000 hectares
No. de comunidades locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral	Comunidade local é aquela entidade definida no n.º 1 do artigo 1 da lei 19/97. Delimitada significa ter por completo o processo técnico e administrativo prescrito no anexo técnico ao regulamento da lei de terras (lei 19/97). Registada significa que todos os dados do processo de delimitação estejam inscritos no atlas cadastral tendo sido aprovado o processo pela entidade competente e emitida a certidão.	245	-	50	50

Fonte: QAD 2010, Nota Técnica - Grupo Trabalho da Agricultura, versão acordada na RP-QAD do15/09/2009,



Anexo 2b

**Matriz de Indicadores Estratégicos - Pilar III - Desenvolvimento Económico / Agri-
cultura**

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO / AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Ações)	Responsável (MINAG +)	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	2005		2006		2007		2008		2009		Apreciação do desempenho
							Base	Meta	Meta	Resul- tado	Meta	Resul- tado	Meta	Resul- tado	Meta	Resul- tado	
Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão	% de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrícolas	Extensão Agrária	Nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL-cumulativo]	177.000	193.500	191.629	222.300	285.300	354.070	258.300	500.700			Alcançado
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrícolas adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	IIAM (Investigação)	Nº de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	4	n/a	4	4	2	4	3			Alcançado Parcialmente
Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrícolas	% de explorações agrícolas que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrícola	Serviços Agrários	Nº de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	2.500	3.200	2.546	4.000	3.520	1.778	3.400	3.000			Não Alcançado
Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários	% de explorações agrícolas que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	Autoridade veterinária	Nº cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	1.988.000	2.300.000	n/a	2.700.000	2.663.957	3.082.496	3.100.000	3.600.000			Não Alcançado
Melhorar o acesso a informação e mercados agrícolas	% de explorações agrícolas com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	Direcção de Economia	Nº de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado (cumulativo) [REL]	87	130	n/a	173	191	43	173	173			Não Alcançado
	% de explorações agrícolas com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	Serviços Agrários	Nº de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing (cumul) [REL]	2.476	2.550	n/a	2.700	2.450	4.158	3.050	4.250			Alcançado
Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor	Valor das exportações agrícolas de caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95,5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fito-sanitária para um mercado competitivo	Departamento de Sanidade Vegetal e Animal MIC/INNOQ	Nº de licenças e certificados sanitários e fito sanitários emitidos [REL]	2.000	2.500	n/a	3.000	3.671	3.324	5.000	7.000			Não Alcançado
Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável	% de explorações agrícolas com prova documental de ocupação [MINAG]	1,20%	1,70%	Inventarição, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	Terras e Florestas	% de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	76%	85%	70%	90%	47%	67%	95%	99%			Não Alcançado
						Nº cumulativo de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	180	198		220	226	245	242	266			Alcançado
Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais	Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	Terras e Florestas	Area média coberta por fiscal [REL]	1128	1128	n/d	1128	533 parcelas de terra com DUAT (total, não por fiscal)	n/d	806	627			Informação Insuficiente

Fonte: MINAG: Relatório do Sector da Agricultura - Contribuições para Avaliação do PARPA II, Agosto 2009



Anexo 2c

Matriz de Indicadores do MoU (*Memorandum of Understanding*) - **PROAGRI II**

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO / AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável (MINAG /+)	Indicador de Produção/ Execução [Fonte de Verificação]	2005		2006		2007		2008		2009		Apreciação do desempenho
							Base	Meta	Meta	Resulta- do	Meta	Resulta- do	Meta	Resulta- do	Meta	Resulta- do	
Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão	% de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrícolas	Extensão Agrária	Nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL-cumulativo]	177.000	193.500	191.629	222.300	285.300	258.300	354.070	500.700			Alcançado
				Avaliação, peração e transferência das tecnologias agrícolas adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	IIAM (Investigação)	Nº de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	4	n/a	4	4	4	2	3			Alcançado Parcial- mente
Promover a construção e reabilitação das infraestruturas agrícolas	% de explorações agrícolas que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Conservação e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrícola	Serviços Agrários	Nº de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	2.500	3.200	2.546	4.000	3.520	3.400	1.778	3.000			Não Alcançado
Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários	% de explorações agrícolas que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	Autoridade veterinária	Nº cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	1.988.000	2.300.000	n/a	2.700.000	2.663.957	3.100.000	3.082.496	3.600.000			Não Alcançado
Melhorar o acesso a informação e mercados agrícolas	% de explorações agrícolas com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promocção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	Direcção de Economia	Nº de horas de programa de rádio difundido informações de mercado (cumulativo) [REL]	87	130	n/a	173	191	173	43	173			Não Alcançado
	% de explorações agrícolas com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	Serviços Agrários	Nº de associações de produtores assistidos pelo MINAG, incluindo outsourcing (cumul) [REL]	2.476	2.550	n/a	2.700	2.450	3.050	4.158	4.250			Alcançado
Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor	Valor das exportações agrícolas de café, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95.5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e filo-sanitária para um mercado competitivo	Departamento de Sanidade Vegetal e Animal MIC/INNOQ	Nº de licenças e certificados sanitários e filo- sanitários emitidos [REL]	2.000	2.500	n/a	3.000	3.671	5.000	3.324	7.000			Não Alcançado
Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável	% de explorações agrícolas com prova documental de ocupação [MINAG]	1,20%	1,70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	Terras e Florestas	% de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	76%	85%	70%	80%	47%	95%	67%	98%			Não Alcançado
						Nº cumulativo de comunidades locais delimitadas e registradas no atlas cadastral [REL]	180	198		220	226	242	245	266			Alcançado
Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais	Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	Terras e Florestas	Área média coberta por fiscal [REL]	1128	1128	n/d	1128	533 parcelas de uma com DUAT (total, não por fiscal)	806	n/d	627			Informação Insuficiente

Fonte: MINAG: Relatório do Sector da Agricultura - Contribuições para Avaliação do PARPA II, Agosto 2009

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
Aumentar a Produtividade e a produção para garantir a segurança alimentar																
Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão	% de Explorações assistidas que adoptaram uma nova tecnologia (TIA)	20%	36%	Divulgar e disseminar tecnologias agrárias	MINAG / Extensão Agrária	Número total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo outsourcing (REL) (1)	191.529	222.300	285.361	258.300	354.070	137	24	Redistribuição dos extensionistas para os distritos novos ou para reforçar outros distritos com menor n. de técnicos, formação dos extensionistas, distribuição de motorizadas, farmamentos e kits criou auto-estima e motivação no seio dos extensionistas.	500.700	Dos 500.700 produtores a assistir prevê-se que 49% sejam mulheres. Contratar 349 novos extensionistas e aumentar a capacidade técnica destes para melhorar a assistência aos produtores
				Avaiar, gerar e transferir tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	MINAG / IIAM (investigação)	Número de variedades de culturas novas libertas (2)	3	4	9	3.0	2	66,7	-77,8	Em 2008 foram submetidas 5 variedades de mandioca, actualmente encontram-se na fase de ensaios para a sua libertação que poderá ser em 2010	3	Espera-se a libertação de 3 variedades de grão de bico e 5 variedades de milho.
Promover a construção e reabilitação das infraestruturas agrárias	% de explorações agrárias que usam técnicas de rega (TIA)	4%	4,50%	Construir e reabilitar infra-estruturas de captação de água para o sector agrícola	MINAG / Serviços Agrários	Quantidade de sementes melhoradas produzidas (MT) (3)	Cereais: 8443; Leguminosas: 2043	12.000	8.000	13050	9261,2	71,0	15,8	Houve redução dos produtores subcontratados pelas empresas de produção de semente; irregularidade do regime pluviométrico	14.500	Com o plano de acção espera-se que se atinja a quantidade planificada.
Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários (vacinação) (TIA)	% de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) (TIA)	3%	4%	Realizar campanhas de sanidade animal	MINAG / Autoridade Veterinária	Número de ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários (REL) (4)	2546	4.000	3520	3400,0	1778,0	52%	-98%	Com os fundos disponibilizados só era possível reabilitar/construir 1900 ha. Sobre esta cifra pode-se dizer que o grau de cumprimento foi de cerca de 94%.	3.000	Preve-se a reabilitação de 3.000 ha
						Número de vacinações contra Newcastle (5)	2.021.590	2.700.445	2.925.905	3.100.000	3.283.636	106,2	12,8	Contribuíram para o alcance destes resultados a disponibilização atempada da vacina pela DNSV aos Serviços Provinciais de Pecuária, e estes por sua vez aos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE's)	3.600.000	Está em curso o processo de aquisição e envio da vacina necessária

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
Aumentar a renda e competitividade dos produtores agrários																
Melhorar o acesso a informação e mercados agrários	% de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio (TIA)	30%	38%	Promover um serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG / Direcção de Economia	Número de horas anuais de programa de rádio difundindo informações de mercado (6)	73	173	134	173	76,0	43,9	-43,3	Falta de fundos para o pagamento nas rádios para a divulgação da informação	173	Esperamos que haja um acordo entre o MINAG e a Rádio Moçambique para o não pagamento da disseminação de informação sobre mercados agrícolas
	% de explorações agrárias com pelo menos um membro associado (TIA)	6%		Apoiar e capacitar organizações de produtores	MINAG / Extensão Agrária	Número de associações de produtores assistidas pelo MINAG, incluindo outsourcing (7)	1,766	2.700	2.450	3.050	4.158	136,3	69,7	O aumento das associações de produtores aliado a disponibilização de fundos de iniciativa local exigiu que os serviços de extensão abrangissem alguns produtores que se beneficiaram deste financiamento que anteriormente não beneficiavam deste serviço, aumentando assim a cobertura das associações	4.250	Incentivar e promover a organização de mais produtores em associações. Aumentar a capacitação técnica dos agentes de extensão para melhorarem a assistência aos produtores e contratar 349 novos extensionistas
	Valor e Volume das exportações agrárias de caju, algodão e apêndice (milhões de USD) (REL)	95,5	110	Estabelecer o quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG / Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC / INNOQ	Número de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos (8)	Licenças = 2.710; certificados = 4471 (total 7181)	3.000	Licenças = 2271; Certificados = 4778	5.000	9.635 (3.753 licenças e 5.882 certificados)	192,7	36,7%	Este indicador não é consequência de uma política, estratégia ou plano de acção específicos, mas sim da dinâmica do mercado conforme a necessidade de importação (licenças) ou exportação (certificados) de produtos vegetais	7.000	Devido a dinâmica do mercado, espera-se que se atinja o total de 7.000 certificados e licenças em 2009.
Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor																

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
						% de processos (de autorenovação de direito, uso e aproveitamento da terra) tramitados no prazo de 90 dias ou menos (REL) (9)	98%	90%	47%	95%	70%	73,7	32,9	Forum registados, em todo o País, 3.830 pedidos de DUAT, dos quais cerca de 70% foram tramitados no prazo de 90 dias. O não cumprimento do prazo dos 90 dias está, em parte, relacionado com a prevalência de burocracia especialmente na devolução de editais e a demora de assinatura e entrega das actas de consultas por parte dos administradores e demora na emissão de pareceres por parte dos Directores Provinciais de Agricultura (DPA's) e Assessores jurídicos dos Governadores provinciais.	99%	Implementação do Guia de ajuda a análise de pedidos de grandes áreas.
Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável	% de explorações agrárias com posse de terra que tem DUAT (REL)	1,20%	1,70%	Consolidar e divulgar a legislação sobre acesso aos Recursos Naturais	MINAG / Direcção Nacional de Terras e Florestas	No de comunidades locais delimitadas e registadas na atlas cadastral (10)	53	220	226	242,0	245,0	101,2	7,8	De 1999 até 2008, foram delimitadas e registadas no Atlas cadastral 245 comunidades, sendo 19 em 2008 (correspondendo a 250.340,94 ha). Comparativamente a meta prevista (242 comunidades delimitadas e cadastradas)	266	Melhorar o desempenho através da programação desta actividade em todos os SPGC's, uma vez para 2009 conta-se com fundos do MCC/NCA
						% de comunidades locais beneficiadas-se de valores de 20% das taxas de exploração de recursos florestais e faunísticos (11)	24,6%	20%	28,80%	30%	49%	163,3	41,2	De 05 a 08, cerca de 49% já receberam os valores dos 20% das taxas de exploração florestal e faunístico (542 comunidades receberam das 1102 beneficiárias). Este cenário é resultado de vários esforços realizados pelo sector em coordenação com parceiros de cooperação, como por exemplo a criação de um Fórum Regional Centro e um Grupo de Coordenação de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais da Província de Sofala, ambos dinamizam e flexibilizam o processo, e não só, a superação da meta deve-se a experiência acumulada ao longo dos 3 anos da implementação do Diploma dos 20%.	60%	Fazer um estudo para avaliar impacto da utilização dos 20% nas comunidades locais beneficiárias

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais	NA			Fiscalizar o cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG / Direcção Nacional de Terras e Florestas	Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido (12)	998	880	1043	770,0	1254,0	61,0	16,8	A meta não foi satisfeita. As multas aplicadas estão relacionadas com as medidas que o sector tem tomado com vista a melhorar a gestão dos recursos florestais e faunísticos (RFF), tais como: (1) fiscalização cada vez mais participativa, (2) capacitação de fiscais em matérias de legislação florestal e faunística, bem como apetrechamento em recursos materiais (armas, munições, fardamento, etc.), (3) maior percepção das comunidades na necessidade de um manejo sustentável dos RFF, o que faz com exerçam maior vigilância no controle dos RFF nas suas áreas	660	Implementação efectiva da estratégia de fiscalização participativa com o envolvimento das comunidades locais e sector privado, cujo enfoque e a prevenção, detecção e repressão
						Nº de hectares reforestados (13)	4091	4.000	6273,46	5000,0	8386,5	167,7	25,2	Nos últimos anos, tem-se registado uma tendência crescente de investidores privados nesta área. Em 2008, mais empresas se dedicaram a actividade de reforestamento e as que existiam, aumentaram as suas metas, em relação às áreas reforestadas	5.000	Em 2009, espera-se reforestar perto dos 10.000ha em todo o País, com o apoio do sector privado
						% de multas florestais e faunísticas pagas (14)	68%	50%	37,30%	60%	59%	98,3	36,8	Este valor não corresponde ainda ao valor total das multas aplicadas neste período, pois parte das multas ainda não foram pagas, estando em processo de cobrança. Por outro lado, há casos de multas aplicadas a pessoas sem qualquer vínculo com a Instituição, o que faz com que após a apreensão abandonam o produto, não pagando as referidas multas	70%	Intensificar as actividades de fiscalização, por forma a fazer cumprir a legislação de florestal e faunística
						% de taxas de ocupação de terras cobradas como prova documental (15)	70,20%	67%	66,40%	88%	83%	94,2	-4,2	O não alcance da meta prevista deve-se ao Sistema de colecta de taxas que ainda é fraco, necessitando de revisão tendo em conta as experiências de outras instituições do Estado	80%	Materialização da campanha nacional de fiscalização e sensibilização dos utentes da terra, através dos órgãos de comunicação social

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
Âmbito Reforma Institucional																
Racionalizar os Quadros de Pessoal do MINAG em consonância com a Reforma Institucional do Estado e conclusões da Análise Funcional do Ministério				Elaboração de propostas de redimensionamento dos quadros de pessoal	MINAG/DRH	Nº de quadros de pessoal elaborados e aprovados (16)	Ocs (11) Iss (03) IT (01) DPAs (00)	- -3 - -10	Ocs =3 DPAs=10		a) 5 b) 10			a) O quadro de pessoal dos OC's já tem o parecer favorável do MFP e aguarda aprovação por uma Comissão Interministerial. b) O FDA (Fundo de Desenvolvimento Agrário) está em processo de elaboração do seu quadro de pessoal. Das Instituições Subordinadas falta a aprovação do quadro do Incaju.		Para ano 2009 prevê-se aprovação do quadro de pessoal do Orgão Central e do Incaju.
							Ocs (50) Iss (70) IT (01) DPAs (300)		Ocs (17) Iss (32) IT (0) DPAs (378)	75,0 120,0 0,0 600	4 0 0 275			Nos OC's não houve preenchimento de vagas falta por falta do quadro de pessoal, em processo aprovação. Relativamente às DPA's não foi cumprido por diversas razões, dentre elas a falta de disponibilidade orçamental e a não aceitação das condições colocadas a disposição por parte de técnicos, principalmente nas Províncias de MPT, Niassa e CD. No que diz respeito ao número de técnicos de nível superior e médio colocados nos distritos as metas terão sido excedidas pelas contratações havidas no âmbito da materialização do PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos).	100 170 600	Para ano 2009 prevê-se aprovação do quadro de pessoal do Orgão Central e integração de 38 lugares.
Promover adesão dos funcionários do MINAG ao Programa de Desvinculação Voluntária- PDV				Realizar visitas aos órgãos e instituições para divulgação do Programa	MINAG / DRH	No de funcionários adicionais beneficiando do programa (Desvinculação voluntária) (18)	200	300	150		O. Central 12 In. Sub 12 DPA's 88 Total: 112			O programa de desvinculação de funcionários terminou em Dezembro 2007. Contudo, transitaram alguns processos para 2008 apenas para o pagamento.		
Descentralizar a força de trabalho do MINAG				Colocação de técnicos nos distritos	MINAG/DRH	Total no de técnicos de nível superior e nível médio colocados nos distritos (19)	TNS-90 TNM-75	TNS-90 TNM-85	TNS-27 TNM-87	TNS 45 TNM 70	TNS = 26 TNM = 218			A colocação dos técnicos nos Distritos e da responsabilidade dos Governos Distritais com a implementação da LOLE.	TNS 45 TNM 50	Com a aprovação dos quadros dos Orgãos Locais espera-se uma efectiva capacitação institucional

MATRIZ de INDICADORES do MoU (Memorandum of Understanding) - PROAGRI II

Objectivo	Indicador de Resultados	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de produto/Execução (Fonte de Verificação)	Real. 2006	Meta 2007	Realizado 2007	Meta 2008	Realizado 2008	Grau de Cumprimento (%)	Taxa de Crescimento (%)	Observações	Meta 2009	Perspectivas 2009
Âmbito Administração Financeira																
Providenciar uma gestão financeira mais eficaz e eficiente dos recursos financeiros alocados ao MINAG				Reforçar o sistema de controlo interno para garantir a recolha atempada de informações (Arco Iris)	MINAG/DAF	Apresentação dos FMRs em tempo útil (30 dias após o término do trimestre) (20)		T+30dias	4 FMRs	T+30 dias	Prazo não cumprido.			Todos os relatórios foram entregues fora do prazo. Existe problemas do fecho de contas com as provincias de Niassan e Gaza	T+15 dias	O período ideal para os FMR's é de T+45 dias
				Garantir condições básicas de gestão dos fundos a nível distrital, incluindo a formação dos responsáveis administrativos	MINAG/DAF	% dos fundos descentralizados para os distritos relativamente aos desembolsos para o investimento (21)	Prov: 53,3%, Distritos: 7-8%	50%	(51,1% provincias) Prov=28% Dist=72%	60%	Geral: 65% Prov: 44% Dist: 34% (nº indicativos)			Relatório dependente do fecho das contas. O nível de desembolso situou-se em 65% para todo o sector, destes, 44% foram as provincias e a previsão é que o nível de desembolsos para os Distritos seja 34%. Os fundos do PAPA destinados aos distritos foram alocados ao nível central o que fez com o valor do fundo do nível central fosse maior	65%	
Estratégia de HIV-SIDA																
Promoção da melhoria e prolongamento da qualidade de vida profissional e social dos funcionários vivendo com HIV-SIDA				Prestação de assistência médica e medicamentosa de acordo com a lei e o sistema de seguro de saúde pública aos funcionários que hajam declarado a sua condição de seropositivos	MINAG/D RH + Pontos focais	% de funcionários beneficiados que hajam declarado a sua condição de seropositivos (22)	15	90%	20 pessoas (100%) nível central	100%	105 (20 nível central +85 do nível provincial)			Em 2008, 77 funcionários do nível provincial beneficiaram de Kits alimentares, e 8 funcionários na provincia de C Delgado beneficiaram de 30% do seu salário (legislação de doentes crónicos mediante apresentação de junta médica). Os kits beneficiados a nível provincial não inclui os distritos		Na provincia de Tete, as viúvas de dos funcionários estão a criar colectivamente 400 galinhas de corte na casa própria para a geração de renda. Há indicações que funcionários dos distritos de Angónia e Moatize se beneficiem dos kits alimentares.
				Providenciar apoio nutricional as PVHS e as suas famílias	MINAG/D RH + DNEA + Pontos Focais	% de funcionários, que hajam declarado a sua condição de seropositivos, e familiares beneficiados (23)	15	90%	20 pessoas (100%)		77 (nível provincial), 8 funcionários na provincia de CD beneficiaram dos 30% do salário					

OCS - Órgãos centrais
ISS - Instituições subordinadas
IT - Instituto técnica
DPA- Direcção Provincial de Agricultura
TNS - Técnico de Nível Superior
TNM - Técnico de Nível Médio

Fonte: Tabela facilitada por DE/DPAn, reformulada por equipe gta (GT)



Anrexo 2d

Matriz MINAG de Contribuição a PARPA

MATRIZ MINAG de Contribuição a PARPA

0	Coluna 1	Coluna 2	3	4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	8	9	10	11	12
Nº	Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Ações	Responsável	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
Sector: Agricultura Desenvolvimento Económico Sub-Área: Serviços Agrários Objectivo Estratégico: Aumentar a produtividade e produção para garantir a segurança alimentar Indicador de Impacto: Aumentar a renda e competitividade dos produtores agrários - N.º de pessoas vulneráveis em redução progressiva												
1	Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão	% de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia (pública, privada e ONGs)	20%	36%	1	Gerar tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	IIAM/CZI	42	4	4	5	3
						IIAM/CZI	N.º de variedades de novas libertas	12	6	6	6	5
						DNER e outros actores envolvidos	N.º de pacotes tecnológicos novos libertos	7	7	7	7	7
						DNER/DINA/SPER/SPA	N.º de tecnologias e pacotes tecnológicos disseminados	5,0%	7,5%	10,0%	12,5%	15,0%
						DNER/SPER	% de famílias que receberam material de plantio melhorado	177.000	191.630	222.300	258.300	500.700
						DINAP/SPP	N.º total de produtores assistidos pelos serviços públicos de extensão (incl. Outsourcing)	1058	3.660	952	1115	1180
							N.º de animais de tracção animal distribuídos	871	1946	2209	2632	2770
						DNER/SPER	N.º de pequenos e médios produtores criadores de aves beneficiários do fomento avícola	56	350	80	92	102
						INCAJU	N.º de horas de programa rádio difundidos com mensagem de extensão	3.000.000	3.100.000	3.700.000	4.500.000	5.400.000
						IIAM	N.º de cajueiros tratados contra oídio	700	900	1150	1400	1600
						IIAM	N.º de dose de vacina de Carbunculos produzidas	2000	2000	2500	3000	3500
						DINA	N.º de dose de vacina de Newcastle produzidas	13700	13700	13600	13500	13400
						DINAP	N.º de produtores que beneficiaram de campanha pública flossanitária	920.091	709.589	1.122.590	1.223.183	1.336.033
						DINAP/DNER	Vacinações contra os carbunculos hemático e sintomático nos bovinos	1.330.000	2.021.590	1.783.000	2.000.000	2.400.000
						DINAP	N.º de vacinações de galinha contra Newcastle	848	327	1084	1131	1245
							N.º vacinadores comunitários formados					
							N.º de famílias beneficiadas/beneficiárias com a realização de feiras de insumos					
						DNER/INCAJU/DINA/escolas	N.º de mudas distribuídas	1.040.000	1.040.000	1.150.000	1.256.000	1.363.000
						DINA/SPA/IAM	N.º de hectares usados para multiplicação de sementes local	920	1.768,4	2510	2.990	4.390
						DINA/SPA/IAM	N.º de MT de sementes melhoradas produzidos	10.050	3.493,2	12.000	13.050	14.500
2	Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos (sementes e agro-químicos);	% de peq. e med. explorações agrárias que usaram pelo menos um insumo			4	Melhorar a provisão de serviços de assistência veterinária						
					5	Realizar Feiras de insumos						
					6	Distribuição de material de propagação vegetativa						
					7	Implementar o programa de multiplicação de sementes melhoradas						

MATRIZ MINAG de Contribuição a PARPA

0	Coluna 1	Coluna 2	3	4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	8	9	10	11	12		
Nº	Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Responsável	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009		
3	Promover a construçao e reabilitaçao das infraestruturas agrárias	% de agregados familiares que tem acesso a infra-estrutura hidro-agricola	3%	3,60%	8	Construir e reabilitar infraestruturas pecuarias	DINAP/SPP	Nº de farmácias rurais instaladas;	15	6	23	18	20	
					DINAP/SPP		Nº tanques erraticidades sob gestão de terceiros	5	3-1	18	20			
					DINAP/SPP		Nº de pontos de abeberamento de gado construídos e sob gestão de terceiros	80	46	44	47	44		
4	Prover sistemas de segurança (safety net) para os grupos mais vulneraveis;	Nº de pessoas beneficiarias dos safety net			9	Construir/reabilitar sistemas de captação de água para o sector agrario	DNHA	Nr de hectares de regadio reabilitados e colocados sob gestão dos beneficiarios	2.500	3.083	4.000	3.155	3.400	3.000
					10		Abertura/reabilitação de estradas terciárias e vicinais	Administração local/DNE	% da rede de estradas em boas e razoaveis					
					11		Implementar programas de prevenção, gestão de riscos em insegurança alimentar e nutricional	MINAG	- quantidade de população que participa com sucessos nos programas	245.000	300.000	350.000	640.000	800.000
					12	Ter sistemas de coordenação de informação operativos e em dia	SETSAN		1	2	3	4	5	
Sector: Agricultura														
Área: Desenvolvimento Económico														
Sub-Área: Serviços Agrários														
Objectivo Estratégico: Aumentar a renda e competitividade dos produtores agrários														
Indicador de Impacto: Renda nas famílias provenientes do sector agrario aumenta														
1	Melhorar o acesso a informacao e mercados agrarios;	% de agregados familiares que tiveram acesso à informacao sobre preços			13	Prover um serviço de informação sobre oportunidades de mercado via formas de disseminação abrangentes e sustentáveis (Rádio e Televisão)	DE/GPSCA/IAM	% de agregados familiares que tiveramacesso a informação sobre preços	35	37	33	41	43	
		% de produtores com acesso a mercados	40%		14	Construir ou reabilitar infraestruturas de mercados	DE/CEPA	Número de horas de antena transmitindo informacao de mercado	35	35	35	35	35	
2	Percentagem da colheita perdida				15	Aumentar a capacidade de armazenagem e reduzir as perdas pós-colheita	DINAP	Nº de Infraestrutras de comercialização de gado construídas;	4	19	16	8	9	
							DINA	Nº de silos construídos e disponíveis com gestão eficiente	4	2	2	2	2	
							DINA	Percentagem de explorações que têm ceteiros melhorados						

MATRIZ MINAG de Contribuição a PARPA

0	Coluna 1	Coluna 2	3	4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	8	9	10	11	12
Nº	Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Ações	Responsável	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009
3	Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na optica da cadeia de valor	Aumento do valor das exportações agrarias			Criar e estabelecer o quadro de padrões de qualidade e normas de certificacio sanitária e fitossanitário para um mercado competitivo	INNOQ	Nº de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos	2.000	2.500	3.000	5.000	7.000
					Criar e estabelecer o quadro normativo para o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de producao por contrato (outgrower schemes)	CEPAGRI/ DINA/DINAP	No de instrumentos reguladores produzidos	4	2	2		
					Desenvolver e estabelecer o sistema de classificacao instrumental da fibra do algodão	IAM	% da fibra do algodao nacional classificada por instrumentos (SITC)	0	2	5	7	10
						IAM	% de concessões algodoeiras monitoradas	0	25	50	75	100
					Implantar a industria de processamento de produtos agários para o aumento do valor acrescentado	Sect privado	000 tons de castanha processada		20.000	29.000	37.000	39.000
						Sect privado	% de fibra do algodão processada na Pals	0	0	5	15	20
						Sect privado	Matadouros/casas de matança construídos.	11	17	10	12	7
					Estabelecer um sector comercial diversificado e competitivo basendo no mancio sustentável dos recursos florestais e faunísticos	Sect privado	1. Número de indústrias estabelecidas	133	3	3	3	4
							2. Número de fazendas do bravio estabelecidas	11	8	5	5	4
					Criação mecanismos alternativos para o financiamento agrario	CEPAGRI/FDA	Mecanismo estabelecido			capital de risco	seguro agrario	
4	Incentivar e promover a organizacao de produtores	Nº AF com membro associado			Apoiar e capacitar organizações de produtores	DNER/SPER/ IAM-SIP/ONG	Nº de associações de produtores assistidas pelo MINAG	2.476	1.766	2.700	3.050	4.250

MATRIZ MINAG de Contribuição a PARPA

0	Coluna 1	Coluna 2	3	4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7	8	9	10	11	12		
Nº	Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Açoes	Responsível	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009	
Sector: Agricultura														
Área: Desenvolvimento Económico														
Sub-Área: Gestão dos Recursos Naturais														
Objectivo Estratégico: Assegurar a gestão ambiental sustentável dos RN's														
1	Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável	% de explorações agrícolas com posse de terra que tem DUAT	1,10%	1,30%	22	Consolidar e divulgar a legislação sobre acesso aos Recursos naturais	SPGC/DNAT	% de processos tramitados no prazo de 90 dias ou menos / Nr processo tramitados	78%	85%	90%	95%	99%	
					23	Apoiar o estabelecimento de iniciativas locais e privadas nacionais no uso racional e sustentável dos RN;	SPGC/DNAT	Nr de campanhas (cursos, seminários, distribuição de matérias, brochuras etc.)	1.431	1.869	1.991	2.201	2.208	
							DNFFB, SPFFB, privados e ONGs	Número de comunidades com comités legalmente estabelecidos e planos de manejo aprovados	15	5	5	5	5	
							DNFFB, SPFFB e privados	Número de concessões aprovadas	96	104	114			
							DNFFB, SPFFB e privado	Número de concessões com plano de manejo aprovado	46	49	57			
2	Prover informacao sobre os RN existentes (terra, florestas, fauna)				24	Certificar e/ou titular os direitos à terra para os pequenos e médios agricultores de culturas de rendimento.	SPGC/DNAT	Nr de certificados emitidos	0	5.000	5.000	5.000	5.000	
					25	Criar um sistema informatico do cadastro Nacional de Terras	SPGC/DNAT	sistema criado e operacional		✓				
					26	Inventariar, mapear a ocupação, uso e aproveitamento da terra e actualizar sistematica 1:50 000 com recurso aimagensatélite e outra informacao digital	SPGC	Nr de hectares inventariados e mapeados nos distritos prioritários	629	1.267 077	1.917.851	2.013.836	2.576.863	
							CENACARTA	Nº de folhas cartográficas actualizadas	0	48	450	450	259	
					27	Adensar a rede geodésica Nacional	CENACARTA	Nº de pontos geodésicos estabelecidos	0	50	100	150	200	

MATRIZ MINAG de Contribuição a PARPA

0	Coluna 1	Coluna 2		3	4	Coluna 5	Coluna 6	Coluna 7		8	9	10	11	12		
Nº	Objectivo	Indicador de Resultados	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Nº	Açoes	Responsável	Indicador de execução/realização	Base 2005	Meta 2006	Meta 2007	Meta 2008	Meta 2009			
3	Melhorar a fiscalização da exploração dos RN				28	Fiscalizar o cumprimento da legislação sobre os Recursos naturais	SPGC, DNAT	Nr de parcelas de terras fiscalizadas	1.441	1.501	1.629	1.761	1.861			
							DNFFB e SPFFB	Nº de de transgressões florestais e faunísticos reduzidos	1.098	988	878	769	659			
						29	Criar instrumentos legais eficazes para a gestão de RN	DNFFB e SPFFB	Numero de instrumentos legais produzidos e publicados	3	8	13	18	23		
								30	Implementar a estratégia gestão de conflito homem/animal	DNFFB e SPFFB	número de vítimas humanas resultantes do conflito homem/animal	61	58	55	48	41
											Número de animais abatidos em defesa de pessoas e bens	127	121	115	104	88
4	Desenvolver tecnologias que promovam o uso e manejo sustentável dos recursos naturais				31	Prevenção e controle das queimadas descontroladas	DNFFB e SPFFB	% da população rural abrangida pelas campanhas de sensibilização	15	35	65	70	85			
							32	Gerar tecnologias apropriadas ao manejo sustentável do recursos naturais	IIAM	Nr de pacote tecnológicos para o melhoramento da fertilidade e conservação de solos	Ação em curso	3	2	3	3	
									IIAM	Nr de espécies com novos métodos de propagação identificados	1	2	2	2	5	
							33	Fazer a conservação <i>in e ex-situ</i> de germoplasma	IIAM	Nr de espécies conservadas						
							34	Investigar os processos de regeneração e índices de crescimento das formações florestais para definir taxas sustentáveis de corte anual de madeira	IIAM	Nr de espécies madeiras com taxas de crescimento definidas			3	2	2	
					35	Desenvolver sistemas silviculturais para o estabelecimento e enriquecimento de espécies e formações florestais	IIAM	Nº de sistemas silviculturais estabelecidos		1	1	1	1			

Fonte: Tabela facilitada por DE/DPlan, reformataada por equipe g/a (GT)



Anexo 2e

MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do **PEDSA**

MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do PEDSA

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
I. OBJECTIVO GERAL			
<i>1.1 Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável</i>	IMPACTO		
	1.1.1 Assegurado crescimento do Sector Agrário	1.1.1.1 Crescimento real do sector agrário	• MPD: Relatórios de Balanço do PES
	1.1.2 Reduzida a fome	1.1.2.1 Índice de produção de Alimentos 1.1.2.2 População na condição de insegurança alimentar	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola • MINAG/SETSAN: Relatórios de Avaliação da Vulnerabilidade
	1.1.3 Aumentada contribuição do Sector Agrário	1.1.3.1 Contribuição da Agricultura no PIB 1.1.3.2 Contribuição da Agricultura no Emprego	• INE: Estatísticas Oficiais
II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS			
<i>2.1 Aumentar a produtividade e a competitividade na Agricultura</i>		2.1.0.1 <u>Produção anual de cereais (mil ton)</u>	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola
		2.1.0.2 <u>Produção anual de alimentos básicos</u> <i>Milho, Arroz, Trigo, Mapira, Feijões, Amendoim, Mandioca (10⁶), Batata reno;</i>	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola
		2.1.0.3 <u>Produtividade das principais culturas alimentares (ton/ha)</u> <i>Milho, Trigo, Arroz, Mandioca</i>	• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
		2.1.0.4 <u>Produção anual nas culturas orientadas ao mercado</u> <i>Castanha de Caju, Algodão, Chá, Açúcar, Copra, Soja, Tabaco</i>	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.5 <u>Produção anual de hortofrutícolas</u> <i>Banana, Citrinos, Tomate, Cebola</i>	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.6 Efectivo total Bovino, Galinhas	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.7 <u>Quantidade produzida de</u> <i>Carne bovina, Carne frangos</i> <i>Ovos (10⁶ dúzias), Leite (10⁶ litros)</i>	• MINAG/DNSV: Relatório de Balanço do PES

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
2.1.1 <i>Reforçados Serviços de Extensão Agrária;</i>	2.1.0.8	Produção por unidade na carne, leite, ovos	• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
	2.1.1.1.1	Número de produtores do sector familiar por extensionista	• MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.1.1.2	Número de produtores que adoptam tecnologias disseminadas pelos extensionistas	• MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.1.1.3	Numero total de produtores assistidos pelos serviços públicos de extensão (000)	• MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.1.1.4	Número de associações de produtores assistidas	• MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.2	Aumentada adopção de tecnologia melhorada	• MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.2.1	Quantidade de semente melhorada usada pelos produtores	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.1.2.2	Percentagem de produtores que usam semente melhorada	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.2.3	Quantidade de fertilizante vendido ou distribuído	• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
	2.1.2.4	Média de fertilizante aplicado por hectare de terra cultivada	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.1.2.5	% de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.1.3	Adoptada tecnologia melhorada para a produção pecuária;	• MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
	2.1.3.1	% de galinhas vacinadas contra Newcastle	• MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
	2.1.3.2	Percentagem do efectivo bovino vacinado contra <ul style="list-style-type: none"> • febre aftosa • Carbúnculo hemático • Carbúnculo Sintomático • Banhos carracicidas 	• MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
	2.1.3.3	Banhos carracicidas	• MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
	2.1.3.4	Gado melhorado como % do efectivo total	• MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES

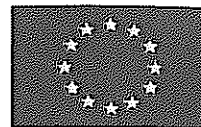
HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
2.2 <i>Desenvolver a infra-estrutura e serviços para maior acesso aos mercados agrários</i>	2.1.4 Melhorada disponibilidade e uso sustentável para a agricultura e pecuária	2.1.4.1 Área cultivada sob irrigação como percentagem da área total cultivada	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.4.2 Área irrigada para culturas alimentares	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.4.3 % de explorações que usam técnicas de rega	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.1.4.4 Relação entre Produtividade média agrícola sob irrigação e a de sequeiro	• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
		2.1.4.5 Índice de aproveitamento dos sistemas de rega	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.5 Elevado padrão de controle de pestes e doenças;	2.1.5.1 Número de casos notificados de doenças de plantas	• MINAG/DNSV: Relatório de Balanço do PES
		2.1.5.2 Número de casos notificados de doenças animais	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.6 Aumentado uso de tecnologias de poupança de mão de obra e mecanização;	2.1.6.1 Número total de Juntas de tracção animal em uso	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.6.2 Número total de tractores em uso	• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.6.3 Proporção da terra preparada por tracção animal ou tractor	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.1.6.4 % de utilização de mecanização agrícola	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.2.0 Melhorada comercialização	2.2.1.1 Percentagem da produção agrícola que é vendida	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.2.1.2 Valor total das exportações agrárias	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.3 Rácio Importação-exportação de produtos agrários	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.4 Rácio importação – exportação de produtos alimentares	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.5 Rácio de preços ao produtor – preços internacionais	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.6 Percentagem de produtores com acesso a informação do preço de produtos agrários	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
2.2.1 Reforçado quadro normativo de padrões de	2.2.1.1 Codex cumprido		• MINAG/SETSAN: Relatórios
			• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
	qualidade para produtos alimentares	2.2.1.2 Padrões de qualidade fitossanitário cumpridos	
	2.2.2 Desenvolvido o Mercado de Insumos	2.2.2.1 Proporção de semente melhorada fornecida pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.2.2.2 Proporção de insumos veterinários fornecidos pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.2.2.3 Proporção de fertilizantes fornecidos pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.2.3 Acrescentado valor a produtos agrários específicos	2.2.3.1 Valor de vendas do agronegócio	• MINAG/CEPAGRI Relatório anual
	2.2.4 Aumentado investimento público na agricultura	2.2.4.1 Proporção do Orçamento da Agricultura no Orçamento Total	• MF Relatório do Orçamento
		2.2.4.2 Proporção da Despesa Pública na Agricultura na Despesa total	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
		2.2.4.3 Investimento Público na Investigação agrária como percentagem do PIB da Agricultura	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
	2.2.5 Aumentado investimento privado na agricultura	2.2.5.1 % de aumento no investimento privado na agricultura	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
	2.2.6 Fortalecida infraestrutura de comercialização	2.2.6.1 Quantidades comercializadas	• MIC: Relatório Anual
	2.2.7 Melhorada Gestão pós colheita	2.2.1.1 Capacidade de infra-estruturas melhoradas para o armazenamento de culturas específicas: Milho, Arroz, Feijões, hortícolas, Produtos pecuários	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.2 Percentagem de perdas pós colheita para culturas específicas Milho, Arroz, Feijões, hortícolas, Produtos pecuários	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
2.3 Utilizar a terra e florestas de forma sustentável		2.3.1.1 Proporção de terra cultivada do total da superfície arável do país	• MINAG/DNTF Relatório de Avaliação
		2.3.1.2 Nº de hectares reflorestados	• MINAG/DNTF Balanço do PES
		2.3.1.3 Produção madeireira	• MINAG/DNTF Balanço do PES
		2.3.1.4 Proporção da madeira processada	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.1 Melhorada administração de terras	2.3.1.1 Dias para ter o DUAT	• MINAG/DNTF Relatório do PES
		2.3.1.2 Mudança no acesso a terra por mulheres	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.2 Melhorada segurança do DUAT	2.3.2.1 Número de casos de perca de direito reportados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.3 Conflito homem-fauna bravia	2.3.3.1 Número de casos notificados: Vítimas humanas Danos de bens	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.4 Promovido o uso sustentável de recursos naturais	2.3.4.1 Área afectada por queimadas descontroladas	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.5 Estendida a área coberta por florestas	2.3.5.1 Hectares reflorestados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.6 Adoptadas medidas de prevenção e resposta a mudanças e variabilidade climáticas	2.3.6.1 Variedades resistentes a seca	• MINAG/IIAM Relatório do PES
2.4 Fortalecer a capacidade institucional do sector e melhorar o ambiente social para o desenvolvimento agrário	2.3.1 Fortalecido quadro de políticas agrárias	2.3.1.1 Estudos confirmam que políticas são condutivas a implementação do PEDSA	• MINAG/DE Relatório do PES
		2.3.1.2 Número de técnicos treinados em análise de políticas agrárias	• MINAG/DE Relatório do PES
	2.3.2 Fortalecido Sistema de Informação Agrária	2.3.2.1 Número de entidades usando a base de dados do sector agrário	• MINAG/DE Relatório do PES
		2.3.2.2 Avaliação anual do desempenho do sector agrário incluindo despesas públicas	• MINAG/DE Relatório do PES

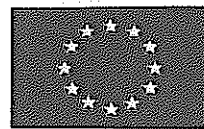
HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
		2.3.2.3 Número de técnicos treinados em colheita, processamento e análise de dados	• MINAG/DE Relatório do Desempenho
		2.3.2.4 Sistema de aviso prévio funcional	• MINAG/DNSA Relatório do PES
	2.3.3 Aumentado Investimento na Investigação Agrária	2.3.3.1 Despesas públicas em Investigação Agrária	• MINAG/DE Relatório De Pesquisa
	2.3.4 Desenvolvido capital humano	2.3.4.1 % de extensionistas femininos treinados	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
		2.3.4.2 Numero de funcionários admitidos e formados)	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
	2.3.5 Fortalecida Coordenação para a agricultura e segurança alimentar	2.3.5.1 Reuniões semestrais de coordenação interministerial do PEDSA	• MINAG: Acta da Reunião
		2.3.5.2 Reuniões dos parceiros do PEDSA (Governo, S. Civil, Sector Privado e parceiros de desenvolvimento)	• MINAG: Acta da Reunião
	2.3.6 Fortalecida capacidade de fiscalização do Governo	2.3.6.1 % de fiscais apetrechados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.7 Fortalecida a Governação e Modernização Institucional	2.3.7.1 % de técnicos qualificados (Médios e superiores) a trabalhar no distrito	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
	2.3.8. Construídas e mantidas instalações de provisão de serviços públicos	2.3.8.1 Número de instalações construídas nos distritos 2.3.8.2 Número de instalações reabilitadas nos distritos	• MINAG/ Relatório do PES

Fonte: Tabela facilitada por DE/DPlan, reformatada por equipe gfa (GT)



Anexo 3

Lista de 19 Indicadores Prioritários para Desenvolvimento Agrário e Rural



Anexo 4

O método "**Abordagem de fornecimento de serviços**" (*service delivery approach*)

Global Donor Platform for Rural Development - World Bank - FAO:
Tracking results in agriculture and rural development in less-than-ideal conditions.
A sourcebook of indicators for monitoring and evaluation. ISBN 978-92-5-106082-7;
pp. 23-24

O método "Abordagem de fornecimento de serviços" (service delivery approach)

A abordagem de prestação de serviços considera que a maioria dos projectos têm uma coisa em comum: eles são essencialmente os veículos para fazer um produto ou produtos disponíveis para uma população-alvo. O conceito de "produto" tem um sentido amplo, que pode incluir:

- um produto tangível, como um empréstimo, uma estrada rural, ou um pacote de inovações tecnológicas para aumentar o rendimento;
- um serviço, como um programa de extensão, cuidados de saúde local ou serviço de registro de terras;
- algo mais abstracto, como "ambiente propício " ou um "projecto de desenvolvimento comunitário".

Pode até ser uma combinação dos anteriores - um pacote de produtos e serviços que o beneficiário poderia ser esperado para adoptar. Mesmo os programas de reforma política podem, com pequenos ajustes, ser visto através da lente de prestação de serviços. Por exemplo, uma política de descentralização deve resultar em melhores serviços públicos para as áreas rurais. Estes serviços são, essencialmente, o "produto" resultante da política.

Em seu nível mais simples, um projecto abrange dois elementos: um **produto** e um **sistema de fornecimento**. Para que o projecto ou programa possa atingir o seu objectivo desejado, não só o produto deve ser algo que a população-alvo quer e precisa, mas o sistema de entrega deve garantir que o produto chegue. Um sistema de fornecimento eficiente precisa de ser capaz de atingir subgrupos específicos da população, como as mulheres, os pobres e os vulneráveis. As questões básicas que precisam ser respondidas são:

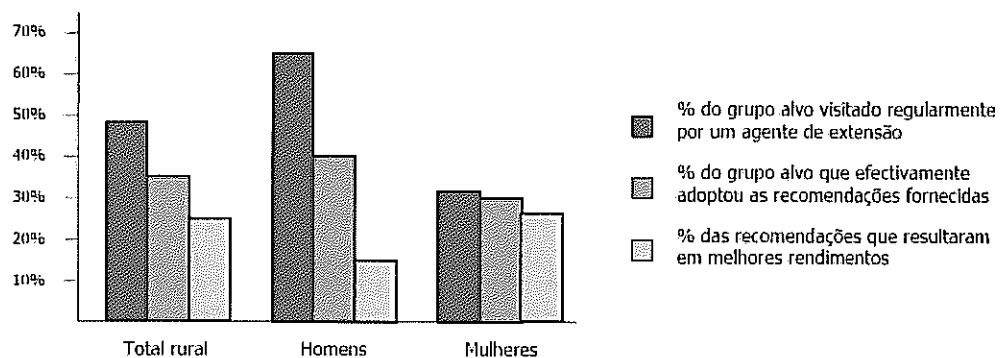
- Os beneficiários têm acesso a este produto?
(Será que eles sabem sobre isso? É fisicamente acessível para eles?
Eles podem pagar isso?)
- Será que eles usam este produto?
- Se sim, eles estão satisfeitos com o produto?
- Se não, porquê?

A partir dessas questões, então é possível gerar três indicadores básicos:

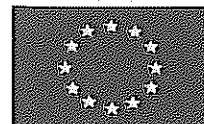
- **Acesso** - percentagem da população-alvo que têm acesso ao produto do projecto. O termo "acesso" tem que ser claramente definido. Pode ser "tempo necessário para chegar" ou "à distância" ou possivelmente "capacidade de pagamento".
- **Utilização** - percentagem da população-alvo que utiliza o produto do projecto. Da mesma forma, o termo "uso" deve ser definido. Poderia ser por exemplo "adopção" como em "por cento dos pequenos agricultores adoptando uma prática recomendada pela extensão".
- **Satisfação** - percentagem de usuários satisfeitos com o produto.

Abaixo é mostrado como estes indicadores podem ser aplicadas e adaptadas para acompanhar os **serviços de extensão agrícola**. Embora sejam indicadores simples, eles têm uma série de qualidades que os tornam atraentes como indicadores de resultado. Eles são relativamente rápidos para processar. Isto significa que os resultados possam ser apresentados logo após a colecta de dados, podendo assim ser utilizado para soar um alarme em caso de resultados inesperados.

Adaptação de indicadores (acesso, uso, satisfação)
para avaliar a abrangência e qualidade do fornecimento de Serviços de Extensão



- O **acesso** foi definida como "pessoas que tiveram contacto com um agente de extensão nos dois últimos semanas".
- **Uso** é definido como "pessoas que adoptaram um conjunto de inovações tecnológicas recomendadas".
- A **satisfação** é definida como "pessoas que consideram que as recomendações tinham contribuído para rendimentos mais elevados ou tinham sido de outra maneira benéficas". Os indicadores adicionalmente foram desagregados por sexo.



Anexo 5

MATRIZ dos RESULTADOS e INDICADORES DE DESEMPENHO do PEDSA

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
I. OBJECTIVO GERAL			
1.1 Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável	IMPACTO		
	1.1.1 Assegurado crescimento do Sector Agrário	1.1.1.1 Crescimento real do sector agrário	• MPD: Relatórios de Balanço do PES
	1.1.2 Reduzida a fome	1.1.2.1 Índice de produção de Alimentos 1.1.2.2 População na condição de insegurança alimentar	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola • MINAG/SETSAN: Relatórios de Avaliação da Vulnerabilidade
	1.1.3 Aumentada contribuição do Sector Agrário	1.1.3.1 Contribuição da Agricultura no PIB 1.1.3.2 Contribuição da Agricultura no Emprego	• INE: Estatísticas Oficiais
II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS			
2.1 Aumentar a produtividade e a competitividade na Agricultura		2.1.0.1 <u>Produção anual de cereais (mil ton)</u>	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola
		2.1.0.2 <u>Produção anual de alimentos básicos</u> <i>Milho, Arroz, Trigo, Mipira, Feijões, Amendoim, Mandioca (10⁶), Batata reno;</i>	• MINAG/DNSA: Balanço da Campanha Agrícola
		2.1.0.3 <u>Produtividade das principais culturas alimentares (ton/ha)</u> <i>Milho, Trigo, Arroz, Mandioca</i>	• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
		2.1.0.4 <u>Produção anual nas culturas orientadas ao mercado</u> <i>Castanha de Caju, Algodão, Chá, Açúcar, Copra, Soja, Tabaco</i>	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.5 <u>Produção anual de hortofrutícolas</u> <i>Banana, Citrinos, Tomate, Cebola</i>	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.6 <u>Efectivo total Bovino, Galinhas</u>	• MINAG: Relatório de Balanço do PES
		2.1.0.7 <u>Quantidade produzida de</u> <i>Carne bovina, Carne frangos</i> <i>Ovos (10⁵ dúzias), Leite (10⁵ litros)</i>	• MINAG/DNSV: Relatório de Balanço do PES

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
		2.1.0.8 Produção por unidade na carne, leite, ovos	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
	2.1.1 <i>Reforçados Serviços de Extensão Agrária;</i>	2.1.1.1. Número de produtores do sector familiar por extensionista	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.1.2. Número de produtores que adoptam tecnologias disseminadas pelos extensionistas	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.1.3. Numero total de produtores assistidos pelos serviços públicos de extensão (000)	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.1.4. Número de associações de produtores assistidas	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.2 Aumentada adopção de tecnologia melhorada	2.1.2.1 Quantidade de semente melhorada usada pelos produtores	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNEA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.2.2 Percentagem de produtores que usam semente melhorada	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.1.2.3 Quantidade de fertilizante vendido ou distribuído	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
		2.1.2.4 Média de fertilizante aplicado por hectare de terra cultivada	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação
		2.1.2.5 % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.1.3 <i>Adoptada tecnologia melhorada para a produção pecuária;</i>	2.1.3.1 % de galinhas vacinadas contra Newcastle	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.1.3.2 Percentagem do efectivo bovino vacinado contra <ul style="list-style-type: none"> • febre aftosa • Carbúnculo hemático • Carbúnculo Sintomático • Banhos carracidas 	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
		2.1.3.3 Banhos carracidas	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES
		2.1.3.4 Gado melhorado como % do efectivo total	<ul style="list-style-type: none"> • MINAG/DNSV Relatório Balanço do PES

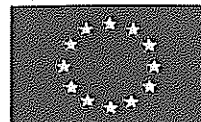
HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
2.2 Desenvolver a Infra-estrutura e serviços para maior acesso aos mercados agrários	2.1.4 Melhorada disponibilidade e uso sustentável para a agricultura e pecuária	2.1.4.1 Área cultivada sob irrigação como percentagem da área total cultivada 2.1.4.2 Área irrigada para culturas alimentares 2.1.4.3 % de explorações que usam técnicas de rega 2.1.4.4 Relação entre Produtividade média agrícola sob irrigação e a de sequeiro 2.1.4.5 Índice de aproveitamento dos sistemas de rega	<ul style="list-style-type: none">• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito• MINAG/IIAM: Relatório de Avaliação• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.5 Elevado padrão de controle de pestes e doenças;	2.1.5.1 Número de casos notificados de doenças de plantas 2.1.5.2 Número de casos notificados de doenças animais	<ul style="list-style-type: none">• MINAG/DNSV: Relatório de Balanço do PES• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES
	2.1.6 Aumentado uso de tecnologias de poupança de mão de obra e mecanização;	2.1.6.1 Número total de Juntas de tracção animal em uso 2.1.6.2 Número total de tractores em uso 2.1.6.3 Proporção da terra preparada por tracção animal ou tractor 2.1.6.4 % de utilização de mecanização agrária	<ul style="list-style-type: none">• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.2.0 Melhorada comercialização	2.2.1.1 Percentagem da produção agrícola que é vendida 2.2.1.2 Valor total das exportações agrárias 2.2.1.3 Rácio Importação-exportação de produtos agrários 2.2.1.4 Rácio importação – exportação de produtos alimentares 2.2.1.5 Rácio de preços ao produtor – preços internacionais 2.2.1.6 Percentagem de produtores com acesso a informação do preço de produtos agrários	<ul style="list-style-type: none">• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito• MIC: Relatório Anual• MIC: Relatório Anual• MIC: Relatório Anual• MIC: Relatório Anual• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.2.1 Reforçado quadro normativo de padrões de	2.2.1.1 Codex cumprido	<ul style="list-style-type: none">• MINAG/SETSAN: Relatórios• MINAG/DNSA: Relatório de Balanço do PES

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
	qualidade para produtos alimentares	2.2.1.2 Padrões de qualidade fitossanitário cumpridos	
	2.2.2 Desenvolvido o Mercado de Insumos	2.2.2.1 Proporção de semente melhorada fornecida pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.2.2.2 Proporção de insumos veterinários fornecidos pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
		2.2.2.3 Proporção de fertilizantes fornecidos pelos comerciantes	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito
	2.2.3 Acrescentado valor a produtos agrários específicos	2.2.3.1 Valor de vendas do agronegócio	• MINAG/CEPAGRI Relatório anual
	2.2.4 Aumentado investimento público na agricultura	2.2.4.1 Proporção do Orçamento da Agricultura no Orçamento Total	• MF Relatório do Orçamento
		2.2.4.2 Proporção da Despesa Pública na Agricultura na Despesa total	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
		2.2.4.3 Investimento Público na Investigação agrária como percentagem do PIB da Agricultura	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
	2.2.5 Aumentado investimento privado na agricultura	2.2.5.1 % de aumento no investimento privado na agricultura	• MINAG/DE Relatório de Pesquisa
	2.2.6 Fortalecida infraestrutura de comercialização	2.2.6.1 Quantidades comercializadas	• MIC: Relatório Anual
	2.2.7 Melhorada Gestão pós colheita	2.2.1.1 Capacidade de infra-estruturas melhoradas para o armazenamento de culturas específicas: Milho, Arroz, Feijões, hortícolas, Produtos pecuários	• MIC: Relatório Anual
		2.2.1.2 Percentagem de perdas pós colheita para culturas específicas Milho, Arroz, Feijões, hortícolas, Produtos pecuários	• MINAG/DE-TIA Relatório de Inquérito

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
2.3 Utilizar a terra e florestas de forma sustentável		2.3.1.1 Proporção de terra cultivada do total da superfície arável do país	• MINAG/DNTF Relatório de Avaliação
		2.3.1.2 Nº de hectares reforestados	• MINAG/DNTF Balanço do PES
		2.3.1.3 Produção madeireira	• MINAG/DNTF Balanço do PES
		2.3.1.4 Proporção da madeira processada	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.1 Melhorada administração de terras	2.3.1.1 Dias para ter o DUAT	• MINAG/DNTF Relatório do PES
		2.3.1.2 Mudança no acesso a terra por mulheres	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.2 Melhorada segurança do DUAT	2.3.2.1 Número de casos de perda de direito reportados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.3 Conflito homem-fauna bravia	2.3.3.1 Número de casos notificados: Vítimas humanas Danos de bens	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.4 Promovido o uso sustentável de recursos naturais	2.3.4.1 Área afectada por queimadas descontroladas	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.5 Estendida a área coberta por florestas	2.3.5.1 Hectares reforestados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.6 Adoptadas medidas de prevenção e resposta a mudanças e variabilidade climáticas	2.3.6.1 Variedades resistentes a seca	• MINAG/IIAM Relatório do PES
2.4 Fortalecer a capacidade institucional do sector e melhorar o ambiente social para o desenvolvimento agrário	2.3.1 Fortalecido quadro de políticas agrárias	2.3.1.1 Estudos confirmam que políticas são condutivas a implementação do PEDSA	• MINAG/DE Relatório do PES
		2.3.1.2 Número de técnicos treinados em análise de políticas agrárias	• MINAG/DE Relatório do PES
	2.3.2 Fortalecido Sistema de Informação Agrária	2.3.2.1 Número de entidades usando a base de dados do sector agrário	• MINAG/DE Relatório do PES
		2.3.2.2 Avaliação anual do desempenho do sector agrário incluindo despesas públicas	• MINAG/DE Relatório do PES

HIERARQUIA DE OBJECTIVOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE DESEMPENHO/ FONTE E MÉTODOS	MEIO DE VERIFICAÇÃO
		2.3.2.3 Número de técnicos treinados em colheita, processamento e análise de dados	• MINAG/DE Relatório do Desempenho
		2.3.2.4 Sistema de aviso prévio funcional	• MINAG/DNSA Relatório do PES
	2.3.3 Aumentado Investimento na Investigação Agrária	2.3.3.1 Despesas públicas em Investigação Agrária	• MINAG/DE Relatório De Pesquisa
	2.3.4 Desenvolvido capital humano	2.3.4.1 % de extensionistas femininos treinados	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
		2.3.4.2 Número de funcionários admitidos e formados)	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
	2.3.5 Fortalecida Coordenação para a agricultura e segurança alimentar	2.3.5.1 Reuniões semestrais de coordenação interministerial do PEDSA	• MINAG: Acta da Reunião
		2.3.5.2 Reuniões dos parceiros do PEDSA (Governo, S. Civil, Sector Privado e parceiros de desenvolvimento)	• MINAG: Acta da Reunião
	2.3.6 Fortalecida capacidade de fiscalização do Governo	2.3.6.1 % de fiscais apetrechados	• MINAG/DNTF Relatório do PES
	2.3.7 Fortalecida a Governação e Modernização Institucional	2.3.7.1 % de técnicos qualificados (Médios e superiores) a trabalhar no distrito	• MINAG/DRH Relatório do Desempenho
	2.3.8. Construídas e mantidas instalações de provisão de serviços públicos	2.3.8.1 Número de instalações construídas nos distritos	• MINAG/ Relatório do PES
		2.3.8.2 Número de instalações reabilitadas nos distritos	

Fonte: Tabela facilitada por DE/DPlan, reformatada por equipe gfa (GT)



Anexo 5a **Resumo dos critérios mais importantes relativo à Sustentabilidade**

Resumo dos critérios mais importantes relativo à SUSTENTABILIDADE

Dimensão Ecológica:

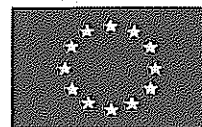
- Manutenção da fertilidade do solo
- Qualidade e disponibilidade água
- Conservação da biodiversidade
- Disseminação de substâncias perigosas
- Manutenção da paisagem (relevo, vegetação, padrão de assentamento)
- Consumo de energia
- Protecção climatérica
- Criação apropriada de animais
- Contribuição para a prevenção/alívio de catástrofes naturais

Dimensão Económica

- Desenvolvimento de Renda
- Segurança/garantia de Renda
- Acumulação e redução de capital operativo
- Resiliência (resistência contra crises)
- Nutrição, disponibilidade de alimentos
- Segurança alimentar
- Competitividade do sector agrário / outros sectores
- Renda Económica Total

Dimensão Social

- Participação da camada pobre no desenvolvimento
- Preservação dos costumes sociais, tradições, normas e tabus
- Manutenção e desenvolvimento de recursos e know-how endógenos,
- Justiça/imparcialidade da divisão de trabalho e renda entre os sexos
- idem, entre ricos e pobres
- idem, entre as gerações
- Equidade entre diferentes grupos populacionais
- Situação da Saúde
- Equidade no acesso aos materiais básicos, valores, conhecimentos, inovações para os pobres
- Segurança para humanos e animais
- Oportunidades de co- e auto-determinação para o grupo-alvo em quanto à empoderamento, capacitação, acesso a serviços sociais, controle e tomada de decisão
- Segurança jurídica



Anexo 5b

Indicadores de Sustentabilidade

Indicadores para avaliar a sustentabilidade de sistemas agrários

3 dimensões da sustentabilidade

Sustentabilidade ecológica
Sustentabilidade económica
Sustentabilidade social

à 2 níveis

Nível das Unidades Produtivas
Nível das Bacias Hidrográficas

(adaptado de um Projecto da GTZ em Costa Rica, onde papa e cebolas constituíram a produção de renda mais importante)

1. Indicadores ao nível das Unidades de Produção

1.1 Dimensão Ecológica (qualidade física e quantidade dos recursos)

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Solo	<ul style="list-style-type: none">- % de matéria orgânica- Inventário de nutrientes / unidade de superfície (kg/há)- Rendimento / input de nutrientes
	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none">- Rendimento (kg) / input de nutrientes- Aplicação de fertilizantes (kg/há)- Lixiviação de fertilizantes (kg N / há)
Estabilidade	Solo	<ul style="list-style-type: none">- % de matéria orgânica
	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none">- Flutuação dos rendimentos por há- Área de cebolas e batatas, relacionada com total da área cultivada
Resiliência	Solo	<ul style="list-style-type: none">- Profundidade do <i>topsoil</i> (cm de horizonte A)- Grau de degradação visível do solo (segundo normas FAO)
	Flora e Fauna	<ul style="list-style-type: none">- Quota-parte de culturas de inputs baixos (feijões) relacionadas com total da área cultivada
	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none">- Área de cebolas e batatas, relacionada com total da área cultivada- Quota-parte de leguminosas, relacionada com total da área cultivada- Intensidade do uso do solo (números de colheitas/ano)- Quantidades de pesticidas aplicadas (medidas em ingredientes activos, kg/há)- Perdas de cultivos causadas por pestes, em %

1.2 Dimensão Económica

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Produtividade total das cebolas e batatas produzidas - Margem bruto / há - Ingresso/dia do trabalho familiar
Estabilidade	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Variação do ingresso por cultivo de ano em ano - Variação do ingresso familiar de ano em ano, como consequência da variação do ingresso por cultivo - Ingresso proveniente dos cultivos, como percentagem do ingresso total
Resiliência	Recursos financeiros / capital	<ul style="list-style-type: none"> - Acumulação de capital (valor de equipamentos, meios de transportes, casas, etc.) - Dívida valor/área cultivada - Dívida valor/membro familiar - Poupança (valor/ano)
	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Custo do manejo de pragas - Valor da perda de produção (valor/há) - Custo do manejo sanitário dos cultivos (valor/há) - Quota-parte do custo do manejo sanitário em % do custo total dos inputs - Custo de fertilizantes (valor/há) - Quota-parte do custo dos fertilizantes em % do custo total dos inputs - Valor da lixiviação dos fertilizantes / há - Ingresso provenientes de cebolas e batatas, to total dos ingressos obtidos - Quota-parte dos ingressos <i>off-farm</i>, em % do total dos ingressos da família

1.3 Dimensão Social

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Proporção das despesas da renda familiar - Frequência de necessidade de crédito ao consumo - Rácio entre a renda por cada membro adulto da família, e um salário alternativo
Estabilidade	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Diferença entre a renda mais alta e a mais baixa durante os passados 10 anos
Resiliência	Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Nível educativo do chefe da família e a sua mulher
	Gestão/desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência da participação em eventos de capacitação/treino - Despesas na área educativa por ano e por membro da família - Despesas na área de saúde por ano e por membro da família - Providências para reforma

2. Indicadores ao nível da Bacia Hidrográfica

2.1 Dimensão Ecológica (qualidade física e quantidade dos recursos)

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Solo	- Rendimentos por há das diferentes culturas, em comparação com os rendimentos ao nível nacional e nas outras regiões (bacias)
	Água	- Índice da qualidade de água para irrigação - Índice da qualidade de água tomada em diferentes pontos - Conteúdo de nitratos, amónia, potássio e fosfato nos diferentes pontos de amostra - Percentagem das amostras de água que contêm resíduos de pesticidas
	Gestão/desempenho do sistema	- Valor da produção agrícola regional - Rendimento por há das diferentes culturas (kg/há) - Aplicação de fertilizantes kg/há
Estabilidade	Gestão/desempenho do sistema	- Flutuação anual da produção agrícola regional, por cultura - Flutuação anual dos rendimentos anuais, por cultura
Resiliência	Solo	- Percentagem da área afectada por erosão física, e respectivos graus de erosão - Medidas de carga de sedimentos
	Flora e Fauna	- Área com vegetação natural em % da área total - Área com culturas com <i>input</i> (aplicação) baixo de pesticidas, em % da área total cultivada
	Gestão/desempenho do sistema	- Relação entre uso actual da terra e a sua capacidade/potencial total - % das terras ficam nuas durante parte da estação chuvosa - % das explorações agrícolas situadas em zonas de declives, com medidas adequadas de conservação - Aplicação de pesticidas (kg de ingredientes activos / há) - Número de produtos/culturas com problemas de resistência
Equidade	Terra	- Coeficiente GINI de posse de terras
	Água	- % de agricultores com acesso oficial a água de irrigação - % de agricultores que usam água do rio para fins de irrigação

2.2 Dimensão Económica

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Terra	- Preço da terra - Preço de arrendamento da terra
	Água	- Preço para a utilização de água para rega
Estabilidade	Gestão/desempenho do sistema	- Margem bruta média regional por há, das culturas diferentes - Valor média das despesas para fertilizantes - Valor dos salários para trabalhadores rurais
	Gestão/desempenho do sistema	- Flutuação das rendas agrícolas
Resiliência	Gestão/desempenho do sistema	- Área de cebolas e batatas, do total da área cultivada - Custo dos inputs externos (fertilizantes e pesticidas), em % do custo da totalidade dos inputs - Capacidade de poupança e de investimento (diferença média entre renda agrícola e gastos)
Equidade	Recursos Financeiros	- Percentagem dos agricultores com acesso ao crédito
	Recursos Humanos	- Percentagem dos agricultores com assistência técnica
	Gestão/desempenho do sistema	- Percentagem dos agricultores que dependem de intermediários para a comercialização

2.3 Dimensão Social

Propriedade	Elemento	Indicador
Produtividade	Gestão /desempenho do sistema	- Renda regional dos Agregados Familiares Rurais (valor/ano) - Salário de um trabalhador rural (valor/ano)
Estabilidade	Gestão / desempenho do sistema	- Flutuações da renda dos AFRs
Resiliência	Terra	- Percentagem dos agricultores que possuem as suas terras
	Recursos Humanos	- Percentagem dos agricultores com educação secundária - Percentagem dos AFRs, cujas crianças obtêm educação secundária - Percentagem dos AFRs que tomam providências para a idade (reforma)
	Recursos Financeiros	- Percentagem dos agricultores que contam com meio de transporte próprio
	Gestão / desempenho do sistema	- Casos de intoxicação provenientes de pesticidas - Despesas na área de saúde por ano e por membro de família
Equidade	Recursos financeiros / capital	- Percentagem dos agricultores que moram numa casa da sua propriedade - Percentagem dos AFRs que pertencem ao Sistema de Segurança Social
	Gestão / desempenho do sistema	- Coeficiente GINI da renda dos AFRs



Anexo 6

ISIC - International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Revision 4, **Section A: Agriculture, forestry and fishing**

Section A

Agriculture, forestry and fishing

This section includes the exploitation of vegetal and animal natural resources, comprising the activities of growing of crops, raising and breeding of animals, harvesting of timber and other plants, animals or animal products from a farm or their natural habitats.

01 Crop and animal production, hunting and related service activities

This division includes two basic activities, namely the production of crop products and production of animal products, covering also the forms of organic agriculture, the growing of genetically modified crops and the raising of genetically modified animals.

This division also includes service activities incidental to agriculture, as well as hunting, trapping and related activities.

Group 015 (Mixed farming) breaks with the usual principles for identifying main activity. It accepts that many agricultural holdings have reasonably balanced crop and animal production and that it would be arbitrary to classify them in one category or the other.

Agricultural activities exclude any subsequent processing of the agricultural products (classified under divisions 10 and 11 (Manufacture of food products and beverages) and division 12 (Manufacture of tobacco products)), beyond that needed to prepare them for the primary markets. However, the preparation of products for the primary markets is included here.

The division excludes field construction (e.g. agricultural land terracing, drainage, preparing rice paddies etc.) classified in section F (Construction) and buyers and cooperative associations engaged in the marketing of farm products classified in section G.

011 Growing of non-perennial crops

This group includes the growing of non-perennial crops, i.e. plants that do not last for more than two growing seasons. Included is the growing of these plants for the purpose of seed production.

0111 Growing of cereals (except rice), leguminous crops and oil seeds

This class includes all forms of growing of cereals, leguminous crops and oil seeds in open fields, including those considered organic farming and the growing of genetically modified crops. The growing of these crops is often combined within agricultural units.

This class includes:

— growing of cereals such as:

- ♦ wheat
- ♦ grain maize
- ♦ sorghum
- ♦ barley
- ♦ rye
- ♦ oats
- ♦ millets
- ♦ other cereals n.e.c.

—growing of leguminous crops such as:

- ♦ beans
- ♦ broad beans
- ♦ chick peas
- ♦ cow peas
- ♦ lentils
- ♦ lupins
- ♦ peas
- ♦ pigeon peas
- ♦ other leguminous crops

—growing of oil seeds such as:

- ♦ soya beans
- ♦ groundnuts
- ♦ castor bean
- ♦ linseed
- ♦ mustard seed
- ♦ niger seed
- ♦ rapeseed
- ♦ safflower seed
- ♦ sesame seed
- ♦ sunflower seed
- ♦ other oil seeds

This class excludes:

—growing of maize for fodder, see 0119

0112 Growing of rice

This class includes:

—growing of rice (including organic farming and the growing of genetically modified rice)

0113 Growing of vegetables and melons, roots and tubers

This class includes:

—growing of leafy or stem vegetables such as:

- ♦ artichokes
- ♦ asparagus
- ♦ cabbages
- ♦ cauliflower and broccoli
- ♦ lettuce and chicory
- ♦ spinach
- ♦ other leafy or stem vegetables

—growing of fruit bearing vegetables such as:

- ♦ cucumbers and gherkins
- ♦ eggplants (aubergines)
- ♦ tomatoes

- ♦ watermelons
- ♦ cantaloupes
- ♦ other melons and fruit-bearing vegetables
- growing of root, bulb or tuberous vegetables such as:
 - ♦ carrots
 - ♦ turnips
 - ♦ garlic
 - ♦ onions (incl. shallots)
 - ♦ leeks and other alliaceous vegetables
 - ♦ other root, bulb or tuberous vegetables
- growing of mushrooms and truffles
- growing of vegetable seeds, except beet seeds
- growing of sugar beet
- growing of other vegetables
- growing of roots and tubers such as:
 - ♦ potatoes
 - ♦ sweet potatoes
 - ♦ cassava
 - ♦ yams
 - ♦ other roots and tubers

This class excludes:

- growing of mushroom spawn, see 0130
- growing of chilies and peppers (*capsicum* spp.) and other spices and aromatic crops, see 0128

0114 Growing of sugar cane

This class includes:

- growing of sugar cane

This class excludes:

- growing of sugar beet, see 0113

0115 Growing of tobacco

This class includes:

- growing of unmanufactured tobacco

0116 Growing of fibre crops

This class includes:

- growing of cotton
- growing of jute, kenaf and other textile bast fibres
- growing of flax and true hemp
- growing of sisal and other textile fibre of the genus agave
- growing of abaca, ramie and other vegetable textile fibres
- growing of other fibre crops

0119 Growing of other non-perennial crops

This class includes the growing of non-perennial crops not elsewhere classified.

This class includes:

- growing of swedes, mangolds, fodder roots, clover, alfalfa, sainfoin, maize and other grasses, forage kale and similar forage products
- growing of beet seeds (excluding sugar beet seeds) and seeds of forage plants
- growing of flowers, including production of cut flowers and flower buds
- growing of flower seeds

This class excludes:

- growing of sunflower seeds, see 0111
- growing of non-perennial spice, aromatic, drug and pharmaceutical crops, see 0128

012 Growing of perennial crops

This group includes the growing of perennial crops, i.e. plants that lasts for more than two growing seasons, either dying back after each season or growing continuously. Included is the growing of these plants for the purpose of seed production.

0121 Growing of grapes

This class includes:

- growing of wine grapes and table grapes in vineyards

This class excludes:

- manufacture of wine, see 1102

0122 Growing of tropical and subtropical fruits

This class includes:

- growing of tropical and subtropical fruits:
 - ♦ avocados
 - ♦ bananas and plantains
 - ♦ dates
 - ♦ figs
 - ♦ mangoes
 - ♦ papayas
 - ♦ pineapples
 - ♦ other tropical and subtropical fruits

0123 Growing of citrus fruits

This class includes:

- growing of citrus fruits:
 - ♦ grapefruit and pomelo
 - ♦ lemons and limes
 - ♦ oranges
 - ♦ tangerines, mandarins and clementines
 - ♦ other citrus fruits

0124 Growing of pome fruits and stone fruits

This class includes:

—growing of pome fruits and stone fruits:

- ♦ apples
- ♦ apricots
- ♦ cherries and sour cherries
- ♦ peaches and nectarines
- ♦ pears and quinces
- ♦ plums and sloes
- ♦ other pome fruits and stone fruits

0125 Growing of other tree and bush fruits and nuts

This class includes:

—growing of berries:

- ♦ blueberries
- ♦ currants
- ♦ gooseberries
- ♦ kiwi fruit
- ♦ raspberries
- ♦ strawberries
- ♦ other berries

—growing of fruit seeds

—growing of edible nuts:

- ♦ almonds
- ♦ cashew nuts
- ♦ chestnuts
- ♦ hazelnuts
- ♦ pistachios
- ♦ walnuts
- ♦ other nuts

—growing of other tree and bush fruits:

- ♦ locust beans

This class excludes:

—growing of coconuts, see 0126

0126 Growing of oleaginous fruits

This class includes:

—growing of oleaginous fruits:

- ♦ coconuts
- ♦ olives
- ♦ oil palms
- ♦ other oleaginous fruits

This class excludes:

—growing of soya beans, groundnuts and other oil seeds, see 0111

0127 Growing of beverage crops

This class includes:

—growing of beverage crops:

- ♦ coffee
- ♦ tea
- ♦ maté
- ♦ cocoa
- ♦ other beverage crops

0128 Growing of spices, aromatic, drug and pharmaceutical crops

This class includes:

—growing of perennial and non-perennial spices and aromatic crops:

- ♦ pepper (*piper* spp.)
- ♦ chillies and peppers (*capsicum* spp.)
- ♦ nutmeg, mace and cardamoms
- ♦ anise, badian and fennel
- ♦ cinnamon (*canella*)
- ♦ cloves
- ♦ ginger
- ♦ vanilla
- ♦ hops
- ♦ other spices and aromatic crops

—growing of drug and narcotic crops

—growing of plants used primarily in perfumery, in pharmacy or for insecticidal, fungicidal or similar purposes

0129 Growing of other perennial crops

This class includes:

- growing of rubber trees
- growing of Christmas trees
- growing of trees for extraction of sap
- growing of vegetable materials of a kind used primarily for plaiting

This class excludes:

—gathering of tree sap or rubber-like gums in the wild, see 0230

013 Plant propagation

See class 0130.

0130 Plant propagation

This class includes the production of all vegetative planting materials including cuttings, suckers and seedlings for direct plant propagation or to create plant grafting stock into which selected scion is grafted for eventual planting to produce crops.

This class includes:

- growing of plants for planting

- growing of plants for ornamental purposes, including turf for transplanting
- growing of live plants for bulbs, tubers and roots; cuttings and slips; mushroom spawn
- operation of tree nurseries, except forest tree nurseries

This class excludes:

- growing of plants for the purpose of seed production, see groups 011 and 012
- operation of forest tree nurseries, see 0210

014 Animal production

This group includes raising (farming) and breeding of all animals, except aquatic animals.

This group excludes:

- breeding support services, such as stud services, see 0162
- farm animal boarding and care, see 0162
- production of hides and skins from slaughterhouses, see 1010

0141 Raising of cattle and buffaloes

This class includes:

- raising and breeding of cattle and buffaloes
- production of raw cow milk from cows or buffaloes
- production of bovine semen

This class excludes:

- processing of milk, see 1050

0142 Raising of horses and other equines

This class includes:

- raising and breeding of horses (including racing horses), asses, mules or hinnies

This class excludes:

- operation of racing and riding stables, see 9319

0143 Raising of camels and camelids

This class includes:

- raising and breeding of camels (dromedary) and camelids

0144 Raising of sheep and goats

This class includes:

- raising and breeding of sheep and goats
- production of raw sheep or goat milk
- production of raw wool

This class excludes:

- sheep shearing on a fee or contract basis, see 0162
- production of pulled wool, see 1010
- processing of milk, see 1050

0145 Raising of swine/pigs

This class includes:

—raising and breeding of swine (pigs)

0146 Raising of poultry

This class includes:

—raising and breeding of poultry:

♦ fowls of the species *Gallus domesticus* (chickens and capons), ducks, geese, turkeys and guinea fowls

—production of eggs

—operation of poultry hatcheries

This class excludes:

—production of feathers or down, see 1010

0149 Raising of other animals

This class includes:

—raising and breeding of semi-domesticated or other live animals:

♦ ostriches and emus

♦ other birds (except poultry)

♦ insects

♦ rabbits and other fur animals

—production of fur skins, reptile or bird skins from ranching operation

—operation of worm farms, land mollusc farms, snail farms etc.

—raising of silk worms, production of silk worm cocoons

—bee-keeping and production of honey and beeswax

—raising and breeding of pet animals (except fish):

♦ cats and dogs

♦ birds, such as parakeets etc.

♦ hamsters etc.

—raising of diverse animals

This class excludes:

—production of hides and skins originating from hunting and trapping, see 0170

—operation of frog farms, crocodile farms, marine worm farms, see 0321, 0322

—operation of fish farms, see 0321, 0322

—training of pet animals, see 9609

015 Mixed farming

See class 0150.

0150 Mixed farming

This class includes the combined production of crops and animals without a specialized production of crops or animals. The size of the overall farming operation is not a determining factor. If either production of crops or animals in a given unit exceeds 66 per cent or more of standard gross margins, the combined activity should not be included here, but allocated to crop or animal farming.

This class excludes:

- *mixed crop farming, see groups 011 and 012*
- *mixed animal farming, see group 014*

016 Support activities to agriculture and post-harvest crop activities

This group includes activities incidental to agricultural production and activities similar to agriculture not undertaken for production purposes (in the sense of harvesting agricultural products), done on a fee or contract basis. Also included are post-harvest crop activities, aimed at preparing agricultural products for the primary market.

0161 Support activities for crop production

This class includes:

— *agricultural activities on a fee or contract basis:*

- ♦ preparation of fields
- ♦ establishing a crop
- ♦ treatment of crops
- ♦ crop spraying, including by air
- ♦ trimming of fruit trees and vines
- ♦ transplanting of rice, thinning of beets
- ♦ harvesting
- ♦ pest control (including rabbits) in connection with agriculture

— *operation of agricultural irrigation equipment*

This class also includes:

- *provision of agricultural machinery with operators and crew*
- *maintenance of land to keep it in good condition for agricultural use*

This class excludes:

- *post-harvest crop activities, see 0163*
- *activities of agronomists and agricultural economists, see 7490*
- *landscape architecture, see 7110*
- *landscape gardening, planting, see 8130*
- *maintenance of land to keep it in good ecological condition, see 8130*
- *organization of agricultural shows and fairs, see 8230*

0162 Support activities for animal production

This class includes:

— *agricultural activities on a fee or contract basis:*

- ♦ activities to promote propagation, growth and output of animals
- ♦ herd testing services, droving services, agistment services, poultry caponizing, coop cleaning etc.
- ♦ activities related to artificial insemination
- ♦ stud services
- ♦ sheep shearing
- ♦ farm animal boarding and care

This class also includes:

- *activities of farriers*

This class excludes:

- provision of space for animal boarding only, see 6810
- veterinary activities, see 7500
- vaccination of animals, see 7500
- renting of animals (e.g. herds), see 7730
- service activities to promote commercial hunting and trapping, see 9499
- pet boarding, see 9609

0163 Post-harvest crop activities

This class includes:

- preparation of crops for primary markets, i.e. cleaning, trimming, grading, disinfecting
- cotton ginning
- preparation of tobacco leaves
- preparation of cocoa beans
- waxing of fruit
- sun-drying of fruit and vegetables

This class excludes:

- preparation of agricultural products by the producer, see groups 011 and 012
- preserving of fruit and vegetables, including dehydration by artificial means, see 1030
- stemming and redrying of tobacco, see 1200
- marketing activities of commission merchants and cooperative associations, see division 46
- wholesale of agricultural raw materials, see 4620

0164 Seed processing for propagation

This class includes all post-harvest activities aimed at improving the propagation quality of seed through the removal of non-seed materials, undersized, mechanically or insect-damaged and immature seeds as well as removing the seed moisture to a safe level for seed storage. This activity includes the drying, cleaning, grading and treating of seeds until they are marketed. The treatment of genetically modified seeds is included here.

This class excludes:

- growing of seeds, see groups 011 and 012
- processing of seeds to obtain oil, see 1040
- research to develop or modify new forms of seeds, see 7210

017 Hunting, trapping and related service activities

See class 0170.

0170 Hunting, trapping and related service activities

This class includes:

- hunting and trapping on a commercial basis
- taking of animals (dead or alive) for food, fur, skin, or for use in research, in zoos or as pets
- production of fur skins, reptile or bird skins from hunting or trapping activities

This class also includes:

- land-based catching of sea mammals such as walrus and seal

This class excludes:

- production of fur skins, reptile or bird skins from ranching operations, see group 014
- raising of game animals on ranching operations, see 0149
- catching of whales, see 0311
- production of hides and skins originating from slaughterhouses, see 1010
- hunting for sport or recreation and related service activities, see 9319
- service activities to promote hunting and trapping, see 9499

02 Forestry and logging

This division includes the production of roundwood for the forest-based manufacturing industries (ISIC divisions 16 and 17) as well as the extraction and gathering of wild growing non-wood forest products. Besides the production of timber, forestry activities result in products that undergo little processing, such as fire wood, charcoal, wood chips and roundwood used in an unprocessed form (e.g. pit-props, pulpwood etc.). These activities can be carried out in natural or planted forests.

021 Silviculture and other forestry activities

See class 0210.

0210 Silviculture and other forestry activities

This class includes:

- growing of standing timber: planting, replanting, transplanting, thinning and conserving of forests and timber tracts
- growing of coppice, pulpwood and fire wood
- operation of forest tree nurseries

These activities can be carried out in natural or planted forests.

This class excludes:

- growing of Christmas trees, see 0129
- operation of tree nurseries, see 0130
- gathering of wild growing non-wood forest products, see 0230
- production of wood chips and particles, see 1610

022 Logging

See class 0220.

0220 Logging

This class includes:

- production of roundwood for forest-based manufacturing industries
- production of roundwood used in an unprocessed form such as pit-props, fence posts and utility poles
- gathering and production of fire wood
- production of charcoal in the forest (using traditional methods)

The output of this activity can take the form of logs, chips or fire wood.

This class excludes:

- growing of Christmas trees, see 0129

- growing of standing timber: planting, replanting, transplanting, thinning and conserving of forests and timber tracts, see 0210
- gathering of wild growing non-wood forest products, see 0230
- production of wood chips and particles, not associated with logging, see 1610
- production of charcoal through distillation of wood, see 2011

023 Gathering of non-wood forest products

See class 0230.

0230 Gathering of non-wood forest products

This class includes the gathering of non-wood forest products and other plants growing in the wild.

This class includes:

—gathering of wild growing materials:

- ♦ mushrooms, truffles
- ♦ berries
- ♦ nuts
- ♦ balata and other rubber-like gums
- ♦ cork
- ♦ lac and resins
- ♦ balsams
- ♦ vegetable hair
- ♦ eelgrass
- ♦ acorns, horse chestnuts
- ♦ mosses and lichens

This class excludes:

- managed production of any of these products (except growing of cork trees), see division 01
- growing of mushrooms or truffles, see 0113
- growing of berries or nuts, see 0125
- gathering of fire wood, see 0220

024 Support services to forestry

See class 0240.

0240 Support services to forestry

This class includes carrying out part of the forestry operation on a fee or contract basis.

This class includes:

—forestry service activities:

- ♦ forestry inventories
- ♦ forest management consulting services
- ♦ timber evaluation
- ♦ forest fire fighting and protection
- ♦ forest pest control

—logging service activities:

- ♦ transport of logs within the forest

This class excludes:

— operation of forest tree nurseries, see 0210

03 Fishing and aquaculture

This division includes capture fishery and aquaculture, covering the use of fishery resources from marine, brackish or freshwater environments, with the goal of capturing or gathering fish, crustaceans, molluscs and other marine organisms and products (e.g. aquatic plants, pearls, sponges etc).

Also included are activities that are normally integrated in the process of production for own account (e.g. seeding oysters for pearl production).

This division does not include building and repairing of ships and boats (3011, 3315) and sport or recreational fishing activities (9319). Processing of fish, crustaceans or molluscs is excluded, whether at land-based plants or on factory ships (1020).

031 Fishing

This group includes capture fishery, i.e. the hunting, collecting and gathering activities directed at removing or collecting live wild aquatic organisms (predominantly fish, molluscs and crustaceans) including plants from the oceanic, coastal or inland waters for human consumption and other purposes by hand or more usually by various types of fishing gear such as nets, lines and stationary traps. Such activities can be conducted on the intertidal shoreline (e.g. collection of molluscs such as mussels and oysters) or shore based netting, or from home-made dugouts or more commonly using commercially made boats in inshore, coastal waters or offshore waters. Unlike in aquaculture (group 032), the aquatic resource being captured is usually common property resource irrespective of whether the harvest from this resource is undertaken with or without exploitation rights. Such activities also include fishing restocked water bodies.

0311 Marine fishing

This class includes:

- fishing on a commercial basis in ocean and coastal waters
- taking of marine crustaceans and molluscs
- whale catching
- taking of marine aquatic animals: turtles, sea squirts, tunicates, sea urchins etc.

This class also includes:

- activities of vessels engaged both in fishing and in processing and preserving of fish
- gathering of other marine organisms and materials: natural pearls, sponges, coral and algae

This class excludes:

- capturing of marine mammals, except whales, e.g. walrus, seals, see 0170
- processing of fish, crustaceans and molluscs on factory ships or in factories ashore, see 1020
- renting of pleasure boats with crew for sea and coastal water transport (e.g. for fishing cruises), see 5011
- fishing inspection, protection and patrol services, see 8423
- fishing practiced for sport or recreation and related services, see 9319
- operation of sport fishing preserves, see 9319

0312 Freshwater fishing

This class includes:

- fishing on a commercial basis in inland waters
- taking of freshwater crustaceans and molluscs
- taking of freshwater aquatic animals

This class also includes:

- gathering of freshwater materials

This class excludes:

- processing of fish, crustaceans and molluscs, see 1020
- fishing inspection, protection and patrol services, see 8423
- fishing practiced for sport or recreation and related services, see 9319
- operation of sport fishing preserves, see 9319

032 Aquaculture

This group includes aquaculture (or aquafarming), i.e. the production process involving the culturing or farming (including harvesting) of aquatic organisms (fish, molluscs, crustaceans, plants, crocodiles, alligators and amphibians) using techniques designed to increase the production of the organisms in question beyond the natural capacity of the environment (for example regular stocking, feeding and protection from predators).

Culturing/farming refers to the rearing up to their juvenile and/or adult phase under captive conditions of the above organisms. In addition, aquaculture also encompasses individual, corporate or state ownership of the individual organisms throughout the rearing or culture stage, up to and including harvesting.

0321 Marine aquaculture

This class includes:

- fish farming in sea water including farming of marine ornamental fish
- production of bivalve spat (oyster mussel etc.), lobsterlings, shrimp post-larvae, fish fry and fingerlings
- growing of laver and other edible seaweeds
- culture of crustaceans, bivalves, other molluscs and other aquatic animals in sea water

This class also includes:

- aquaculture activities in brackish waters
- aquaculture activities in salt water filled tanks or reservoirs
- operation of fish hatcheries (marine)
- operation of marine worm farms

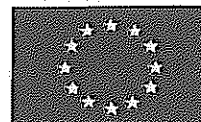
This class excludes:

- frog farming, see 0322
- operation of sport fishing preserves, see 9319

0322 Freshwater aquaculture

This class includes:

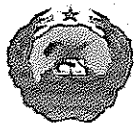
- fish farming in freshwater including farming of freshwater ornamental fish
- culture of freshwater crustaceans, bivalves, other molluscs and other aquatic animals
- operation of fish hatcheries (freshwater)
- farming of frogs



Anexo 7

Modelo de Cálculo da Margem Bruto de uma cultura

CÁLCULO DE MARGEM BRUTO PARA CULTURA ANUAL					Cultura:	
					Milho 611	
Processo de Produção	Nível tecnológico					
	Milho 611, baixos insumos			Milho 611, altos insumos		
	Kg	Preço/kg	Valor	Kg	Preço/kg	Valor
Rendimento Milho 611	2.000	1,00	2.000	3.750	1,00	3.750
(1) Rendimento bruto total			2.000			3.750
Sementes:						
próprios (Milho 611)	0	1,00		0	1,00	
comprados (Milho 611)	25	4,00	100	25	4,00	100
Fertilizantes (kg)						
ASN 26% Nitrogen				154	2,32	357
SSP 18% Phosphate				367	2,19	804
Proteção vegetal (unidade)						
Didmac 5% (kg)	8	2,50	20	6,85	2,50	17
Lindane 1% (kg)				6,00	2,25	14
Malathion 1% (kg)				6,00	2,25	14
Outros custos						
M/O contratada						
Maqu. Alugada		400	400		400	400
(2) Total Custos Variáveis			520			1.705
(3) Margem bruto / há (= 1-2)			1.480			2.045
Requerimento M.O.	h/pess.	h/traç.an.	h-tractor	h/pess.	h/traç.an.	h-tractor
- por mês:						
Jan						
Fev						
Mar						
Abr	200			288		
Mai						
Jun	364			364		
Jul	180			180		
Ago	301			301		
Set	216			216		
Out	150			170		
Nov						
Dez						
- geral (não vinculado a meses)						
(4) Anual total	1.411			1.519		
(5) Margem / hora / pessoa (= 3/4)	1,05			1,35		
Observações:						



Anexo 8

Resumo da visita do perito à Província de Sofala

Gerald Tschinkel
Tel. 820644725
Email: gerald.tschinkel@h3000dc.at

Synthesis of visit to Beira

Time Schedule:

Maputo - Beira	08-Nov	19:00 - 20:30
Beira - Maputo	10-Nov	15:00 - 19:30 (via Tete)

Objective of visit:

- Collect up-to-date information on the actual procedures used in the planning process,
- analyse weaknesses and discuss possible adaptations,
- discuss actual state of decentralization process and horizontal inter-sectoral coordination,
- based on prior discussions with Acubar Batista:
 - discuss how to validate and assess cost/benefit situation of alternative investments (i.e. promotion of agrarian production vs. investment into such areas as feeder roads, storage facilities, extension service, marketing, etc.)
 - discuss how actual potential of district (regarding agrarian production) could best be taken into account for planning process.

People interviewed in Beira (ordem temporal):

1. Día 09, 09:00-11:00,
Jacinto Bernardo Xiteleca Tualufo
Chefe Serviços Provinciais de Terras e Florestas (incl. Cadastro),
momentarily substitute of DPA
828905060
email: tualufo@hotmail.com
2. Día 09, 14:00 - 15:30
Caetano Benedito
Director de SDAEs do Distrito de Nhamatanda
828418810
email: caetanobenedito@gmail.com
3. Día 10, 09:00 - 11:00
Dra. Relvina da Conceição Berta Torcida Jasso
Chefa dos Serviços Provinciais de Economia
email: relvaj@yahoo.com.br
4. Día 10, 11:30 - 12:30
José Joaquim Gonçalves Ferreira
Director Provincial da Indústria e Comércio
829643264
email: jferreira@tdm.co.mz

Synthesis of talks

1. Jacinto Tualufo

Destaca que na Província de Sofala existe forte tradição de "planificação participativa", eventual discrepância sobre "que a promover" (p.ex. *arroz ou mapira em Chemba?*) é suavizada/acordada em encontros e discussões.

"Chefes de Departamento das Províncias harmonizam procedimentos".

Com respeito ao potencial "natural" do Distrito na produção agrária, conta-se com várias antecedentes:

- Passado histórico (cifras de produção e produtividade)
- "IIAM deve ter dados e experiências"
- Mapas de Uso e Cobertura de Solos
- Mapas de precipitação média anual
- consultas de comercialização
- PAPA define zonas, faz estudos
- Revolução Verde

"Não se pode inibir que os camponeses façam o que querem fazer", mas neste caso não haverá que pôr à disposição deles insumos subsidiados (como sementes).

"Distrito é executivo, órgãos centrais devem orientar a produção em linha com estratégias/prioridades políticas e o efectivo potencial agrário das áreas de produção → autoridades provinciais → distrito.

Destaca "cadeia de valores"

Solos - Sementes - AT (abrangência, qualidade) - Fitosanitários - Pos-colheita - Mercado; deve constituir a base de toda planificação.

Seguimento:

- Averiguar/analisar sobre instrumentos existentes para poder medir/estabelecer capacidade/potencial "natural" de produção agrária por distrito ou zona produtiva.

2. Caetano Benedito

PRONEA não rendeu o que se esperava.

Nhamatanda ia a ser um "distrito modelo", não foi cumprido:

Para as 11 localidades do Distrito conta-se apenas com 5 extensionistas

Das **48.000** unidades produtivas familiares se abrange **2.500**.

SDAE conta com 25 pessoas, 18 das áreas técnicas:

Agricultura - Ind+Com - Recursos mineiros - energia - transportes - turismo

Segundo CB, o MAE acaba de promulgar **novo regulamento** sobre os SDAEs

Fondos internos à disposição dos SDAEs: 130.000 MT

Programa PAPA promove Milho, Soja, Girasol

PAPA provê **sementes de milho**, 12MT / kg; 9 vão para Estado, 3 ficam como provisão para firma provedora (seleccionada por concurso).

Preço de mercado seria de 80 MT/kg

Se produz 3 **toneladas de milho/ha**, misturado com **feijão nhemba**.

No distrito poderia ser levantada fortemente o volume de produção.

Não precisam fertilizantes químicos, os solos tem nutrientes suficientes.

Para **soja e girasol** existem compradores (Manica)

MIC construiu **silos** com capacidade para 2,500 toneladas de cereais (?);

Tomate será processada em unidade industrial administrada pelo MIC

→ cadeia de valores fica cumprida.

Produtos principais do Distrito:

Primeira época: Milho, mapira, mexoeira, mandioca, amendoim

Segunda época: Milho (nas zonas baixas)

Hortícolas (couve, alface, repolho, tomate, batata, alho ultimamente, etc.)

Observações críticas sobre Descentralização

"apenas desc. de funções (e de problemas!) – e não de médios!"
e sobre os fundos OIIL!

Seguimento:

- Averiguar sobre novo regulamento dos SDAEs;
- Tomar contacto com DNEA sobre delineamentos actuais de extensão e situação de PRONEA e outros programas de promoção/apoio existentes;
- IIAM

3. Dra. Relvina

Documentos facilitados/recebidos:

PDD Búzi
PAAO 2009
PES 2009 para MINAG
PES 2009 para Finanças

A partir do Março realizam planificação nos distritos (3 dias/distrito), destaca importância do instrumento CFMP, "deve ser aplicada estritamente"!

Elaboração do PESOD é coordenada pelo Secretário Permanente, DE elabora dois PES, um para MINAG e outro para DPPF (→ MPD/MF)!

Todos os chefes dos SDAEs são ex-DDAs - facilita cooperação.

Discutiu-se amplamente

- problemática e estado actual da **descentralização**
- **sobreposição** de funções (DNEA - Serviços Agrários)
- problemática de lograr aumento de produção no curto prazo, dada a precária situação dos camponeses e dos instrumentos de apoio
- duplicidade na planificação (equipa do MPD chega aos distritos, sem coordenação com autoridades do sector agrário)

Extensão: "Não sei se teremos resultados visíveis";

"Desfasagem entre planificação e execução"

"Instrumentos de monitoramento não são claros,

Não conta-se com fichas técnicas de produção (por produtos)

Seguimento:

Tomar contacto com DNEA, Serviços Agrários, IIAM e analisar

- capacidades nas áreas de investigação e extensão, com intenção de avaliar efeitos de investimentos realizados nestas áreas sobre rendimento/qualidade da produção;
- procedimentos e instrumentos de coordenação existentes
- fichas sobre tecnologias e custos de produção

4. José Ferreira

Discutiu-se delimitação do mandato de comercialização entre MINAG e MIC.

"O MIC sai do Mercado, intenta alinhar produção aos requerimentos dos mercados existentes/potenciais",

"o MINAG concentra-se na produção, sem considerar a vezes realidades do Mercado (exemplo batata reno Inhambane)"

Acorda que planos de fomento à produção devem ter como base capacidade/potencial real da produção. (Exemplo batata reno: Em Gorongosa produzem 20t/há, em Nhamatanda 10t/há).

Acorda sobre utilidade de encarar análises de mercado, na base da experiência MERCOSUL.

Destaca importância da abordagem de "cadeias de valor" (produção - processamento -mercado).

Seguimento:

- Analisar utilidade das publicações sobre mercados/preços de produtos agrícolas do MINAG, eventualmente propor melhoras;
- preparar propostas para um análise ("estudo-light") tipo MERCOSUL sobre competitividade de produtos seleccionados moçambicanos e sobre cadeias de valor.